



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
DOUTORADO

**RELAÇÕES ENTRE PRECONCEITO RELIGIOSO,
PRECONCEITO RACIAL E AUTORITARISMO DE DIREITA:
UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL**

ANA PAULA RODRIGUES CAVALCANTI



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL DOUTORADO**

**RELAÇÕES ENTRE PRECONCEITO RELIGIOSO,
PRECONCEITO RACIAL E AUTORITARISMO DE DIREITA:
UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL**

Ana Paula Rodrigues Cavalcanti, *Doutoranda*
Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres, *Orientadora*

João Pessoa, Dezembro de 2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL DOUTORADO**

**RELAÇÕES ENTRE PRECONCEITO RELIGIOSO,
PRECONCEITO RACIAL E AUTORITARISMO DE DIREITA:
UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL**

Tese submetida ao Programa de
PósGraduação em Psicologia Social, da
Universidade Federal da Paraíba, por Ana
Paula Rodrigues Cavalcanti, sob a
orientação da Profa. Dra. Ana Raquel Rosas
Torres, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

João Pessoa, Dezembro de 2016

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres por haver me aceitado como orientanda, guiando-me com competência e dedicação. Sem ela, nada do que fiz neste trabalho teria sido possível.

Aos membros da banca avaliadora, que preciosamente contribuíram para meu sucesso: Profa. Maria de Fátima Alberto – que me acompanhou no desenvolvimento deste trabalho desde a minha entrevista de seleção de candidatos ao doutorado; Profa. Elza Techio, cuja leitura atenta e crítica muito me auxiliou; Prof. Nilton Formiga, cujas observações em estatística foram valiosas e Profa. Annelyse Pereira que me honrou com seus conhecimentos em teologia.

Às minhas amigas nas disciplinas durante o doutorado, que me incentivaram todo o tempo: Edneia Alves e Célia Chaves.

Ao Grupo de Pesquisa em Comportamento Político, cujos colegas me motivaram a aprofundar meus estudos.

A Clóvis Costa Júnior e Jacqueline Ramalho, pelo apoio nos momentos finais do meu doutorado.

À secretaria da Coordenação da Pós-Graduação em Psicologia Social, pela presteza e profissionalismo que me dispensaram nas pendências burocráticas do processo de doutorado.

Finalmente, mas não por último, ao Prof. Carlos André Cavalcanti, pelas sugestões e apoio incondicional.

Resumo

Atualmente cresceu o número de denúncias de intolerância religiosa, especialmente contra as religiões de matriz africana. Haveria relação entre este preconceito religioso e o preconceito racial brasileiro? A Teoria da Discriminação Justificada alega que o mito legitimador do disfarce do preconceito racial seria, neste caso, a diabolização das crenças religiosas afro-brasileiras. Com este marco teórico, investigou-se em que medida a discriminação contra as religiões de matriz africana, o preconceito racial, a teologia da prosperidade, o tipo de religião e grau de religiosidade, e o autoritarismo de direita estão relacionados e quais destes fatores medeiam a relação entre religião/religiosidade e discriminação. Para isto, realizaram-se dois estudos (estudantes universitários, $N = 300$ e fiéis de diversos cristianismos, $N = 519$, respectivamente) onde se utilizou uma escala para cada construto. A escala de discriminação contra religiões afro-brasileiras mostrou-se satisfatória ($\alpha = 0,84$) assim como a de religião/religiosidade ($\alpha = 0,94$). Os neopentecostais e protestantes discriminaram mais as religiões afro-brasileiras. O grau de religiosidade também predissera diretamente este preconceito. Católicos, ateus e semreligião mostraram-se os mais tolerantes. Concluiu-se que nem o racismo, nem a teologia da prosperidade como defendido por vários estudiosos, mas o autoritarismo de direita é o construto que medeia a relação entre o tipo de religião/religiosidade e a discriminação contra religiões afro-brasileiras (Z de Sobel = 7,95; $p = 0,001$ e 8,24; $p = 0,01$, em cada estudo, respectivamente). É o primeiro estudo do tipo no Brasil, e um resultado surpreendente que pede cautela na sua interpretação.

Palavras-chave: Preconceito religioso. Teoria da discriminação justificada. Intolerância religiosa. Autoritarismo de direita.

Abstract

The number of religious intolerance denouncements has recently increased, especially those against African-Brazilian religions. Would be this kind of prejudice related to Brazilian racial prejudice? Justified discrimination theory alleges that the legitimating myth to disguise racial prejudice, on this case, would be the demonization of AfricanBrazilian religious beliefs. Under this theory it was investigated the degree of relationship between African-Brazilian religions discrimination, racial prejudice, prosperity theology, kind and strength of religion, and right-wing authoritarianism as well as which of these factors mediates the relation of religion/religiosity and discrimination. To accomplish this, two studies were done (college students, $N = 300$; devotees of different kinds of Christianity, $N = 519$) using a specific scale to measure each construct. The AfricanBrazilian religions discrimination scale was well-succeed ($\alpha = 0,84$) as well as the religion/religiosity one ($\alpha = 0,94$). Neopentecostals and Protestants discriminate more African-Brazilian religions. Catholics, atheists and non-religious are more tolerant. It was concluded that neither racism, nor prosperity theology, but right-wing authoritarianism construct is the mediator between religion/religiosity and religious discrimination (Z of Sobel = 7,95; $p = 0,001$ e 8,24; $p = 0,01$ in each study, respectively). It is the first study of this kind in Brazil, and a surprising result that demands prudence on its interpretation.

Keywords: Religious prejudice. Justified discrimination theory. Religious intolerance. Right-wing authoritarianism.

Resumen

Actualmente se incrementó el número de quejas de intolerancia religiosa, especialmente contra las religiones de origen africano. Hay relación entre este prejuicio religioso y el prejuicio racial de Brasil? La Teoría de la Discriminación Justificada plantea que el mito legitimador del disfraz de los prejuicios raciales sería, en este caso, la demonización de las creencias religiosas afro-brasileñas. Con este marco teórico, se investigó el grado en que la discriminación contra las religiones de origen africano, los prejuicios raciales, la teología de la prosperidad, el tipo de la religión y el grado de religiosidad, y el autoritarismo de derecha están relacionados y cuáles de estos factores son mediadores de la relación entre la religión / religiosidad y la discriminación. Para esto, hubo dos estudios (estudiantes universitarios, $N = 300$ y fiel de varios cristianismos, $n = 519$, respectivamente) donde se utilizó una escala para cada constructo. La escala de discriminación contra las religiones afro-brasileña fue satisfactoria ($\alpha = 0,84$), así como la de religión / religiosidad ($\alpha = 0,94$). Los neo-pentecostales y protestantes discriminaron más las religiones afro-brasileñas. El grado de religiosidad también predijo directamente este prejuicio. Católicos, ateos y los no religiosos resultaron ser los más tolerantes. Se concluyó que ni el racismo ni la teología de la prosperidad, como defendido por muchos estudiosos, pero el autoritarismo de derecha es el constructo que media la relación entre el tipo de religión / religiosidad y la discriminación contra las religiones afro-brasileñas ($Z \text{ Sobel} = 7,95$; $p = 0,001$ a $8,24$; $p = 0,01$ en cada estudio, respectivamente). Es el primer estudio de su tipo en Brasil, y un resultado sorprendente que pide prudencia en su interpretación.

Palabras clave: Prejuicio religioso. Teoría de la discriminación justificada. Intolerancia religiosa. Autoritarismo de derecha.

Sumário

Resumo.....	5
Introdução.....	11
Capítulo I - O que é intolerância religiosa ou preconceito religioso?.....	16
Capítulo II - A matriz religiosa brasileira.....	30
2.1 O neoliberalismo e o retorno dos movimentos das intolerâncias religiosas.....	37
Capítulo III – Preconceito racial, intolerância religiosa e autoritarismo de direita.....	45
3.1 As teorias explicativas do preconceito, da discriminação e do racismo.....	46
3.2 Relações entre preconceito racial e autoritarismo de direita.....	54
4.1 Estudo I – Método.....	61
4.1.1 Resultados.....	66
4.1.2 Discussão.....	71
4.2 Estudo II – Método.....	73
4.2.1 Resultados.....	76
4.2.2 Discussão.....	83
Discussão Geral e Considerações Finais.....	86
Referências.....	90
Anexos.....	111

Lista de Figuras

Figura 1. Modelo teórico.....	60
Figura 2. Coeficientes de regressão e correlações da estrutura bifatorial da Escala de Discriminação contra Religiões Africanas.....	78
Figura 3. Relações entre VIs e VD, e mediação da discriminação contra religiões afro-brasileiras.....	83

Lista de Tabelas

Tabela 1. Pesos de regressão padronizados (β) dos preditores da discriminação.....	70
Tabela 2. Coeficientes de regressão não estandardizados para teste dos efeitos de mediação.....	71
Tabela 3. Frequências por tipo de religião.....	74
Tabela 4. Análise fatorial da escala de preconceito racial.....	80
Tabela 5. Pesos de regressão padronizados (β) dos preditores da discriminação.....	81
Tabela 6. Variância explicada pelos modelos.....	82
Tabela 7. Coeficientes de regressão não estandardizados para teste dos efeitos de mediação.....	82
Tabela A1. Cargas fatoriais, valores próprios, quantidades de itens por fator, variância explicada e fidedignidade da escala de religiosidade.....	112
Tabela B1. Cargas fatoriais, valores próprios, quantidades de itens por fator, variância explicada e fidedignidade da escala de discriminação contra religiões de matriz africana.....	113
Tabela C1. Cargas fatoriais, valores próprios, quantidades de itens por fator, variância explicada e fidedignidade da escala da teologia da prosperidade.....	114
Tabela D1. Cargas fatoriais, valores próprios, quantidades de itens por fator, variância explicada e fidedignidade da escala de autoritarismo.....	115

Introdução

Convive-se agora com um exacerbamento da intolerância religiosa no mundo inteiro (ONU, 2011). Especificamente no Brasil os episódios envolvem em maior número de casos confrontos entre neopentecostais e afro-religiosos (Silva, 2007; Brasil, 2007; 2013a; 2013b; 2013c). Os motivos da religião ter ocupado pódios mais altos ao longo das

últimas três décadas como motivo para o conflito e a razão pela qual aquelas de matriz africana são as mais perseguidas, dão-se analogamente ao estabelecimento do regime econômico neoliberal globalizado.

A Psicologia Social, dentre outros temas, dedica-se ao estudo da origem do preconceito racial. Entretanto, o preconceito religioso (intolerância religiosa) tem ganhado relevo atualmente (Salzman, 2008; Rothschild, Abdollahi, & Pyszczynski, 2009; Rocas & Amit, 2011) e sua associação com o preconceito racial ainda não foi estudada no Brasil com variáveis psicossociais, a exemplo do preconceito e do autoritarismo de direita. O tema é relevante devido ao crescimento de denúncias de intolerância religiosa (Brasil, 2012; 2013b; 2013c; 2016^a; 2016c), mais especificamente contra as religiões afro-brasileiras (umbanda e candomblé, majoritariamente). Tais denúncias de intolerância religiosa cresceram 3.706% em cinco anos (Brasil, 2016b). Entidades de defesa dos direitos dos negros afirmam que a intolerância religiosa (outro nome para a discriminação religiosa dá-se por motivos raciais: Se negros não fossem, perseguições não haveria (Brasil, 2016a). A própria Secretaria de Direitos Humano da Presidência da República (Brasil 2016b; 2016c) o afirma.

Entretanto, a maioria dos acusados nestas denúncias são cristãos neopentecostais, que também atacam o catolicismo e o kardecismo – mas com muito menos vigor, é preciso ressaltar – e que se defendem argumentando que o problema é na verdade teológico: As religiões de base africana seriam “diabólicas”, e por isto deveriam deixar de existir. Em ambos os casos trata-se de uma violação dos direitos humanos de liberdade de credo e de não ser perseguido pela cor da pele. É igualmente um problema social importante no atual momento brasileiro: Os cristãos evangélicos e neopentecostais crescem em número ano após ano (IBGE, 2012), tomando assento na vida política e social do país.

O que levou a esta intolerância religiosa? Seria um caso de preconceito racial camuflado? Seria o autoritarismo de algumas religiões cristãs? Ou é um problema específico das religiões que professam a teologia da prosperidade?

Tendo em conta a diversidade cultural, religiosa e étnica do país desde seus primórdios, hipotetiza-se aqui que o preconceito racial – histórico na realidade brasileira – serve como mediador intergrupar da relação entre o tipo de religião e o grau de religiosidade de um grupo na manifestação de discriminação contra religiões afrobrasileiras. E como mediadores ideológicos desta relação estariam o autoritarismo de direita e a teologia da prosperidade. Para isto, recorre-se do quadro teórico da discriminação justificada (Pereira & Vala, 2010) onde se advoga que em situações nas quais é proibido ou indesejável discriminar alguém, buscam-se subterfúgios para manter o *status quo*, mantendo o autoconceito positivo. Seguindo este raciocínio, o racismo se manteria através da diabolização das religiões afro-brasileiras: Um argumento religioso que esconderia uma verdade discriminatória.

O autoritarismo de direita (RWA) (Altemeyer & Hunsberger, 1992), é um construto que considera a submissão à autoridade, a agressividade autoritária e o convencionalismo como dimensões de um fator único de atitude grupal relevante, e que em diversos estudos internacionais (Hall, Matz, & Wood, 2010) mostrou-se associado à expressão de preconceito e discriminação – inclusive religiosos. Altemeyer (1998) já alertava que adultos autoritários são mais fechados em seus grupos de convívio, e que certos tipos de treinamento religioso reforçam esta tendência autoritária.

A teologia da prosperidade (Mariano, 1996) é um conceito onde se admite que o sucesso material e mundano são provas da ação divina e do estado de graça do fiel religioso, e que está presente em religiões apontadas como discriminadoras da religiosidade afro-brasileira, podendo indicar uma especificidade destes tipos de

cristianismo nesta discriminação, em se aceitando que a teologia da prosperidade se coaduna com vários pressupostos do neoliberalismo - que por sua vez acompanha o incremento mundial da intolerância religiosa.

Quanto ao tipo da religião e o grau de religiosidade do indivíduo, estes devem comportar-se como variáveis independentes sobre a discriminação religiosa, tendo em vista que vários estudos (Hall, Matz & Wood, 2010; Johnson, Rowatt, Barnard-Brak, Patock-Peckham, Labouff, & Carlisle, 2011) indicam esta associação. Tal verificação não foi feita ainda no Brasil em Psicologia Social, de acordo com a revisão feita no portal de periódicos da Capes em 16 de agosto de 2016 com as palavras-chave “prejudice AND Brazil”, “personal religious orientation AND prejudice”, “racism AND religion AND Brazil” e “prejudice AND religion AND Brazil”.

Procurou-se observar neste estudo se o preconceito de cor (racismo), o autoritarismo de direita e a teologia da prosperidade mediarão a discriminação religiosa de acordo com o tipo de religião e grau de religiosidade em uma amostra de evangélicos, católicos e ateus. Ademais, procurou-se validar uma nova escala de preconceito racial, do tipo cordial, desenvolvida pela autora da presente tese. Embora o preconceito racial já venha sendo estudado na Psicologia Social (Sacco, Couto & Koller, 2016) assim como o autoritarismo de direita (Barros, Torres & Pereira, 2009), não se realizou, até o momento e de acordo com o levantamento feito nas bases de dados dos periódicos da Capes em 16 de agosto de 2016 com as palavras-chave “autoritarismo de direita AND racismo”, “autoritarismo de direita AND preconceito racial” e “autoritarismo de direita AND religião”, um estudo que correlacione estes construtos com a discriminação contra religiões afro-brasileiras.

Para esta tese, dividiu-se o trabalho em três partes. A primeira expõe sobre as características religiosas ao longo da história da nação. Encontra-se a definição do que

seja intolerância religiosa, seus precursores históricos e sociais, seguida da exposição sobre como se encontra a matriz religiosa da identidade social brasileira atualmente (composição, tipificação e beligerâncias), além do papel do neoliberalismo no retorno dos movimentos de intolerância religiosa em nível mundial.

A segunda parte trata das teorias sobre preconceito racial e discriminação, além do autoritarismo, versando sobre a relevância social dos estudos a respeito da questão racial brasileira e dos tipos de racismo. Dentre as teorias disponíveis mais estudadas na avaliação do fenômeno do racismo expõe-se, em comparação com as outras, porque se elegeu a Teoria da Discriminação Justificada (Pereira & Vala, 2010) – e porque seria adequada ao estudo do preconceito religioso, pois considera que o senso comum continua associando cultura e raça, levando a admitir a possibilidade de que as diferenças culturais negativas atribuídas às religiões afro-brasileiras expressem na verdade um racismo justificado pela diabolização de suas crenças, ou seja, um grupo majoritário possui e impõe o padrão cultural (onde se inclui a religião) hegemônico contra um grupo minoritário, caído em processo de discriminação.

A demonização das religiões afro-brasileiras pode ser, desta forma, o mito legitimador do preconceito religioso, encobrindo o racial. Esta demonização deve estar conjugada com um alto grau de autoritarismo de direita devido à visão de mundo evangélica fundamentalista (Mariano, 1996; Oro, 2001; Silva, 2007b), onde o conformismo e o tradicionalismo se destacam, além da rigidez cognitiva e do dogmatismo, também considerados valores positivos na forma de condução da vida pessoal para este segmento religioso.

A última parte divulga os dois estudos empíricos que testaram as hipóteses, com os resultados finais, onde se percebeu ser o autoritarismo de direita (RWA) o mediador ideológico e intergrupar da relação entre o tipo de religião e a discriminação contra

religiões afro-brasileiras, e que o preconceito racial, no estudo empírico desta tese, não está presente nesta relação, ao contrário do que se verifica em outros países (Hall, Matz, & Wood, 2010; Barnard-Braket al., 2011; Johnson, Shen, Yelderman, Haggard, & Howatt, 2013), onde até um consenso sobre a relação direta e positiva entre o RWA e o preconceito religioso e racial existe (Strube & Rahimi, 2005; Rothschild, Abdollai, & Pyszczynski, 2009; Hall et al., 2010). Isto pode dever-se ao o tipo de medida utilizado no presente trabalho para avaliar o grau de preconceito racial ou ainda às características da matriz religiosa brasileira e às peculiaridades do mundo evangélico nacional, conforme será exposto nos capítulos subsequentes desta tese.

Capítulo I

O Que É Intolerância Religiosa ou Preconceito Religioso?

O Foro Internacional sobre Intolerância realizado em 1997 em Paris afirma, dentre outros tópicos, que a intolerância está presente em todo ser humano e em toda sociedade (Barret-Durocq, 2000), que o homem pode aprender a lutar contra a intolerância, que o

contrário da intolerância é o respeito ao outro, que a aceitação passiva de qualquer diferença leva à indiferença e encoraja a intolerância e que a luta contra ela requer uma definição de tolerância. Eco (2000) chega mesmo a dizer, na coletânea de trabalhos do Foro (p. 17), que “[...] não gostamos dos que são diferentes de nós, e a intolerância ao diferente é natural na criança [...] a tolerância é ensinada, como se ensina a criança a controlar seu esfíncter”. Ela é baseada na distinção entre as especificidades do homem privado e a universalidade do cidadão (Barret-Durocq, 2000). Goethe, já em sua época, teria alertado: “A tolerância, no fundo, não deveria passar de uma atitude transitória; ela deve levar ao reconhecimento. Tolerar é injuriar” (Barret-Durocq, 2000, p. 263).

A boa vontade não é suficiente para instaurar a tolerância entre os homens que possuem crenças e práticas diferentes, sem a garantia das instituições. “[...] toda nação democrática é, por definição, multicultural” (Schnapper, 2000, p. 141). “A intolerância política torna-se étnica, em seguida, religiosa (ou vice-versa)” (Soyinka, 2000, p. 110). Segundo Silva (2011), a intolerância seria inerente à condição humana. Tratar-se-ia de uma predisposição comum desde que todos pudessem, ao mesmo tempo, exercer o poder de impor - acreditando na legitimidade desse poder. Desse modo, seria preciso admitir e regular o convívio das diferenças recorrendo ao conceito científico de tolerância, que pressupõe uma sociedade de indivíduos ideais e iguais, mas que tal pressuposto não corresponde à realidade; isto só seria factível metafisicamente: nesta situação a identidade é mais real e significativa que a diversidade. Como sustentação para esta afirmativa, analisa Oliveira (1999) que tanto a Declaração da Independência dos EUA quanto a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão reivindicam direitos iguais, mas só para os semelhantes. Sobre o mesmo tema, Ianni (2004) já considera que a sociedade é formada por instituições tão injustas, desiguais e competitivas que produz o preconceito como uma técnica política de poder; seria uma fábrica de intolerâncias, e, em consequência, surtos

de diferentes manifestações de racismo e intolerância estariam imbrincados na dinâmica social.

Diferentemente de indulgência ou indiferença, a Unesco esclarece em sua Declaração de Princípios sobre a Tolerância que esta é : ”[...] o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas do nosso mundo [...] Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica [...] torna a paz possível” (Unesco, 1995, Art. 1º). O mesmo documento deixa claro que a liberdade de religião (e de trocar de religião) deve ser garantida pelas nações signatárias do documento; que preconceitos raciais não devem ser admitidos, assim como a discriminação contra minorias religiosas.

Mais detalhadamente, entretanto, ao se analisar os fatos históricos reconhece-se quatro tipos (conceitos) de tolerância (Araújo et al, 2008): 1) O de permissão (mercê concedida), onde se pagam taxas, abre-se mão de direitos ou suporta-se discriminação em troca da expressão da alteridade; 2) O de coexistência, onde os grupos em conflito são compelidos a estabelecer um contrato de regras de convívio que garanta a segurança; 3) O de respeito, baseado na igualdade de direitos. As diferenças religiosas, neste caso, não são consideradas relevantes e 4) O de estima, onde as diferenças culturais não são apenas suportadas, mas consideradas valiosas e desejáveis para a sociedade. O pluralismo tornase um valor estimado e protegido.

Historicamente, a tolerância de convívio era necessária porque os grupos diferiam quanto à religião na maioria das sociedades. Curiosamente vemo-nos outra vez debruçados sobre o tema, após longo sopro de tempo. Terminada a II Guerra Mundial, estudos sobre intolerância e preconceito ocuparam muitos volumes dos trabalhos científicos na área das Ciências Humanas. (Barros, Torres & Pereira, 2009).

Ainda sobre a convivência entre os diversos tipos de religião, segundo Silva (2010) o politeísmo seria mais propenso à tolerância e mesmo à investigação científica, ao questionamento sobre a realidade. Os monoteísmos (o cristianismo entre eles) teriam bases religiosas e políticas intolerantes. Tal afirmação é motivo de controvérsias e intensos debates, e comumente recorre-se ao exemplo histórico da civilização grega em contrapartida à cristã. Advirta-se que normalmente se faz referência ao estágio do cristianismo medieval (quando surgiram as universidades ocidentais), e carece-se de outros exemplos históricos semelhantes às especificidades dos pagãos gregos.

Sobre esta alcunha de intolerância aplicada ao monoteísmo, o estudioso Pinto (2009) questiona se tais religiões poderiam libertar-se da sua necessidade monoteísta de tudo agregar, tudo integrar, tudo justificar e assumir e, no limite, libertar-se do que é uma de suas cargas identitárias mais fortes, ficando ainda em si mesmas. Trata-se de indagação sem resposta concludente. Os que se consideram agredidos e retaliam intolerantemente estariam agindo, neste ângulo de visão, em legítima defesa.

Sobre este aspecto da relação entre religião e intolerância, Frost e Mertus (1999) advogam que pressões sociais de natureza neoliberal fazem com que as religiões funcionem como medida de segurança sociopolítica e reafirmação de identidade social. A identidade religiosa seria sinônimo de nação (grupo) revitalizado. Estes autores verificaram o fenômeno na Romênia, Ucrânia e Polônia. Alegam existir uma ligação entre intolerância religiosa e insegurança advinda da liberdade social aumentada. Perguntam-se, em seu artigo, qual o impacto da religião na manifestação da intolerância e de preconceitos específicos.

Allport e Ross (1967), entretanto, constataram algo um pouco diferente. A religião extrínseca é que se correlacionaria com a expressão de preconceitos étnicos: Para muitas pessoas, a religião é uma mera conveniência; algo para usar, mas não para vivenciar e

experimental. Seria uma forma egocêntrica e instrumental de religiosidade (Allport, 1964, p. 12-13). Estes autores verificaram adicionalmente que os indivíduos medianamente religiosos seriam ainda mais preconceituosos. Diz ainda Allport (1967), que preconceito e intolerância são sinônimos, que o fundamentalismo relaciona-se mais fortemente com preconceito do que a religião *per se* (embora menos que a religiosidade extrínseca), e que a baixa escolaridade – devido à menor discriminação cognitiva – também seria preditora de preconceito religioso. E acrescenta que a expressão do preconceito pode proporcionar segurança, conforto, status e apoio social em situações de “ansiedade difusa”, tornando a religião, por sua vez, eivada de desconfiança contra exogrupos étnicos.

Reconhecendo o problema, em 25 de novembro de 1981 a Assembleia Geral das Nações Unidas [ONU] apresentou a “Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções”, que diz: “Artigo 1º - Significado da tolerância: A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade de culturas de nosso mundo. [...] A tolerância é a harmonia na diferença [...] não é concessão, condescendência, indulgência [...] é o sustentáculo dos direitos humanos”.

É necessário advertir que a mesma atitude intolerante no campo religioso pode ser vista como exercício da liberdade de expressão (Santos, 2012). É o que está garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Tratar-se-ia simplesmente de opiniões pessoais ou grupais, lícitamente defensáveis enquanto expressão de ideias, de concepções de mundo. A etiqueta de preconceito ou intolerância seria uma atitude alheia, posterior, visando impedir, pela conotação negativa, a divulgação das crenças desses indivíduos. A este respeito a jurisprudência tem-se portado de maneira ambígua no Ocidente, ora defendendo o suposto intolerante ou agressor, ora condenando expressões de intolerância ou

desrespeito. As bases legais brasileira, norte-americana, alemã e francesa não estabelecem as fronteiras entre liberdade de expressão – onde se inclui a liberdade religiosa (com proselitismo), o discurso de ódio e a injúria – e a intolerância religiosa.

Fica a critério do juiz, em cada caso, verificar a pertinência das acusações (Santos, 2012). Não há consenso possível sobre como proceder por via de regra. Esta abrangência da precariedade judicial diante de acusações de crime religioso mostram o quanto o mundo atual está despreparado para litígios deste tipo, a despeito do tema crescer em importância e gravidade ano após ano desde os eventos terroristas de 11 de setembro de 2001, de acordo com o levantamento feito na base de dados do Google Acadêmico em 18 de setembro de 2016 com as palavras-chave “religious prejudice AND racism”.

É necessário ressaltar, a respeito da expressão “liberdade religiosa”, que ela não consta na Constituição Brasileira de 1988 em nenhuma parte, nem nas constituições anteriores; o Artigo 5º afirma que todos são iguais perante a lei; o Artigo VI, que “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. E o Artigo 19, I, diz que “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” (Brasil, 1988). Ou seja, as religiões afro-brasileiras estão protegidas legalmente – embora factualmente as dificuldades para o exercício deste direito sejam socialmente múltiplas.

Tendo esclarecido as diferenças entre tolerância e intolerância, resta aclarar alguns detalhes sobre as religiões em litígio no Brasil. O *protestantismo* teve origem na denúncia de Martinho Lutero, em 1517, de venda de indulgências pela Igreja Católica prometendo o perdão dos pecados de vivos e mortos (Edwards, 2004). Esta denúncia desaguou no

rompimento de Lutero com o papado na região da Alemanha. De lá, a Reforma Protestante – como ficou chamada – difundiu-se para a Escandinávia. Ensejou que Henrique VIII, da Inglaterra, também rompesse com o papado e criasse a Igreja Anglicana, e que reformadores outros aparecessem, disputando os fiéis. A Reforma tem como principais representantes, até hoje, o luteranismo, o calvinismo, o presbiterianismo, os batistas e o metodismo.

No Brasil, essas igrejas protestantes começaram a pregar no século XIX, dentro do permitido por D. Pedro I. Mas após a Guerra de Secessão dos EUA em 1865, os derrotados sulistas tiveram como um de seus destinos migrar para o Brasil, onde perceberam afinidades culturais e econômicas: aqui, como lá, havia escravagismo e latifúndio (Loiola, 2013). Aqui chegando, possuíram escravos e comportaram-se racistamente, como seria de esperar. Não se envolveram no movimento abolicionista e apoiaram discretamente os republicanos, numa postura contemporizadora.

A ambiguidade entre seu passado histórico e cultural e a nova realidade em terras brasileiras acompanhou o crescimento geral dessas igrejas que, ao longo da passagem do tempo, incorporaram cada vez mais pardos e negros dentro de seus rebanhos: 40,4% entre os presbiterianos, 44,28% entre os metodistas e 55,2% entre os batistas segundo o Censo de 2010 do IBGE. Diante destes dados, questiona-se se o racismo de sua gênese existiria ainda nos dias atuais.

Já sobre o cristianismo derivado do protestantismo – o pentecostalismo - Mariano (1996) e Silva (2007a) esclarecem que ele nasceu na América do Norte no início do século XX, estendeu-se para outros países e, no Brasil, caracterizou-se por três momentos distintos (ou ondas, conforme os autores). A primeira onda (ou *pentecostalismo clássico*) deu-se de 1910 a 1950, por meio da Congregação Cristã no Brasil (fundada em São Paulo, 1910) e da Assembleia de Deus (no Pará, 1911). Marca-se pelo anticatolicismo, pela

glossolalia (falar em línguas estranhas, por avivamento do Espírito Santo – como se deu com os apóstolos, conforme diz o Novo Testamento, na época de Pentecostes), e pela rejeição a diversos aspectos da vida mundana, divulgando um ideal de vida ascético e sectário. Não se mesclou com a cultura popular brasileira, antes a repudiando (Campos, 2011; Santos, 2012).

A segunda onda (*pentecostalismo neoclássico ou deuteropentecostalismo*) caracterizou-se por promover curas físicas e espirituais, e foi representada pela Igreja do Evangelho Quadrangular (São Paulo, 1951), Brasil para Cristo (São Paulo, 1951), Deus É Amor (São Paulo, 1962) e Casa da Benção (Minas Gerais, 1964). Coincide com o período de rápida industrialização do país, e formação de grandes levas de proletários.

Por fim, a terceira onda é chamada de *neopentecostalismo*, iniciada no Rio de Janeiro em 1977 pela Igreja Universal do Reino de Deus, pela Igreja Internacional da Graça de Deus (Rio de Janeiro, 1980), pela Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Goiás, 1977) e pela Renascer em Cristo (São Paulo, 1986). Todas foram fundadas por pregadores brasileiros, tomando de empréstimo vários elementos da cultura popular (Campos, 2011). Caracterizam-se pelo recurso à “teologia da prosperidade”, oriunda dos Estados Unidos, onde se dissemina como valor a prosperidade material e a vitória nos empreendimentos terrenos. Além disso, encetam uma guerra espiritual contra o Diabo, trazendo mudanças axiológicas e estéticas nos padrões de comportamento e relacionamento com a sociedade (Mariano, 1996; Silva, 2007a). Também abandonam o ascetismo, usam uma gestão empresarial na condução dos templos e a mídia para o trabalho de proselitismo em massa e propaganda religiosa (Silva, 2007b; Santos, 2012). A visão diabolizada das religiões afro-brasileiras – e o uso de violência contra elas - é muito desenvolvida no *neopentecostalismo* como consequência teológica e doutrinária do *pentecostalismo* das décadas de 50 e 60 do século XX (Silva, 2007b). Ambos fatores

(teologia da prosperidade e discriminação das religiões afro-brasileiras) são proeminentes o bastante para distingui-lo de outros tipos de cristianismo.

O neopentecostalismo rejeita os valores de cordialidade e tolerância, considerando-os conivência com o Mal (Birman & Leite, 2000). Aqui pode-se estabelecer sua relação com o autoritarismo de direita, em Psicologia Social, por sua característica de suspeição dos que não fazem parte da congregação de fiéis, mais o acréscimo de uma visão de mundo como um lugar hostil e perigoso, onde o mais seguro seria obedecer a regras de comportamento cognitivamente rígidas e assumir uma ideologia equivalente, caracterizando um processo de fechamento endogrupal, torna-se vítima previsível dos processos de estereotipia e discriminação (Strube & Rahimi, 2006; Perry, Sibley, & Duckitt, 2012). Grupos mais autoritários têm demonstrado repetidamente ser mais intolerantes contra minorias sexuais, religiosas e políticas (Solt, 2012). Há vários estudos que demonstram a ligação entre este autoritarismo e o preconceito racial, principalmente entre cristãos fundamentalistas (Strube & Rahimi, 2006; Hall et al., 2010). Todos, porém, foram feitos fora do Brasil. Birman e Leite (2000) também afirmam que o apelo ao moralismo e uma visão magicizada do mundo (onde os santos católicos e as divindades africanas são manifestações do demônio) têm-se mostrado um instrumento eficiente para explicar e lidar com as aflições da vida diária. Entretanto, Silva (2007b) alerta para o detalhe de que esta modalidade religiosa prima por ser um tipo de “experiência vivida no próprio corpo”, usando dos mesmos artifícios das religiões que combate, para atrair fiéis ávidos de êxtases, momentos de magia, com a vantagem da legitimidade social conquistada pelo campo religioso cristão.

Esta expressão religiosa cresceu paralelamente ao avanço do neoliberalismo no Brasil, e assim como este deságua no desprezo pelos pobres e por sua cultura (Salzman, 2008), aquela desemboca numa identidade social excludente, porque professa um

monoteísmo onde os fiéis verdadeiros necessitam provar sua fé. Como a verdade, neste tipo de religião, é revelada, quaisquer outras religiões são consequentemente consideradas falsas *in totum*; o neopentecostalismo, em adição, considera-se imbuído pelo dever de converter (salvar) os que ainda não estão no seu rebanho, para melhoramento do mundo – embora esta característica seja verificada em todas as religiões monoteístas (Araújo et al, 2008). Oro (2001) chega a considerar que atualmente se compra uma religião para adquirir-se uma nova identidade.

Não é intuito desta tese estereotipar o neopentecostalismo – apesar dos diversos estudos apresentados incorrerem neste perigo. Sabe-se que os pentecostais e neopentecostais promovem a alfabetização de seus membros mais pobres, por exemplo (Alencar, 2010). Entretanto, é evidente a necessidade de esclarecer as bases em que se assenta a rivalidade que chega à violência contra as religiões afro-brasileiras. Por que uma alternativa religiosamente tolerante não poderia ser desejada por esta expressão do cristianismo? A alegação do recurso à magia não é sustentável como motivo para a intolerância: Estas formas de cristianismo a ela recorrem (Thomas,1991), assim como a “renovação carismática” católica; portanto demonizar um grupo em favorecimento de outro seria simplesmente paradoxal.

Campos (2011) adiciona que as novas religiões cristãs contestam e banalizam os atores e instituições religiosas que as antecederam – as pentecostais clássicas inclusas - valendo-se de uma retórica da novidade e da transformação, rotulando os estabelecidos de “hereges” ou “feiticeiros”, representantes de uma religião “traída” em sua “pureza”. Existe uma luta pelo campo normatizador moral e social, onde guerreiam grupos que excluem os dessemelhantes e por este método erigem sua própria identidade. Tal demonstração contribuiria para esboçar as circunstâncias em que se encontra o “capital social brasileiro” (normas sociais tais como ética, regras informais de convívio,

convenções, nível de tolerância religiosa, acrescido das redes, dos grupos de pessoas com atributos em comum, mais o grau de confiança nas instituições). Estudos defendem que um capital social forte aponta para um desenvolvimento econômico sólido (Rossi, 2009) e para uma comunicação entre os indivíduos e grupos sociais culturalmente diferentes onde se protege a dignidade humana. Sob esta percepção, o capital social brasileiro pode estar fragilizado.

As atuais perseguições por motivos religiosos dão-se outra vez contra os mesmos grupos históricos (Brasil, 2007; Fonaper, 2011). Os afro-religiosos, de pele mais escura e menor nível educacional são percebidos como uma ameaça simbólica maior à identidade brasileira por suas crenças não-cristãs. Os espíritas kardecistas - cristãos não reconhecidos pelo Vaticano, de pele mais clara e nível educacional alto (IBGE, 2012), são estigmatizados com menor ousadia, embora afrontem dogmas muito importantes para o cristianismo, principalmente quanto à comunicação com os mortos e com espíritos em geral.

Portanto, as perseguições contra os afro-religiosos podem acontecer devido a outros motivos que não o religioso, do contrário, como explicar a diferença em número e grau com relação aos kardecistas e católicos? Por que a preferência em atacar as religiões vindas dos escravos brasileiros? É devido ao fato de serem não-cristãs ou pelo motivo de serem religiões de negros? Ou ainda por serem de indivíduos de uma classe social espoliada? Há estudos que defendem não ser apenas a cor da pele que penaliza os membros dessas classes; haveria a própria pertença de classe como elemento discriminador intergrupar (Lima, 2016). Considera este autor que a Psicologia Social confunde raça com classe, e nisto se baseou o seu trabalho, nele concluindo que alvos negros, quando pobres, eram mais discriminados que alvos brancos na mesma situação, funcionando assim a classe como argumento não-racista para discriminar aqueles negros.

Neopentecostais e afro-religiosos lutam por reconhecimento social e construção de uma realidade favorável a seu grupo (Péchiné, 2011). Os neopentecostais, segundo o mesmo autor, necessitam diabolizar algum grupo para dar sentido à própria identidade – e cita: “No caso de repressão de um culto por um poder secular ou sacerdotal em prol de uma nova religião, os antigos deuses continuam a existir como demônios” (Péchiné, 2011). Majora afirmando que por trás da intolerância religiosa existe sempre um forte componente de disputa de poder e formas sutis de violência simbólica, e que estar na igreja seria uma garantia de proteção contra as forças malignas. Além disso, o “diabo” sempre foi encarado no imaginário social brasileiro como provocador de tudo de ruim que afeta os seres vivos. Daí a importância do exorcismo e da perseguição aos seus “adoradores” (Campos, 2011). Souza (1986) também relata as concepções de inferno e demônio como importantes adendos culturais que o Brasil retirou da cultura popular portuguesa.

Se um converso desconfia e tem medo de suas próprias divagações ou experiências híbridas, numa conduta certamente desviante, a solução estaria em manter uma vida social rigidamente controlada, repousada nas normas indicadas pelos conversores, auxiliando-os na perseguição aos “inimigos”. O novo fiel transforma-se, dessa maneira, no melhor “guardião” que o processo civilizatório poderia conseguir, mantendo o giro da roda desta fortuna.

Abrindo agora o leque das referidas religiões afro-brasileiras, mostra-se imediatamente o *candomblé*. Diz Gaspar (2004) que é uma religião principalmente do povo iorubá, com influências de povos do Daomé e do Congo; desenvolveu-se basicamente na Bahia, e cultua divindades locais e regionais africanas que resumem os elementos essenciais da natureza e da vida humana, designados por “orixás” – divindades, e o “axé” – energia vivificante. Uma das características das religiões de matriz africana é

a possessão. No candomblé (por ser menos sincretizado com o cristianismo), as divindades são cultuadas para se obter seu apoio, por sua capacidade de resolver problemas específicos, e não por alguma virtude moral que possuam (Birman & Leite, 2000). É também uma religião sacrificial que se vale de animais para seus fins litúrgicos. A razão principal do sacrifício cruento é agradar as divindades para manter a vida em harmonia. O animal sacrificado alimenta o espírito dos deuses – como verificado em diversas culturas, como a judia, a islâmica e a hindu - mantendo uma ligação perfeita entre homens e divindades, numa conexão entre o mundo material (chamado, no caso, Aiyê) e o sobrenatural (chamado Orun) (Léo Neto, Brooks, & Alves, 2009).

É uma religião pragmática, preocupada em resolver problemas da vida doméstica para que seus devotos alcancem saúde, prosperidade e felicidade. Como outras religiões de diáspora no Brasil e no Caribe, é frequentemente descrita como amoral por não possuir regras éticas, nem ideias de recompensa na vida após a morte. Não há divindades vigilantes que reforcem normas morais e punam transgressões éticas; em vez disto, os “orixás” castigarão falhas rituais. A única ofensa, no candomblé, é não venerar adequadamente os orixás. (Soler, 2012).

Definindo agora a *umbanda*, França (2010) descreve ser esta uma religião tipicamente brasileira nascida nas primeiras décadas do século XX do encontro de rituais africanos, ameríndios, kardecismo e elementos do catolicismo popular; um produto sincrético, construído por seus devotos. Existem diversos tipos de umbanda, de acordo com os elementos que compõem a bricolagem religiosa a ser analisada. Admite o transe e a possessão, combina magia e espiritismo, além de ser muito influenciada pelo cristianismo do tipo kardecista. Por tais motivos, também é alvo de perseguição neopentecostal. Seu nome advém do termo banto *mbanda*, que designava o sacerdote de sua religião. O termo foi usado pela primeira vez em 1908 por Zélio de Moraes, médium

espírita que fundou o primeiro terreiro de umbanda do Brasil (Gaspar, 2002). Ao se combinar com o esoterismo europeu, afastou-se da forma original do culto dos orixás, do êxtase, e aproximou-se da prática da mediunidade para fins de caridade, típica do espiritismo. A sua vertente que permaneceu ligada às formas e entidades africanas executa práticas de feitiçaria e passou a ser denominada quimbanda, considerada também “baixo espiritismo” pelos kardecistas, que a condenam (Gaspar, 2002).

O medo e ódio atuais contra a religiosidade afro-brasileira, uma vez dentro da óptica da “democracia racial” de Freyre (1998) dever-se-ia ao mesmo motivo do ódio contra os mouros, na época da colonização brasileira. Ou seja, à inaceitação de mundos competitivos quanto ao projeto civilizacional. A harmonia convivial dependeria da subjugação ao português. As guerras contra os índios nunca foram guerras de branco contra peles-vermelhas, mas de cristãos contra bugres, e o ódio do colonizador português - segundo Freyre - seria profilático porque estaria dirigido contra o pecado e não contra o pecador. Seria a heresia, a infidelidade que não se deixaria entrar na colônia, e não o estrangeiro. É o infiel que se trataria como inimigo no indígena, e não o indivíduo de raça diversa ou de cor diferente. A condição suficiente a ser atendida seria a de que fosse católico-romano ou aqui se desinfetasse com água benta da heresia pestífera. Que se batizasse. Que professasse a fé católica, apostólica, romana (Quintas, 2005). Esta perspectiva luso-tropicalista (Lima & Vala, 2005), diante da afirmação de que existe preconceito racial manifestado sob a forma de intolerância religiosa, no Brasil, vê prejudicada a sua premissa da “democracia” racial; mais tenderia, a afirmativa, a demonstrar uma “aristocracia” racial branca portuguesa, como defende DaMatta (1986). Feita esta explanação, é chegado o momento de explicar como se compõe a matriz religiosa brasileira.

Capítulo II A Matriz Religiosa Brasileira

Na América Latina como um todo, 12% da população pertence a igrejas evangélicas, dos quais 70% são do tipo pentecostal. Argentina, Bolívia e Costa Rica têm a igreja católica como religião de Estado, e a região apresenta a face religiosa como extremamente importante para seu reconhecimento e coesão social. Nesta parte do continente, a religião possui capacidades não encontráveis atualmente nos países

européus, de mobilização e identificação social dos indivíduos, além de doação de sentido à vida (Sorj & Martuccelli, 2008).

Quanto ao Brasil, de acordo com Neri (2011), o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, em seu Novo Mapa das Religiões, mostra que no conjunto das variáveis sócio-econômicas dos Censos de 1991 a 2000, nenhuma se modificou tanto quanto a composição religiosa da população brasileira. Houve queda do catolicismo e diversificação das crenças alternativas – com crescimento também dos ateus (IBGE, 2012). O Brasil é o país com a maior população católica do mundo e é o único país católico dentre os maiores emergentes [BRICS]. A dinâmica da pertença religiosa numa nação com estas feições é relevante e reflete as mudanças globais das últimas três décadas.

De acordo com o mesmo levantamento (Neri, 2011), feito pela Fundação Getúlio Vargas, em 1872 foi feito o primeiro censo religioso brasileiro, onde o catolicismo atingiu 99,72% da população livre. Em 1980 a religião voltou em amostragem no censo, e o catolicismo perfazia 89% das respostas; em 1991 era 83,3%; em 2000, 73,89% e em 2009 totalizava 68,43% como religião dos respondentes. Houve queda na proporção de católicos em todas as faixas etárias, principalmente nas mais jovens. O grupo dos evangélicos caminha na direção contrária. As crianças (25,1% da amostragem do Mapa das Religiões, de 2009) e jovens brasileiros (25,4% na faixa dos 10 aos 14 anos) estão, mostram os percentuais, comparativamente mais evangélicas.

Os adeptos da umbanda e do candomblé perfizeram 0,3% dos brasileiros, com apenas 21,1% de representatividade entre os negros - com crescente leva de fiéis e clientes de cor branca, conforme os dois últimos censos do IBGE (IBGE Comunicação Social, 2012; Pierucci, 2006). Dentre negros e pardos nas religiões pentecostais se tem um percentual de 61,2% (a média de negros e pardos na população brasileira está em 43,41%), mostrando quão matizada em tons de marrom é a leva de fiéis não-católicos segundo a

amostragem dentro do Censo de 2010 do IBGE (Campos, 2013). Ou seja, as chances de um negro ser evangélico são três vezes maiores que a de seguir religiões de matriz africana, comparando apenas estes dois tipos de religiosidade.

No mesmo censo, os espíritas kardecistas detêm 68,7% de brancos - bem mais que o percentual total de autodeclarados brancos na população total brasileira, que é de 47,5% (IBGE Comunicação Social, 2012).

Os estados do Nordeste têm 74,9% da sua população como católica, ocupando o primeiro lugar no país. Entre os católicos brasileiros como um todo, 72,72% são das classes C e D - nas classes A e B são católicos 69,07%. Os pentecostais são da classe D (14,98%) e os evangélicos tradicionais distribuem-se entre as classes A, B (8,35%) e C (8,72%) (Neri, 2011).

Quanto à importância da dimensão “religião/religiosidade”, o Brasil está exatamente no meio do ranking global de 156 países, com 50% de sua população frequentando cultos religiosos de algum credo (Neri & Melo, 2011). A frequência é maior entre mulheres (57% dos praticantes) e idosos (58% de praticantes com mais de 50 anos de idade). Para 89% dos brasileiros, a religião é considerada importante.

Procurando investigar detalhes sobre a religiosidade brasileira, a amostragem probabilística ($n = 3.007$) de Moreira-Almeida, Pinsky, Zaleski e Laranjeira (2010), 10% de seus respondentes referiram praticar mais de uma religião. Segundo uma pesquisa feita pela CNT/Sensus para a revista Veja em 2007, os negros, as mulheres e os homossexuais seriam menos rejeitados que os ateus caso se candidatassem à presidência da República (Petry, 2007). Some-se a este resultado a consideração de que o IBGE engloba ateus, agnósticos e teístas não ligados a nenhuma igreja na categoria “sem-religião”, e ter-se-á o quilate da importância da dimensão religiosa na vida dos brasileiros.

O país é não apenas religioso como decrescentemente católico (Campos, 2011). Revela Carvalho (2013) que o catolicismo só conheceu concorrência no Brasil na segunda metade do século XX, com o advento do pentecostalismo. E é também crescentemente pardo ou negro, censo a censo: apresentar cor de pele branca neste país, observe-se, é uma auto-atribuição do entrevistado ou a opinião do grupo social, e não uma constatação paramétrica de pesquisa. A cada censo cresce o número de entrevistados que se reconhece como mais escuro de pele.

Acresce-se a isto o fato de que existem vários tipos de cristianismo (reformados ou não), e que o modelo preponderante, o católico, não é aquele preconizado pelo Concílio de Trento: Nas palavras de um visitador da Santa Inquisição ao Grão Pará, no século XVIII, “[...] era preciso muitos perdões para se colonizar o Brasil” (Maggie, 1992).

O tipo brasileiro de catolicismo aceitou ou tolerou viver lado a lado com crenças em formas de magia e bruxaria, praticados principalmente pelos escravos (Souza, 1986). Rapidamente se chega à conclusão de que a religiosidade popular brasileira é específica e sincrética, e a múltipla pertença religiosa – além do hibridismo religioso – é uma das tonalidades do quadro psicossocial brasileiro. Tal tolerância coberta pelo manto do catolicismo seria um valor positivo na identidade nacional, formando um mito cimentador da autoimagem dos brasileiros, embora não correspondente à experiência social concreta (Birman & Leite, 2000).

Pergunta-se se o Brasil continuará majoritariamente católico, tolerante e sincrético (Bibby, Hewitt, & Roof, 1998). Se continuar sincrético não for a sina da cultura brasileira, então outra sociedade, mais intolerante, religiosamente racista e urbana estaria a caminho? Segundo Silva (2009), os evangélicos (palavra que engloba os protestantes, pentecostais e neopentecostais) são racistas porque demonizam a história e cultura negras.

Seria uma “raça maldita” devido à hereditariedade do opróbrio. Prossegue Silva (2009) a afirmando que, de acordo com os evangélicos, os negros seriam pobres, no Brasil, porque são pecadores e oriundos de um continente idólatra e praticante da bruxaria. Para livrar-se de tamanha praga, aceitar Jesus não bastaria; seria preciso uma cura interior, desvinculando-se de todos os seus antepassados. Relações com a identidade negra podem trazer de volta as maldições – ou seja, é preciso instaurar o que eles chamam de batalha espiritual.

Segundo Souza (1986), a religiosidade afro-brasileira e a própria etnia negra ou parda são sinônimos de diabolização e magia desde os tempos coloniais. Na Europa costumava-se, já na Idade Média, animalizar as classes subalternas. Daí porque a “propensão a fazer o mal” e o “medo do feitiço” instigam as mentes brasileiras contra quem represente o desconhecido, o Novo Mundo ou o Continente Negro, fomentada esta atitude pela cultura europeia, que admitia existirem bruxas e magia. As visitas da Inquisição portuguesa em três levadas de tempo às terras do Brasil marcou a cultura com o medo e a rejeição à expressão religiosa de base africana. Não é de causar espanto, por conseguinte, que até hoje perdurem estas alcunhas e sentimentos:

O escravismo contribuíra decisivamente para conferir ao Novo Mundo o seu caráter negativo, danado, infernal: não só pela má consciência do europeu que vivia às expensas da exploração ultramarina, vendo-se a cada momento compelido a justificar a escravização de seu semelhante [...] como pelo perigo iminente que o número superior de escravos negros acarretava à ordem estabelecida, à continuidade da dominação colonial (Souza, 1986, p. 373).

Como o imaginário do descobridor europeu, como a religiosidade popular, da qual fazia parte, a feitiçaria colonial era multiforme e heterogênea, constituída

basicamente por duas partes que integravam um mesmo todo: um fundo de práticas mágicas [...] africana e indígena e um fundo de práticas mágicas das populações europeias (Souza, 1986, p. 375).

A feitiçaria se engastava na vida cotidiana da população, principalmente entre os mais pobres – o que se pode verificar até hoje. Que os neopentecostais (majoritariamente das classes C e D, como exposto anteriormente) se sintam ameaçados pelo demônio ou feitiços existentes entre seus próprios colegas de classe não seria, sob o ponto de vista de Souza, nenhuma novidade.

A miscigenação entre as raças e a construção da identidade brasileira deu-se sob o escudo do catolicismo popular, sincrético, complacente, inclusivo e contrário a várias regras do Vaticano (Silva & Ribeiro, 2007). O cristianismo oficial, da Santa Sé, em nome da “unidade cristã”, é um monoteísmo intolerante, conversor, vigilante, guerreiro, construtor de distinções simbólicas e sociais, em nome da integridade e uniformidade da fé católica, exorcizador dos “demônios da fé anterior” (Silva, 2010; Silva & Ribeiro, 2007). Esta singularidade da nossa história permitiu o conúbio, comércio e convívio entre religiões e etnias distintas ao longo dos séculos, responsabilizando-se em grande parte pela “cordialidade racial brasileira” - o que não se verificou no hemisfério norte, onde políticas de segregação e apartamento sobrevieram mesmo após a abolição da escravidão (Souza, 2010). De fato, nas cidades brasileiras onde a Igreja Católica tradicional buscou impor as orientações do Vaticano, os seguidores do candomblé, da umbanda e do kardecismo foram aviltados e perseguidos (França, 2010).

Entretanto, os negros e mestiços que desejassem integrar-se na sociedade livre em condições melhores precisavam obter o status de cristãos (Rocha, 2009). Segundo a autora, casais cuja união estivesse sacramentada pelo casamento cristão tinham maior

facilidade para obter uma carta de alforria, ou a liberdade para seus filhos. O apadrinhamento por ocasião do batismo também servia como tática para proteger as crianças contra venda a estranhos, separação dos pais ou castigos muito severos. A subserviência ao catolicismo, o reconhecimento da mobilidade social granjeada aos conversos e o regime do padroado dentro da igreja católica brasileira (o clero era sustentado pelos senhores de engenho) fizeram do Brasil uma nação eminentemente católica por herança portuguesa e processo civilizatório.

Retornando a Freyre (1998), tem-se sua afirmação de que a mistura de gentes da senzala e da casa-grande espelharia a sociedade maior, mostrando como e quão mestiçado e afeito à tolerância o povo brasileiro é. Afirma o autor que os antagonismos em conflito são apenas a “parte indigesta” da formação portuguesa; a parte maior se mostra harmoniosa nos seus contrastes formando um todo social plástico, que é o caracteristicamente português – uma das premissas do luso-tropicalismo. “Os portugueses não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, como os espanhóis para o seu domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para as suas colônias” (Freyre, 1988, p. 58).” [...] foi o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos” (Freyre, 1988, p. 22). “Verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e de sentimentos” (Freyre, 1988, p. 41). Dentro desta perspectiva teórica, o preconceito religioso por motivos raciais seria difícil de sustentar, por fraqueza de base argumentativa, uma vez que Freyre defende o apego ao catolicismo e a inexistência de repúdio às “raças inferiores”.

No Brasil existe um catolicismo de direito, mas não de fato. Se tal não fosse, então a situação hodierna de surgimento de diversas formas de cristianismo, mais uma

preocupação constante da Santa Sé com os rumos do catolicismo aqui nestas terras não teria tomado assento. Demonstra-se isto, por exemplo, já em 1952, quando foi criado um Secretariado Nacional de Defesa da Fé, dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB] para fazer face ao crescimento do número de adeptos da umbanda e demais “cultos mediúnicos” (Isaia, 2009). Ademais, verifica-se um forte movimento carismático dentro da igreja católica, valorizando a expressão emocional de forma similar aos pentecostais (Birman & Leite, 2000), denunciando a concorrência pelos fiéis.

Este tipo de grafismo religioso brasileiro apresenta ainda, como novidade, o Movimento Negro Evangélico [MNE], estruturado em torno do combate ao racismo e à intolerância religiosa dentro das igrejas evangélicas. Apregoa que o racismo é tabu entre os evangélicos (cristãos não-católicos), sendo comum o silenciamento das pessoas negras vítimas dentro ou fora do contexto das igrejas (Branchini, 2013), e que a cultura negra não-cristã deve ser respeitada, mas percebida como algo do passado, dos ancestrais negros brasileiros. O MNE é formado por diversas entidades, como a Pastoral de Combate ao Racismo da Igreja Metodista, criada em 1985, a Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo [CENACORA], de 1986 e o Centro Ecumênico de Cultura Negra [CECUNE], de 1987, dentre outras. É um movimento ainda minoritário e elementar dentro do mundo evangélico, porém atuante e consistente.

Branchini (2013) propôs, em respaldo aos objetivos do MNE, o conceito de “mito da irmandade cristã”, que seriam fórmulas usadas pela maioria dos evangélicos para justificar o não-enfrentamento do racismo, preconceito ou discriminação. Pensamentos do tipo “Somos todos filhos de Deus”, “Deus não se importa com a cor da pele” e congêneres, além de negar a experiência do problema, reforçaria a atitude do tipo “Isto não me afeta”. Com este subterfúgio, os cristãos negros e pardos estariam fugindo à sua

responsabilidade e direitos diante da injúria. O MNE, assim como o neopentecostalismo, vem de uma época marcada pela economia neoliberal e suas consequências socioculturais.

O neoliberalismo e o retorno dos movimentos das intolerâncias religiosas

Em desdobramento e particularização ao exposto até o momento, verifica-se que, mundialmente, o estabelecimento do neoliberalismo, com seu modelo econômico de livre iniciativa, “Estado mínimo” – com gastos públicos estritos, redução de impostos, reforma do sistema de proteção social e dismantelamento das normas rígidas do mercado de trabalho - e abertura dos mercados internos dos países em escala global, aumentou a dimensão das opções de destino dos investimentos como principais características para atraí-los, e chamou à cena igualmente a expressão da individualidade como um valor a ser cultivado, num quadro de transformações conhecidas como “globalização” (Bauman, 1998; 1999).

A premissa fundamental do neoliberalismo é a de que a interferência governamental no mercado é a causa da baixa performance econômica de um Estado, e que apenas economias baseadas nas relações de mercado podem assegurar crescimento e prosperidade – o que pode mostrar-se politicamente uma conveniência, porém sem respaldo histórico: A própria classe capitalista pressiona o Estado para que interfira nas forças destrutivas do mercado quando estas prejudicam sua capacidade de acumular capital. Seguindo este raciocínio, o neoliberalismo pode ser considerado como uma ideologia que surgiu para legitimar iniciativas específicas e históricas que apoiam as agendas de acumulação de capital do bloco de poder dominante (Prechel & Harms, 2007), para o que o fenômeno da globalização veio contribuir.

Em nível grupal, características diferenciadoras tornaram-se atrativas, “mercadorias” potencialmente rentáveis, a exemplo do que ocorre na indústria da cultura e entretenimento, e do turismo. Paralelamente à sedução da alteridade, processou-se a busca pela autonomia e representação civil dos grupos diferenciados por gênero, incapacidades físicas, situação jurídica, e etnia, dentre tantas outras categorias. Este imperativo de heterogeneização aconteceu bem assim em escala mundial, suscitando já esperados - porém há muito adiados - embates políticos, sociais e culturais.

Confrontos e guerras entraram em cena, muitos deles baseados em questões religiosas – para desconcerto dos cientistas sociais, que consideravam tal motivo inimaginável no século XXI. Carvalho (2013) afirma que os fundamentalistas religiosos, mundialmente, reaparecem porque nem todas as promessas da modernidade foram cumpridas, e isto desaguaria numa situação de fragilização da laicidade como valor republicano dentre as atividades das instituições políticas. Conforme exposto por Camino et al (2001), na atualidade verifica-se um aumento no respeito à diversidade cultural, à manutenção da identidade e de valores regionais, mas, em contrapartida, igual crescimento no fanatismo e na discriminação contra etnias e grupos minoritários.

A maior ligação entre a organização religiosa e o espírito empresarial estaria na permissão, por parte das novas denominações pentecostais, de acumular capital privado através do pertencimento à igreja (Neri, 2011), e o contexto de estagnação econômica dos anos de 1980 e 1990 propiciaram este quadro como forma alternativa para os indivíduos lidarem com suas dificuldades materiais percebidas diante de crescentes taxas de desemprego e precarização do trabalho. Como sustentação para esta assertiva, diz o Novo Mapa das Religiões (Neri, 2011) que os grupos pentecostais emergem dentre os perdedores da crise econômica, principalmente nas metrópoles – o que permitiria adjetivar o fenômeno de “nova pobreza” (Bohn, 2004).

As novas religiões cristãs são midiáticas, com características empresariais, práticas e fé ressignificadas nos moldes do neoliberalismo (Flores Filho, 2014), pois o neoliberalismo não é apenas um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas, mas também é o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade (Lima, 2016) – onde se encaixaria a religião. Ou seja, as igrejas atualmente recorreriam ao jogo capitalista utilizando mídias de massa e estratégias de marketing, reconfigurando o cristianismo popular (Flores Filho, 2014) e transformariam a dimensão espiritual da vida das pessoas em mais um mercado, onde a oferta e a procura estariam adaptadas a padrões de consumo. Seria uma adequação da religião à contemporaneidade, marcada pelo individualismo, competição e consumo de bens materiais. Segundo Moraes (2013), numa visão marxista, devido às características contemplativa e individualista da religiosidade neopentecostal, ela estimula os fiéis a uma vivência distante de uma prática política combativa contra as desigualdades sociais próprias do sistema capitalista e do engajamento na transformação da realidade social, mantendo relações de interdependência com a ideologia neoliberal.

A renda da região Nordeste, segundo o Censo de 2010 do IBGE, cresceu 41,8% de 2001 a 2009, contra 15,8% de crescimento observado no Sudeste (que só tem 64,3% de católicos). Ou seja, a economia cresceu onde o catolicismo ainda viceja, segundo Neri (2011). A análise deste autor, entretanto, é contestada por exemplo por meio de Guerra (2011), que considera estas conclusões simplistas e equivocadas, pois Max Weber sustenta três princípios inarredáveis – que não teriam sido respeitados por Neri:

a) a limitação da validade das interpretações às particularidades históricas por estudar (Neri teria simplificado sua análise recorrendo aos fatores religião, geografia e renda); b) o caráter múltiplo e probabilístico das relações de causalidade eventualmente construídas

(e não uma explicação única, como apresentado por Neri) e c) o caráter típico-ideal de seus conceitos (não observado na comparação com a situação sócio-histórico-cultural brasileira hodierna, e ignorado por Neri).

Segundo Guerra (2011), Max Weber propunha restaurar o peso das ideias na explicação das mudanças sociais de todas as ordens, inclusive a econômica, considerando os fatores culturais e o enfoque nos atores sociais, e não simplesmente aplicar um modelo explicativo em toda e qualquer situação assemelhada. Para Weber, a causalidade no mundo da cultura tem sempre um caráter probabilístico, e plural. O catolicismo brasileiro seria diferente daquele discutido em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Guerra (2011) ressalta que a hegemonização do valor dos bens materiais, do sucesso econômico, da associação entre ganhar dinheiro e ser feliz, por exemplo, a importância do planejamento racional, do investimento no crescimento pessoal, são elementos que agora perpassam todos os setores da vida social em muitas sociedades ocidentais, suplantando eventuais contra-valores eventualmente associados à religião. As mensagens religiosas tenderiam a se assemelhar na sociedade brasileira, num processo de mimetização.

O próprio catolicismo se diversificou, não sendo possível estabelecer nexos explicativos entre os índices estatísticos de catolicismo e os de crescimento econômico, como efetuado por Neri. O Nordeste teria apresentado, sob esse ponto de vista, o melhor desempenho econômico nacional por outros motivos (talvez os subsídios federais para famílias muito pobres). A performance econômica nacional não está em relação causal com as taxas da economia religiosa. Weber não estabeleceu tal lei.

Passos, Zorzin e Rocha (2011) igualmente criticam Neri, acrescentando que os dados levantados pelo CPS/FGV não consideram o fenômeno da dupla pertença religiosa, nem faz referência ao trânsito religioso, o que seria uma falha grave. Esses autores afluem

para a constatação de que as novas crenças cristãs emergentes no Brasil prosperam numa fase de descrença quanto à possibilidade de ascensão social e profissional. Dentre elas, as novas igrejas pentecostais ocupam o lugar do Estado na cobrança de impostos (via dízimo) em contrapartida à oferta de serviços e redes de proteção social. Estas características alimentariam, como sustentado nesta tese, uma forte identificação desse tipo de fiel com o endogrupo religioso, com o efeito colateral de aumento do preconceito contra os membros de exogrupos – principalmente os não-cristãos.

A este respeito, Passos et al. (2011) adicionam que a conversão de uma religião de origem para uma outra, de escolha, descreve um movimento propriamente dito de mobilidade social, e que os vínculos do indivíduo com sua comunidade religiosa tornam-se estritamente religiosos. Isto faria com que fossem dissolvidas vinculações comunitárias anteriores. Estes vínculos religiosos brasileiros contemporâneos estariam baseados na experiência individual e não na tradição, nos vínculos de sangue, de afetos.

O estudo de Ciscon-Evangelista e Menandro (2011) relata que os neopentecostais mudam a valoração do exogrupo (os não-evangélicos, ou “do mundo”). Esta noção de identidade social se dá na comparação e categorização negativas com as pessoas “do mundo”, de onde tiram conclusões positivas para o próprio autoconceito. Esta estratégia traz satisfação emocional e valorização do seu endogrupo. Familiares e círculo de amizades anteriores à conversão religiosa são ignorados ou, nos casos mais suaves, suportados e instados a também se converterem.

As igrejas pentecostais se destacam como disciplinadoras e integradoras das camadas pobres, pelas quais competem entre si. Oferecem um novo estilo de vida, e caminham no sentido oposto ao do sincretismo religioso (que aproveitava as crenças autóctones e africanas) permitido pelo catolicismo histórico da região (Sorj & Martuccelli, 2008). Há também o reconhecimento da insuficiência das políticas públicas de saúde e

emprego, que estas religiões buscam igualmente suprir, como última alternativa para o sofrimento (Bobsin, 2013).

A pesquisa de Neuberg et al. (2014), realizada em 97 países, mostrou que, coincidentemente, grupos minoritários sob influência religiosa forte afrontam – sob circunstâncias favoráveis – grupos majoritários por razões de incompatibilidade de valores ou disputa de recursos tangíveis. Apresentam em seu auxílio o conceito de “infusão religiosa” (grau em que a religião permeia a vida pública e privada de um grupo) como preditor independente de diversas formas de conflito intergrupal, aumento na expressão de preconceitos, discriminação interpessoal e violência tanto coletiva quanto individual. Coincidentemente, o estudo de Moreira (2011) notifica que

[...] a força do elemento mágico ou encantado na cosmologia pentecostal tende a engendrar no crente uma visão de mundo destoante do que quer que se entenda como típico de uma concepção moderna de realidade [...] um indivíduo pentecostalizado [...] alarga as fronteiras do religioso, tomando-o como matriz para a compreensão do mundo [...] mesmo controlando variáveis como renda e escolaridade, veremos que os atores individuais mais marcados pelo processo de pentecostalização são os que atribuem maior centralidade à igreja em sua vida cotidiana (p. 15).

Existem preconceitos que ocorrem em contextos específicos, como é o caso daqueles de base religiosa, por suas dimensões irracionais nos comportamentos e crenças prescritos, segundo Bloom (2008). Rejeição aos não-cristãos, por exemplo, seria assim previsível e detectável, substituindo barreiras sociais de outros tipos. A religiosidade afrobrasileira (candomblé e diversos tipos de umbanda, principalmente) ganhou o assento de

“ameaça simbólica” (Vala, Pereira, & Ramos, 2006) pelo perigo que representaria aos valores, costumes e atitudes nacionais. Sabe-se que ameaças simbólicas gestam preconceitos – e serão novas formas de preconceito, numa sociedade que afirma valores igualitários, mas se opõe a políticas congruentes com esses valores (Camino et al, 2001). As tensões entre os grupos são imprescindíveis para manter a discriminação e provocar a infra-humanização do exogrupo, dos não-majoritários (Pereira, Vala, & Leyens, 2009).

Não obstante, advoga-se nesta tese que a novidade está no crescimento da intolerância nos tempos e na situação social novas do Brasil, com o adendo da “teologia da prosperidade” – que se mostrou muito bem adaptada ao modelo neoliberal dentre os neopentecostais, porque os destaca dentre os evangélicos, valoriza os bens materiais e seu usufruto, desaperta as exigências de conduta encontradas entre os pentecostais, e destaca que o fiel mal sucedido na vida está sofrendo ou de falta de fé ou de perseguição por demônios (pessoais, alheios ou da sua religião anterior) (Mariano, 1996).

Estudos sobre processos de discriminação e preconceito são reconhecidos como importantes e valiosos para promoção do bem-estar social (Vala, Pereira, & Ramos, 2006; Bloom, 2008; Pereira, Vala, & Leyens, 2009; Santos, 2010; Vala & Costa-Lopes, 2010; Camino, Gouveia, Maia, Paz, & Laureano, 2013; Lins, Lima-Nunes, & Camino, 2014). Apesar dos levantamentos mundiais verificarem que a diminuição do preconceito religioso aumenta o desenvolvimento social e econômico, devido à dilatação da confiança nas instituições públicas e normativas sociais (Rossi, 2009), no Brasil observa-se o processo oposto: O crescimento econômico e as melhoras nos indicadores sociais vêm acompanhados da deterioração nas relações intergrupais religiosas (Brasil, 2007; Fonaper, 2011).

Se tal fato se deve a características dos grupos que pretendem se favorecer com a estigmatização de outros (Fonaper, 2011) – obtenção de maior contingente de fiéis, banimento da ameaça percebida ou promoção de melhor status social para os membros

intra-grupo - é matéria para pesquisa social. É reconhecido que a parte mais importante de uma identidade etno-cultural é sua religião fundamentadora (Araújo et al., 2008). É lícito inferir, portanto, que uma pessoa pode tornar-se intolerante devido à base ideológica da religião que professa, aos traços de autoritarismo e grau de pertença religiosa que os indivíduos admitem como valorosos. Isto permite dissertar sobre o autoritarismo de direita e sua relação com a discriminação racial e religiosa, no capítulo a seguir.

Capítulo III

Preconceito Racial, Intolerância Religiosa e Autoritarismo de Direita

Estamos diante de uma situação de preconceito racial ou de intolerância religiosa?

Há fatores para sustentar ambos os argumentos: A Presidência da República (Brasil, 2007), através da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial [SEPPIR] admite, como mencionado anteriormente, a possibilidade do preconceito racial. Mas também os episódios de intolerância religiosa mundiais, advindos depois da implantação do neoliberalismo, principalmente, subsidiariam em certa medida a onda violenta e discriminatória que atingiu o Brasil. Acrescente-se que Allport e Ross (1967), consideram preconceito religioso e intolerância religiosa sinônimos. E que as características de tradicionalismo, convencionalismo e agressividade manifestadas por alguns tipos de cristianismo são reconhecidamente predispositoras de episódios de intolerância religiosa (Hall, Matz, & Wood, 2010), e tem-se a complexidade do fenômeno.

O estudo de Santos (2010) apurou a estigmatização das religiões afro-brasileiras, a sua depreciação como estilo para disputar fiéis e concluiu ser a cultura negra menosprezada e desconhecida como formadora legítima da brasilidade. Campos (2011) acrescenta que as religiões de matriz africana, o kardecismo e os pentecostalismos desenvolveram-se principalmente nas cidades que receberam grande leva de migrantes rurais – o que se deu especialmente a partir dos anos 50 do século passado, quando se vivia uma recessão econômica pós-guerra. Esses interioranos deixaram suas maneiras tradicionais de organização da vida social e buscaram adaptar-se a outro universo simbólico, o citadino, fermentando a classe baixa e, eventualmente, a média. A industrialização e urbanização do país criou um mercado religioso aberto para novidades e empreendimentos (Bibby et al., 1998); a própria secularização da sociedade estimularia a inovação no campo religioso – o que, segundo estes autores, teria sido o caso brasileiro.

A religiosidade foi e ainda é um dos expedientes de integração da nacionalidade brasileira (Passos, 2010). O sincretismo religioso configura a própria identidade do

catolicismo brasileiro, que ocupou posição inquestionável de representatividade espiritual, mas não teria afetado pela via do controle social a sociabilidade coletiva.

Tendo justificado o objeto de estudo desta tese, passa-se para sua análise dentro de um marco teórico que se pretende suficiente para responder às principais perguntas deste trabalho: 1) O preconceito religioso é uma outra forma de manifestação do preconceito racial histórico no Brasil? 2) A discriminação contra as religiões afrobrasileiras relaciona-se positivamente com o preconceito racial? e 3) O autoritarismo de direita correlaciona-se positivamente com a discriminação contra as religiões afrobrasileiras?

As teorias explicativas do preconceito racial, da discriminação e do racismo

Segundo Allport (1954), preconceito é uma atitude hostil, um sentimento de antipatia contra um indivíduo, simplesmente porque ele pertence a um grupo desvalorizado socialmente (ou seja, uma generalização errônea e inflexível), podendo ser explicitamente demonstrado ou não. Segundo Lima e Vala (2004), o preconceito diferencia-se do conceito de “racismo”, por ser este um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou um grupo, baseado na diferença por alguma marca física externa (real ou imaginária), ressignificada como marca cultural interna definidora de padrões de comportamento.

É lícito afirmar que o preconceito racial pode iniciar-se quando um grupo se sente ameaçado (factual ou simbolicamente), conforme já haviam assinalado Sherif (1936) e Tajfel (1972). Quando isto acontece, as percepções do grupo – e de seus componentes – são alteradas em benefício e defesa próprios, gerando comportamentos e atitudes preconceituosas (explícita ou veladamente) (Santos, 2013). Os processos de percepção social, preconceito e estereotipia, dentre outros, sustentam a discriminação racial.

O racismo seria diferente do preconceito por envolver uma crença naturalizadora das diferenças intergrupais, e extrapolar o nível individual, mostrando-se em nível institucional e cultural. Ou seja, preconceito esboça-se em atitudes; racismo, em discriminação e exclusão social (Lima & Vala, 2004). Seguindo este raciocínio, existiriam tantos tipos de preconceito quantas pertenças a grupos minoritários na estrutura de poder; segundo Lima (2002):

O conceito de racismo pode ser distinguido do de preconceito por uma série de características. O racismo repousa sobre uma crença na distinção natural entre os grupos [...] o preconceito não implica na essencialização ou naturalização das diferenças. Outra diferença [...] o racismo, diferentemente do preconceito, não existe apenas a um nível individual, mas também a nível institucional e cultural. Isto é uma consequência do fato de o racismo englobar os processos de discriminação e de exclusão social, enquanto que o preconceito permanece normalmente como uma atitude. (p. 28).

A expressão do racismo tem mudado de acordo com o momento histórico de cada sociedade. Na Europa e nos EUA, após a II Guerra Mundial, tem adquirido características dissimuladas de identificação (Lima & Vala, 2004) devido aos princípios democráticos de igualdade e liberdade defendidos internacionalmente (Fernandes, da Costa, Camino, & Mendoza, 2007). Novas teorias sobre o assunto, em psicologia social, têm sido desenvolvidas. No Brasil, menciona-se o trabalho de Camino, Silva, Machado e Pereira (2001) e Lima (2003), que considera ser um fruto do meio social, produto das relações intergrupais e dos processos políticos de exclusão social. O caráter discreto da manifestação do racismo, atualmente, pode transformar-se em manifestações agressivas

desde que se forneça o contexto social, econômico ou político que justifique e legitime o ato (Lima & Vala, 2004).

Como a tese principal deste trabalho versa sobre preconceito racial (que é debatido majoritariamente como racismo na literatura), autoritarismo de direita e intolerância religiosa (ou preconceito religioso, como operacionalizado em Psicologia Social), será fornecido primeiro uma definição dos principais tipos de manifestação de racismo mais estudados na literatura (França & Monteiro, 2004): o racismo ambivalente, o racismo simbólico, o preconceito sutil, o racismo aversivo e o racismo moderno. Serão também expostos o racismo cordial (à brasileira) por sua relevância quanto ao tema do presente trabalho, a teoria da justificação do sistema e a teoria da discriminação justificada.

A teoria do racismo ambivalente, desenvolvida por Katz, Wackenhut e Hass (1986), que o considera o resultado do conflito de atitudes e sentimentos dos americanos brancos contra os americanos negros, baseado na coexistência de sentimentos de simpatia e rejeição em relação aos negros.

A teoria do racismo simbólico (McConahay & Hough, 1976; Kinder & Sears, 1981) afirma que as atitudes contra os negros advêm da sua percepção como ameaça aos valores do individualismo, incluindo ética no trabalho, obediência e disciplina. A ameaça simbólica percebida refere-se a preocupações com valores e cultura, que são alguns dos fatores que levam as pessoas a distinguirem humanos de animais. Um exogrupo visto com ameaça será, portanto, infra-humanizado – como se deu no estudo de Pereira, Vala, e Leyens (2009), onde os turcos, um grupo menosprezado pelos portugueses, eram percebidos como ameaça à identidade europeia, o que fez com que os portugueses participantes do experimentos se opusessem à sua admissão à União Europeia (variávelcritério). Ressalte-se que a ameaça admitida não era de cunho racial, mas cultural

– o que permite aos portugueses manterem sua autoimagem de não-preconceituosos, e evitando que firam as leis anti-discriminação.

A teoria do preconceito sutil (Pettigrew & Meertens, 1995), por sua vez, distingue duas formas de preconceito: o sutil e o flagrante (este, direto e explícito). O preconceito sutil defende os valores do individualismo, e crê que os membros dos grupos minoritários recebem benefícios imerecidos. Neste tipo de preconceito, as pessoas exageram nas diferenças culturais entre os membros do endogrupo e os do exogrupo, e se recusam a reagir emocionalmente de forma positiva em relação ao exogrupo.

A teoria do racismo aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986) afirma que são os contextos de respostas que determinam as expressões mais abertas ou veladas de racismo. Segundo estes autores, em contextos onde a resposta socialmente desejável não está definida claramente, ou nas quais é possível encontrar uma justificção não relacionada à etnia ou raça para explicar uma resposta negativa em relação aos negros, o comportamento discriminatório aparece. Os indivíduos podem endossar equidade racial, simpatizarem com as vítimas de injustiças passadas, e considerarem-se não preconceituosos. Porém, ao mesmo tempo, possuem atitudes negativas, conflituosas, nãoconscientes sobre aquele mesmo exogrupo. Este tipo de racismo ocorreria onde existisse uma forte tradição de igualitarismo, como nos EUA (Costa-Lopes, Dovidio, Pereira, & Jost, 2013).

Por fim, a teoria do racismo moderno (McConahay, 1986) baseia-se no pressuposto de que os negros violam os valores mais caros aos norte-americanos brancos, recebendo mais do que merecem e fazendo exigências descabidas para mudarem seu estatuto racial.

A estas teorias acrescenta-se o racismo cordial, de Turra e Venturi (1995), afirmando que os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra os negros - procurando não ofender diretamente quem é discriminado, mas delatando que a miscigenação racial muito forte e a extrema

discriminação dos negros devem produzir processos de acomodação muito fortes (Camino, Silva, & Machado, 2004; Fernandes, 2011). Borges (2012) em sua pesquisa também encontrou a invisibilização do racismo nas dinâmicas do preconceito racial sob um discurso de consenso social, onde as relações são marcadas pela inferiorização e negação da legitimidade dos negros.

Buscando um escopo mais abrangente sobre o processo do preconceito à discriminação, a teoria da justificação do sistema (e manutenção do *status quo*) de Jost e Banaji (1994) afirma que as pessoas são motivadas a defender e justificar aspectos do *status quo*, incluindo aí sistemas sociais, econômicos e políticos, além de instituições – e, por extensão, preconceitos vigentes proibidos ou não por leis. Refinam seu postulado explicando que a razão pela qual isto se dá deve-se a que os indivíduos estão propensos a justificar e racionalizar suas posturas sociais quando se sentem dependentes, encurralados ou constrangidos pela hierarquia social, econômica ou política sob a qual vivem (CostaLopes et al., 2013).

As ideologias justificadoras do sistema minam o apoio à redistribuição de recursos e inibem respostas emocionais (culpa, frustração) que estimulem os esforços de ajudar os desvalidos naquela sociedade, dando como alternativa para as pessoas exagerar nas virtudes do sistema, fazendo vista grossa para seus vícios e percebendo o *status quo* social como mais justo e desejável do que efetivamente é.

Esta teoria, todavia, considera que a religião provê uma justificação ideológica para a ordem social existente, e desta forma instituições prevalentes ficam percebidas como legítimas e justas, merecedoras de obediência e preservação. Em seu estudo de 2013, Jost, Nosek, Stern, Gosling e Graham consideraram estar a religião associada ao mesmo conjunto de necessidades epistêmicas, existenciais e relacionais que motivam a justificação do sistema e endossam a crença num mundo justo – em outras palavras, a

religião faria parte da superestrutura social, se dito em clássicos termos marxistas - “ (...) oferecendo justificção ideológica para a ordem social existente” (Jost, Nosek, Stern, Gosling, & Graham, 2013). Em seu estudo de 2009, Rankin, Jost e Waksalak não encontraram correlação entre justificção do sistema e religiosidade para respondentes de baixa renda norte-americanos. Verificaram que, como já indicavam outros estudos, a religião estava positivamente associada com o bem-estar subjetivo em geral, mas que a relação entre a justificção do sistema e o bem-estar, esta sim, variava consideravelmente em função da pertença a um grupo racial negro ou branco.

Um parêntese torna-se necessário aqui, pois esta concepção funcional e reducionista da religião não é unívoca. Várias exposições abordam a religião como um objeto de estudo diferenciado, peculiar devido ao chamado “fenômeno religioso”, à “experiência do sagrado”, que não seria redutível a conceitos específicos das já existentes ciências humanas (Prandi & Filoramo, 2006), carecendo de estudos novos e adicionais que iluminem seu significado. Além disso, o catolicismo brasileiro é sincrético, dado à mistura com outras formas de religiosidade – ao contrário daquilo que foi recomendado pelo Concílio Vaticano I - e não lhe ajustaria bem a classificação de “sistema” (Jost, Pelham, & Carvallo, 2002), pois seria necessário uma ação homogeneizadora de crenças e visão de mundo por parte do catolicismo nacional em sua própria história, que inclui, paradoxalmente, até aproximações com a teoria marxista na forma da teologia da libertação e das comunidades eclesiais de base.

Concluindo este elenco de teorias sobre racismo, tem-se a teoria da discriminação justificada, de Pereira e Vala (2010), que nos parece mais adequada ao estudo do preconceito religioso:

[...] em contextos onde a norma de igualdade está saliente, a discriminação é o resultado de um processo no qual o preconceito activa ou facilita o uso (e, em

determinadas circunstâncias, a elaboração) de justificações que fazem com que a discriminação seja percebida como legítima e justa. Especificamente, o modelo prevê que quanto mais forte é o preconceito, mais motivadas as pessoas estão para usar mitos legitimadores como justificação para discriminar, [...] mais facilmente estão dispostas a discriminar membros de grupos minoritários” (p. 5).

Este é um referencial teórico que contribui para o entendimento sobre como o preconceito leva à discriminação. E assume, também, que o senso comum continua associando cultura e raça. Isto nos leva a admitir, no presente trabalho, que as diferenças culturais negativas atribuídas às religiões afro-brasileiras sejam uma expressão de preconceito racial justificado pela diabolização de suas crenças. Vala, Pereira e CostaLopes (2009) ressaltam, dentro da mesma teoria, que a diferença em relação a um exogrupo é sempre medida quanto aos aspectos negativos atribuídos ao exogrupo. E no mesmo artigo expõem o conceito de hetero-etnicização: um grupo majoritário possui e procura impor o padrão cultural superior e universal, ao contrário do minoritário, caído em processo de discriminação.

E no mesmo estudo concluíram que a atribuição de diferenças culturais, avaliação negativa das pessoas negras, ontologização e infra-humanização são dimensões diferentes de um fator latente comum que pode ser identificado como preconceito racial, predito por crenças racistas em geral – o que também foi abordado em seu trabalho de 2008.

No caso do objeto de estudo deste trabalho, a demonização das religiões de matriz africana seria o mito legitimador do preconceito religioso, em substituição e encobrindo um outro preconceito, mais difícil de admitir: o racial, pois preconceito justificado é preconceito disfarçado – mesmo considerando que a miscigenação racial brasileira coexiste com a discriminação desde a colonização do país, assim como a demonização

das religiões dos negros, percebidas como ameaça simbólica, conforme exposto anteriormente. Rokeach, Smith e Evans (1960) hipotetizaram que diferenças culturais são antecedentes de preconceitos, e que as crenças são mais importantes na gênese do preconceito que o pertencimento racial ou étnico.

Entretanto, é também plausível que a discriminação contra tais religiões se dê por motivos religiosos e não raciais, conforme admitiriam, por exemplo, os pressupostos de Freyre (1998). Trabalhos que utilizam o conceito de RWA de Altemeyer (1998), indicam uma associação positiva entre fundamentalismo religioso, racismo sutil e conservadorismo moral e político (Johnson, Rowatt, Barnard-Brak, Patock-Peckham, LaBouff, & Carlisle, 2011). Não existe ainda um levantamento deste tipo específico em Psicologia Social no Brasil (Sacco, Couto & Koller, 2016), conforme também indica o levantamento feito na plataforma de periódicos Capes em 28 de setembro de 2016 com as palavras-chave “Altemeyer AND RWA”

Sabe-se que a tônica dos escores altos no RWA ocorre por valorização da coesão social e da segurança grupal, e por uma visão de mundo como ameaçador e perigoso, acarretando uma rejeição de exogrupos que ameacem este sistema de valores, além da formação de estereótipos grupais – com o perigo adicional da discriminação (Altemeyer, 2004; Strube & Rahimi, 2006; Adams & Albaulgh, 2008; Perry, Sibley & Duckitt, 2012). Estas minúcias do construto, postula-se aqui, assemelham-se à visão de mundo evangélica e cristã fundamentalista (caso dos católicos carismáticos e neopentecostais, por exemplo), de acordo com Silva (2007b), Mariano (1996) e Oro (2001), porque seus três subcomponentes (agressão autoritária, submissão autoritária e convencionalismo) - além da frequência a templos e leitura de textos sagrados (Altemeyer & Hunsberger, 1992) - podem ser encontrados em alguns tipos de cristianismo brasileiro. A permanência da associação permanece positiva mesmo nos dias atuais (Osborne & Sibley, 2014). Diante

deste fato, considera-se que a Escala de Autoritarismo de Direita será adequada e necessária para os objetivos desta tese.

Relações entre preconceito racial, preconceito religioso e autoritarismo de direita

Segundo Lima e Vala (2004), referindo-se ao princípio da acentuação de Tajfel (1982), os grupos sociais são organizados mentalmente por um processo denominado princípio da acentuação, onde ocorre a superestima das diferenças percebidas nas comparações entre os grupos e das semelhanças entre os membros de uma mesma categoria – ou seja, uma espécie de etiquetamento endogrupal e exogrupal, produzindo uma interpretação dos comportamentos dos membros na forma de estereótipos, ou imagens super-simplificadas sobre os grupos sociais. Os estereótipos são a base cognitiva do preconceito (Lepore & Brown, 1997), e os indivíduos não possuem consciência ou controle sobre todo este processo, sendo um fenômeno inevitável e universal das relações sociais.

Relatam também que existem muitos estudos demonstrando que negros, homossexuais e mulheres produzem ativação automática de estereótipos. E que embora a ativação seja inevitável, a aplicação é controlável pelo grau de encaixe do alvo ao estereótipo que se tem. Ou seja, em que medida aquele membro específico é prototípico do estereótipo da categoria. Esta etapa é um julgamento consciente e, portanto, pode receber intervenções da Psicologia Social através de treinos, de criação de imagens mentais contra-estereotípicas e multiculturais, e citam alguns estudiosos afirmando que podem mesmo inibir a própria ativação automática por estes métodos, como se se tratasse de um mau hábito. Lima e Vala (2004) defendem também que as normas sociais e

ideologias são variáveis importantes nessas reaprendizagens sociais, posição igualmente sustentada por Billig (1985).

Preconceito e estereótipo são as bases psicossociais da discriminação, que por sua vez é um comportamento negativo ou conjunto de ações premeditadas contra um grupo, baseadas em julgamentos prévios negativos (Allport, 1954; Brown, 1995). O racismo é um tipo de discriminação. As análises sobre a natureza do preconceito invariavelmente fazem referência à exposição de Allport (1954). Sua ideia principal é a que relaciona o preconceito à cognição social, como uma “antipatia motivada numa generalização falha e inflexível, que pode ser sentida e expressa, dirigida contra um grupo ou um membro daquele grupo”.

Costa-Lopes et al. (2013), por seu turno, notificam que o preconceito é comumente suprimido por leis, normas e padrões pessoais, mas que o viés preconceituoso aparecerá sempre que uma justificativa o permita vir à luz sem penalidades. As teorias mais recentes sobre preconceito consideram que a justificativa para a discriminação intergrupar repousa marcadamente na crença em uma suposta hierarquia cultural, em vez da hierarquia genética (racial) pré-2ª Guerra Mundial, e tal crença funcionaria como estratégia dos grupos majoritários para enganar as normas anti-racistas advindas após o fim desta 2ª Guerra (Vala, Brito, & Lopes, 1999). São discursos ideológicos que justificam a situação dominante sem violar cabalmente as normas sociais prescritas (Camino, Silva, Machado, & Pereira, 2001), defendendo valores igualitários ao mesmo tempo que se opõe a ações coerentes com tais valores.

O aumento da violência racial dever-se-ia a este processo de justificação legitimadora do preconceito (Oliveira, Lima, & Santos, 1999) ainda que sob uma legislação impeditiva de tal discriminação. Thórisdóttir e Jost (2011) igualmente constataram que, quando sob grande ameaça, os indivíduos buscam informações exibindo

um estreitamento cognitivo (também conceituado como “closed mindedness”), aumentando a afinidade pelo conservadorismo político, aderência a figuras de autoridade e formas convencionais de moralidade. Abu-Rayya e White (2010), estudando o preconceito contra mulçumanos australianos na própria Austrália, averiguaram que a homogeneização negativa na avaliação de um grupo sinalizava incremento de preconceito, ou estereotipia. Concluíram que a religião influencia na interpretação do mundo físico e social, além das relações intergrupais, podendo contribuir na exteriorização de preconceitos, principalmente quando o exogrupo é de uma etnia/raça/religião diferente. Brandt e Reyna (2010), em seu estudo sobre fundamentalismo religioso, verificaram que o construto “closed mindedness” foi o melhor preditor do preconceito religioso, e que o fundamentalismo religioso pode servir a múltiplas funções e motivações, incluindo a necessidade de ordem e previsibilidade, explicando a ligação entre fundamentalismo e bem-estar religioso.

Johnson, Rowatt e LaBouff (2010) verificaram a relação entre conceitos religiosos cristãos e preconceito racial. Concluíram que os norte-americanos cristãos são mais racistas contra negros quando estimulados por *primings* de conceitos religiosos cristãos. Atente-se que Allport e Kramer (1946) já percebiam que cristãos norte-americanos têm avaliação negativa contra negros em maior proporção que contra judeus ou pessoas sem religião.

A respeito desta associação entre religiosidade e racismo, o instrumento clássico utilizado mundialmente que centraliza esta relação no grau de autoritarismo de direita é o Right Wing Authoritarianism Scale (RWA), de Altemeyer (1998). Ele tem a seu favor a longevidade demonstrada, a especificidade de construto (Hall et al., 2010; Crawford, Mallinas, & Furman, 2015) e o sucesso na aplicação em outras culturas religiosas (Hunsberger, 1996). Baseia-se na assunção de que existe uma covariação de três

“clusters” atitudinais nos indivíduos: a submissão autoritária, a agressão autoritária e o convencionalismo. É chamado “de direita” não pelo sentido político, mas pelo psicossocial, onde a submissão ocorre diante de autoridades percebidas como legitimamente estabelecidas (Altemeyer, 1996). Joss, Nosek e Gosling (2008), entretanto, verificaram que a ideologia de direita (conservadores), em seu exato sentido político, define variáveis implícitas em psicologia social, assim como seu oposto – a ideologia de esquerda (liberais), baseadas no grau de resistência à mudança e aceitação da desigualdade.

Várias pesquisas demonstram a correlação positiva entre religiosidade e autoritarismo de direita, devido à inclusão do conformismo e do tradicionalismo na manifestação da religiosidade, além da rigidez cognitiva e do dogmatismo que acompanham certos tipos de religião (Altemeyer, 2003; Hall et al., 2010).

A maior parte dos estudos, entretanto, considera a religiosidade como similar ao fundamentalismo religioso porque defenderia a exclusão dos membros do exogrupo, e poderia ser medida através da frequência aos templos religiosos (Altemeyer & Hunsberger, 1992). Neste estudo, devido às características da vida religiosa brasileira, o fundamentalismo religioso será considerado como subproduto de alguns tipos de cristianismo, devido à sua estrutura rígida de valores, comportamento e julgamento dos não-pertencentes àquela igreja. Será medido aqui através do grau de religiosidade e da aceitação da teologia da prosperidade, muito desenvolvida entre os neopentecostais, por exemplo - que também se sentem mais ameaçados pela religiosidade afro-brasileira, segundo antropólogos (Oro, 2001; Silva, 2007a, 2007b) e sociólogos (Mariano, 1996). Existe ainda a verificação de que altos escores em autoritarismo de direita correspondem a altos escores em preconceito racial (Mavor, Mcleod, Boal, & Louis, 2009).

Procede-se agora aos trabalhos empíricos sobre as hipóteses desta tese. Serão apresentados o método, instrumentos, procedimentos, resultados e sua discussão, no próximo capítulo.

Capítulo IV

Estudos Empíricos

Este capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, apresenta-se o primeiro estudo, que teve como objetivo geral analisar o papel mediador do autoritarismo de direita, da teologia da prosperidade e do preconceito racial na discriminação contra religiões afro-brasileiras, e como objetivo específico validar o instrumento de medida dos construtos até aqui expostos: Importância e influência da religião na vida do indivíduo (VIs), discriminação contra religiões de matriz africana (VDs), influência da teologia da prosperidade na vida do respondente, preconceito racial e grau de autoritarismo (mediadores).

Devido à necessidade de ampliar a amostragem de maneira a torná-la representativa do grupo religioso evangélico, para testar adequadamente as hipóteses, fez-se um segundo estudo. E é na segunda parte que se tem o Estudo 2, onde se fizeram os ajustes necessários aos instrumentos de medida do primeiro estudo, verificou-se se efetivamente o preconceito racial ou o autoritarismo de direita seria o mediador intergrupar na manifestação de preconceito contra religiões afro-brasileiras, e apresentam-se os resultados finais das pesquisas desta tese.

O modelo teórico que fundamenta esta tese está exposto na Figura 1. As hipóteses condizentes são: 1) A discriminação contra religiões afro-brasileiras é predita pelo tipo de religião e grau de religiosidade, 2) A relação entre a discriminação e o tipo de religião/grau de religiosidade é mediada pelo autoritarismo de direita e pela teologia da prosperidade e 3) esta mediação é reforçada pelo preconceito racial.

O marco teórico - a teoria da discriminação justificada - explica que o preconceito racial é o elemento subjacente e primordial nesta forma de discriminação.

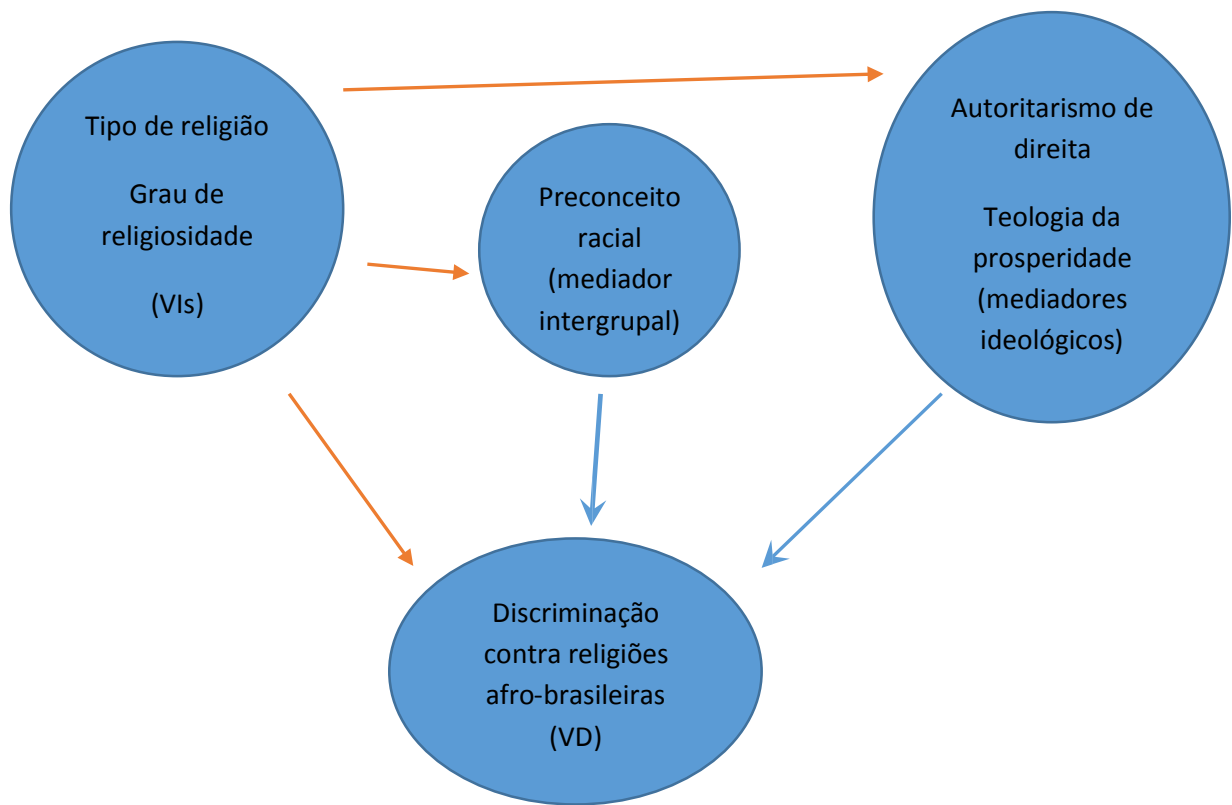


Figura 1. Modelo teórico.

Estudo 1

Este estudo teve como hipóteses: 1) Existe relação positiva entre a religião/religiosidade e a discriminação contra as religiões de matriz africana, e quanto maior for a religiosidade, maior será a discriminação; 2) Os mediadores autoritarismo de direita e teologia da prosperidade interferem na relação entre VIs e VD e 3) o preconceito racial aumenta o efeito da discriminação.

Método do Estudo 1

Participantes

Participaram deste estudo 300 estudantes universitários de uma instituição pública de ensino superior, dos cursos de ciências exatas (engenharias diversas – 91 participantes), ciências humanas (pedagogia e letras – 90 respondentes) e ciências da saúde (fonoaudiologia, odontologia, farmácia e enfermagem – 112 participantes). Os dados sócio-demográficos revelaram que a amostra foi majoritariamente feminina (60,3%, $n = 181$), com idade média de 20,7 anos ($SD = 2,3$) (mínima de 18 e máxima de 64 anos). A religião dominante foi a católica (46%, $n = 138$), seguida pelo ateísmo, agnosticismo ou “nenhuma religião” (18%, $n = 54$). Houve os que se identificaram apenas como “cristãos” (9%, $n = 27$). Protestantes perfizeram 9,3% ($n = 28$); evangélicos, 6,7% ($n = 20$) e kardecistas, 4,0%. ($n = 12$). Adventistas ($n = 4$), deístas ($n = 3$), mórmons ($n = 2$), seicho-no-iê ($n = 1$), seguidores do Vale do Amanhecer ($n = 1$) e abraâmicos ($n = 1$).

Instrumentos

O questionário compunha-se de cinco escalas. Iniciava-se pela Escala de otimismo religioso (Sethi & Seligman, 1993, 1994). Seus criadores verificaram que o fundamentalismo religioso correlacionava-se com um maior otimismo religioso. Os itens que a compõem (Anexo E1, pesquisa de opinião A) mostram-se próximos às características da realidade religiosa brasileira - exposta no capítulo I e II desta tese. Três aspectos da religiosidade estão contidos, numa estrutura unifatorial: influência da religião na vida diária, envolvimento religioso e esperança religiosa. A escala contém 17 perguntas. A esperança religiosa é medida por seis delas (Ex: “*Você acredita que o Céu existe?*”; “*Você acredita que seu sofrimento será recompensado?*”), com escala de resposta tipo Likert, de sete pontos, com extremos 1 (*Não acredito de jeito nenhum*) a 7 (*Acredito totalmente*).

O envolvimento religioso é medido através de três perguntas (Ex.: “*Com que frequência você reza/ora?*”); seis perguntas destinam-se a medir a influência da religião (Ex.: “*Quanta influência suas crenças religiosas tem nas decisões importantes de sua vida?*”). Ambos os tipos de perguntas também são respondidas através de uma escala Likert de sete pontos. Adicionalmente, o respondente é perguntado se acredita ou não em Deus ou num poder superior, e se casaria com alguém de outra religião (respostas Sim ou Não). Quanto maior a pontuação obtida na escala total, maior a religiosidade do respondente.

A segunda seção do questionário foi designada como Escala de discriminação contra religiões afro-brasileiras (Anexo E1, pesquisa de opinião B), criada para este estudo e baseada em Silva (2007a, 2007b), expresso em sentenças como “*Quem acredita em orixás pratica o Mal*” e “*Invocar as forças do Mal para prejudicar outras pessoas é típico de religiões africanas*”, acrescido do mito da irmandade cristã (Branchini, 2013), em itens como “*Tanto negros quanto brancos são igualmente bem-vindos ao Céu*” ou “*Para Deus, o importante é a alma e não a cor da pele da pessoa*”, num total de 24 itens com escala tipo Likert de 7 pontos para resposta, de extremos “*Discordo totalmente (1)*” e “*Concordo totalmente (7)*”.

A terceira seção compunha-se da Escala de preconceito sutil e flagrante de Pettigrew e Meertens (1995), (Anexo E1, pesquisa de opinião C) composta de 6 itens com afirmações do tipo “*No que diz respeito à honestidade, acho que os brancos e os negros são muito diferentes*”, igualmente respondido através de uma escala tipo Likert de 7 pontos, extremos “*Discordo totalmente (1)*” e “*Concordo totalmente (7)*” (Anexo E1, pesquisa de opinião C).

A quarta seção oferecia a Escala de identificação com a teologia da prosperidade,

(Anexo E1, pesquisa de opinião D) baseada em Mariano (1996), Oro (2001), Prandi (1996) e Silva (2007b), contendo 15 itens expressos em afirmações como “*O dinheiro e o sucesso são provas da ação de Deus na vida das pessoas*”, e também com a mesma escala tipo Likert de 7 pontos para resposta.

Por fim, a quinta seção constava da Escala de autoritarismo de direita de Altemeyer (RWA), validada para o Brasil por Barros (2002), (Anexo E1, pesquisa de opinião E) contendo 30 itens, como “*O que nosso país realmente precisa é de uma boa dose de lei e de ordem, ao invés de mais ‘direitos civis’*”, e a mesma escala Likert de 7 pontos para resposta.

Cinco perguntas forneceram informações sócio-demográficas, ao final: sexo, religião, idade, curso e período de ingresso na universidade.

Procedimento

O instrumento foi respondido individualmente em aplicação coletiva, e seguiu todas as recomendações da Resolução 466/12 do CNS, sob protocolo CAAE 47769615.3.0000.5188.

Plano de análise dos dados

Realizou-se inicialmente uma análise dos componentes principais (ACP), além de análises exploratórias e de consistência interna das medidas aqui adotadas para conhecer a adequação da matriz de correlação dos dados coletados à realização desse tipo de tratamento estatístico. O método de extração adotado foi o dos eixos principais (PAF). Como critérios para a extração dos fatores, adotou-se o valor próprio igual ou maior que 1 (critério de Kaiser), a análise paralela de Horn e a interpretabilidade dos componentes extraídos (Garson, 2012). O método de rotação utilizado foi o Varimax. Foi adotado como

ponto de corte para a carga fatorial o valor de 0,40 (Matsunaga, 2010). No caso de um item obter cargas fatoriais elevadas em um ou mais componentes, optou-se por reter o item no componente no qual apresentou maior carga fatorial. Para avaliar a consistência interna da medida foi adotado o alfa de Cronbach, considerando-se como adequados os valores acima de 0,70 (Nunnally, 1991).

Posteriormente, foram realizadas análises de regressão hierárquica para testar o efeito da religiosidade, do sexo e do tipo de religião na discriminação de religiões africanas. Por fim, foram realizadas análises de regressão simples com método *Enter*, para testar o efeito mediador do autoritarismo, teologia da prosperidade e preconceito racial na relação entre a religiosidade e a discriminação contra as religiões africanas.

De acordo com Souza, Torres, Barbosa, Lima e Souza (2015), uma variável é mediadora se ela tem a capacidade de explicar toda ou parte da relação entre uma variável independente e uma dependente. Em uma mediação, o efeito causal da VI sobre a VD é bipartido: um efeito direto (c), e um indireto (d) que é controlado pelo mediador (M). Para se avaliar uma mediação são computados ainda os efeitos da VI no mediador (a) e do mediador na VD (b). Para testar uma hipótese de mediação usualmente se segue o método popularizado por Baron e Kenny (1986), conhecido como *causal steps strategy*. Nele, os passos anteriormente descritos são estimados por meio de regressões, tendo como base alguns critérios para que se configure uma mediação.

Inicialmente, as relações entre VI e M (a), entre o M e VD (b) e entre VI e VD (c) devem ser significativas. Posteriormente, ao inserir o mediador na relação, o poder preditivo da VI, quando controlado por M, deve ser nulo ou menor do que o seu efeito direto na VD. Considerando essas relações, pode-se avaliar qual tipo de mediação está presente no modelo.

Quando o efeito direto (c) é maior do que o indireto (d), e ambos são diretamente relacionados (isto é, apresentam igualmente sinais positivos ou negativos); sendo o caminho c significativo e o d não-significativo, observa-se uma *mediação completa*, pois quando houver a inserção de M na relação o poder preditivo da VI sobre a VD passará a ser não-significativo, ou seja, a relação entre ambas será completamente explicada pelo mediador. Em uma *mediação parcial*, os caminhos c e d serão ambos significativos e diretamente relacionados (mesmo sinal), e quando se introduzir M , a relação entre VI e VD diminuirá, embora continue significativa (Little, Card, Boivard, Preacher, & Crandall, 2007).

Baron e Kenny (1986) indicam que são necessários procedimentos adicionais para examinar a magnitude do efeito de mediação e sua significância estatística. O teste de Sobel (1986) considera os produtos dos termos ab dividido pelos seus erros padrões para se obter uma estatística Z , que pode ser avaliada para a significância estatística, usando uma distribuição de probabilidade correspondente à distribuição normal padrão. Entretanto, o produto de duas variáveis normalmente distribuídas não segue necessariamente uma distribuição normal. Neste sentido, o produto dos caminhos ab tende a apresentar forte assimetria e curtose (Sobel, 1986), e o teste Z correspondente não tem poder estatístico o bastante para corrigir essa assimetria.

Adicionalmente, o método *bootstrapping* tem sido comumente recomendado na literatura como uma alternativa que não impõe a suposição de normalidade da distribuição. O *bootstrapping* é um método computacional que envolve repetidas amostragens extraídas do conjunto de dados, estimando o efeito indireto (caminho ab) em cada uma delas, criando assim uma aproximação empírica da distribuição de ab , que por sua vez é utilizada para construir intervalos de confiança para o efeito indireto. Como os intervalos de confiança são importantes para se compreender os efeitos, os intervalos criados no

bootstrapping são recomendados e preferíveis quando comparados ao teste de Sobel (MacKinnon, Lockwood, & Williams, 2010).

A hipótese da mediação é aceita se os intervalos de confiança obtidos não contêm o valor zero, ou seja, se o efeito indireto apresenta um valor diferente de zero. No presente estudo, as análises de mediação foram realizadas utilizando-se a sintaxe e macro para SPSS desenvolvida por Hayes (2013). Foram computadas 1000 amostras de *bootstrapping* e os intervalos de confiança dos efeitos indiretos foram calculados pelo método *bias corrected and accelerated* [BCa].

Resultados do Estudo 1

Na ACP para a primeira escala do questionário, que mede a religiosidade, registrou-se um KMO = 0,927 e um teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 (105) = 3096,006$, $p < 0,0001$). Sendo estes resultados satisfatórios, seguiu-se adiante no tratamento estatístico, e obtiveram-se três fatores com valores próprios de 7,96, 1,70 e 1,06, respectivamente; e variância explicada de 30%. A análise paralela de Horn sugeriu a extração de um fator único com valor próprio acima daqueles sugeridos randomicamente (Anexo A, Tabela A1). Esta nova extração, na matriz rotacionada, excluiu três itens por apresentarem carga fatorial insuficiente. A nova análise gerou um KMO = 0,933 e teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 (66) = 2783,860$, $p < 0,0001$) – todos satisfatórios. Isto permitiu obter, para o fator único, a variância explicada de 12% e um alfa de Cronbach de 0,94 em 12 itens que versam sobre a importância e influência da religião na vida do respondente e nas principais crenças associadas ao otimismo religioso. Este fator único denominou-se “religiosidade”, expresso em itens como “*Quanta influência suas crenças*

religiosas têm nas decisões importantes de sua vida” (Anexo A, Tabela A1). Quanto maior a pontuação nesta escala, maior a religiosidade do respondente.

O segundo construto a ser analisado foi a discriminação contra religiões de matriz africana. Composto por 18 itens, obteve um KMO = 0,875 e um teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2(153) = 1808,096 < 0,0001$), ou seja, resultados satisfatórios. Em sua ACP e também na análise paralela de Horn, indicaram-se dois fatores de nove itens cada um (seis foram descartados devido à baixa saturação). O primeiro fator, denominado “visão positiva das religiões de base africana”, apresentou alfa de Cronbach = 0,84 e variância de 6%. O segundo, denominado “visão negativa das religiões de base africana”, mostrou um alfa de Cronbach = 0,82 e variância de 13%. No total do construto, obteve-se um alfa de Cronbach = 0,89 e uma variância = 17% (Anexo B, Tabela B1).

O terceiro construto analisado - preconceito racial - compunha-se dos seis itens da escala de preconceito sutil e flagrante de Pettigrew e Meertens (1995), dos quais dois itens se mostraram com baixa saturação. Isto impossibilitou a geração de uma matriz rotacionada. Resultou em um fator único, com alfa de Cronbach 0,64 e variância de 10%. Estes números abaixo do estatisticamente necessário justificaram a elaboração de outro instrumento para medir o mesmo construto, num segundo estudo.

O instrumento para mensurar a adesão ao construto “teologia da prosperidade” era o terceiro do questionário, composto de 11 itens. Apresentou um KMO = 0,67 e teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2(120) = 576,174, p < 0,0001$). Sua ACP indicou seis fatores, com variância explicada cumulativa de 37,643%. A análise paralela de Horn, pela matriz rotacionada, sugeriu dois fatores contendo: O primeiro, seis itens, com alfa de Cronbach 0,66 e variância de 6% e o segundo, cinco itens, alfa de Cronbach 0,52 e variância de 5%. Os fatores foram denominados “teologia da prosperidade” e “racionalismo ético” (que se diferenciou em itens como *“Basta boas ações e uma vida justa para que alguém se livre*

do Mal”), respectivamente. Sua contribuição para o modelo da análise fatorial indicou autovalores de 2,62 e 2,00, respectivamente, e 11,79% e 7,66% de variância total explicada (Anexo C, Tabela C1). Embora resultados com carga fatorial abaixo de 0,40 sejam descartados neste trabalho (Vide Tabela C1), este instrumento foi mantido em estudo posterior devido ao fato de que evangélicos deveriam pontuar mais alto nestes itens, o que não teria sido possível neste primeiro estudo devido ao número pequeno de respondentes com este perfil religioso, conforme exposto na seção do Método, tópico Participantes, deste primeiro estudo.

Como passo seguinte, e diante dos valores de $KMO = 0,865$ e do teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 (435) = 2708,455$, $p < 0,0001$), que foram considerados satisfatórios, prosseguiu-se com as análises para o instrumento mensurador do “autoritarismo” (RWA) (Anexo D, Tabela D1). Em sua ACP, foram obtidos 8 fatores com valores próprios maiores do que 1, com variância explicada cumulativa de 61,16%. A análise paralela de Horn (1965) indicou a extração de dois fatores com valores próprios acima daqueles obtidos randomicamente. Como a solução com oito fatores carecia de interpretabilidade, optou-se por realizar uma nova análise fixando a extração de dois componentes, conforme a proposta inicial e a teórica (Altemeyer, 1998), além da indicação da análise paralela. Os dois fatores na matriz rotacionada excluíram um item por apresentar carga insuficiente.

Como resultado, obteve-se um fator de 14 itens denominado “tolerância” (expresso em itens como “*É importante que o jovem rejeite as coisas que ele não queira fazer e passe a agir da maneira como ele quiser*”), reunindo itens ligados a atitudes de aceitação de diferenças de crenças, práticas sexuais, religiosas e proteção dos direitos humanos. Este fator explicou 16% da variância, com coeficiente de fidedignidade de 0,88.

Complementarmente, obteve-se um segundo fator denominado “autoritarismo”, (presente em itens como “*Do que nosso país precisa é de um líder forte e determinado, que derrote o mal e nos coloque de volta no caminho certo*”) aglutinando itens que, segundo Altemeyer (1998), mostram submissão à autoridade e agressividade autoritária. Este fator constituiu-se de 15 itens, explicou 8% da variância e apresentou um coeficiente alfa de Cronbach de 0,85.

Os dois fatores obtidos (tolerância e autoritarismo) mostraram-se significativos na contribuição para o modelo da análise fatorial (autovalores 7,298 e 3,719, respectivamente, explicando 25,164% e 12,823% da variância total).

Após realizada a validação das medidas utilizadas no estudo, procedeu-se às análises de regressão simples com método *Enter*, para testar o efeito mediador do autoritarismo, teologia da prosperidade, racionalismo ético e preconceito racial na relação entre a religiosidade e a discriminação de religiões africanas. Fez-se uma análise de regressão hierárquica para testar o efeito da religiosidade, do sexo e do tipo de religião na discriminação de religiões africanas. No primeiro bloco foram incluídas as variáveis sexo e tipo de religião (católica, protestante – onde se incluíram os neopentecostais, devido ao seu valor residual na amostra) e ateus (onde foram incluídos os agnósticos e os que declararam não possuir religião), ambas as variáveis codificadas como *dummy*. No segundo bloco foi incluída a religiosidade.

Na primeira equação, o coeficiente de regressão foi significativo, $R^2 = 0,22$, $F(4, 292) = 19,7$, $p < 0,001$. Os resultados indicam que a religião protestante prediz diretamente a discriminação das religiões africanas, enquanto que a classificação ateus/agnósticos prediz negativamente a discriminação. Na segunda regressão, quando a religiosidade é adicionada no modelo, o coeficiente de regressão continua significativo,

$R^2 = 0,32$, $F(5, 292) = 27,2$, $p < 0,001$. O efeito da religião protestante permanece significativo e a religiosidade prediz diretamente a discriminação das religiões africanas. A segunda regressão apresenta um incremento significativo na explicação da discriminação, $R^2_{Change} = 0,11$, $F(1, 287) = 44,9$, $p < 0,001$, conforme a Tabela 1.

Tabela 1

Pesos de Regressão Padronizados (B) dos Preditores da Discriminação

Preditores	Masc	Discriminação	Fem
Sexo	0,09	0,01	
Católica	-0,02	-0,09	
Protestante	0,37**	0,21**	
Ateu/Agnóstico	-0,16*	0,05	
Religiosidade		0,47**	
R^2	0,20	0,31	

Nota. Para o sexo foram atribuídos os seguintes valores: 0 = masculino e 1 = feminino. * $p < 0,05$, ** $p < 0,001$.

Em seguida, foram realizadas análises de regressão simples para testar o efeito mediador do autoritarismo, teologia da prosperidade, racionalismo ético e preconceito racial na relação entre a religiosidade e a discriminação de religiões africanas. Os resultados são apresentados na Tabela 2. O autoritarismo de direita e a teologia da prosperidade mediam a relação entre religiosidade e discriminação. Para estas duas variáveis, verifica-se que os critérios iniciais (*causal steps strategy*) foram satisfeitos. No teste da mediação o Z de Sobel foi significativo ($p < 0,01$) e nas análises de *bootstrapping* os intervalos de confiança não contiveram o valor zero, ou seja, os efeitos indiretos de ambas as variáveis foram significativos.

Tabela 2 *Coefficientes de Regressão Não Estandarizados para Teste dos Efeitos de Mediação*

Mediadores	<i>a</i>	<i>b</i>	<i>c</i>	<i>d</i>	Z de Sobel	Efeito indireto [IC - 95%]
Autoritarismo	0,40***	0,65***	0,35**	0,09*	7,95***	0,26 [0,21, 0,33]
Teologia da prosperidade	0,40***	-0,04	0,36**	0,38**	-0,64	-0,02 [-0,08, 0,04]
Racionalismo ético	-0,19**	-0,12*	0,36***	0,34***	2,13*	0,02 [0,01, 0,05]
Preconceito racial	0,03	0,08	0,36***	0,36***	0,17	0,001 [-0,01, 0,01]

Nota. Os valores nas colunas *a*, *b*, *c*, *d* são pesos de regressão b; *a* = VI predizendo mediador; *b* = mediador predizendo VD, controlado pela VI; *c* = VI predizendo VD; *d* = VI predizendo VD, controlado pelo mediador;

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. Intervalos de confiança (IC) que não contêm zero são considerados significativos ao nível de $p < 0,05$.

Discussão do Estudo 1

As hipóteses deste primeiro estudo foram: 1) Existe relação positiva entre a religião/religiosidade (VIs) e a discriminação contra as religiões de matriz africana (VD); 2) Os mediadores autoritarismo de direita e teologia da prosperidade interferem na relação entre VIs e VD e 3) o preconceito racial aumenta o efeito da discriminação.

O objetivo específico 1, de validar a escala de “religiosidade”, confirmou que quanto mais forte foi a religiosidade, maior foi a discriminação.

O objetivo específico 2, de validar a escala de “discriminação contra religiões de matriz africana” foi atingido, mas não a do “mito da irmandade cristã”. Os itens a ela referentes foram suprimidos do instrumento, para uma posterior aplicação em outra amostra.

O terceiro construto avaliado pelo instrumento, “preconceito racial”, não mostrou sensibilidade técnica, o que justificou uma nova proposta de instrumento. Como se tratou de um instrumento elaborado nos EUA para preconceito racial explícito, entendeu-se que sua insensibilidade deveu-se ao fato de o racismo no Brasil ser do tipo velado ou cordial (Camino, Gouveia, Maia, Paz & Laureano, 2013; Lins, Lima-Nunes & Camino, 2014), e que isto será avaliado em um segundo estudo.

O quarto construto medido, a aceitação da “teologia da prosperidade”, mostrou-se tecnicamente viável mesmo considerando o número residual de neopentecostais, o que possivelmente interferiu no valor de fidedignidade deste instrumento. Isto levou à decisão de testar os itens do instrumento em uma amostra maior, e representativa, num segundo estudo.

O quinto construto, autoritarismo de direita, apresentou resultados semelhantes a dois outros estudos que se valeram do mesmo instrumento (Barros, 2002; Cantal, Milfont, Wilson, & Gouveia, 2015), mostrando que a escala RWA prediz atitudes preconceituosas contra grupos considerados perigosos, assim como a percepção do mundo como um lugar perigoso. Neste estudo mostrou-se composta de dois fatores: autoritarismo e tolerância.

Baseado no marco teórico escolhido – a teoria da discriminação justificada – não foi possível confirmar que o preconceito racial é um dos mediadores subjacentes à discriminação. Em outras palavras, existe a diabolização das religiões afro-brasileiras, mas o motivo disto, por enquanto, parece estar no tipo de religião cristã professada e no grau de autoritarismo de direita, e não no preconceito racial, como havia sido hipotetizado. Ambos os motivos encontrados têm em comum o fundamentalismo religioso.

Os frutos deste primeiro estudo esclareceram que, devido à falha do instrumento quanto ao construto “preconceito racial”, não foi possível verificar a sua correlação com

a expressão do preconceito contra religiões de matriz africana. Entretanto, as considerações sobre os outros construtos mostrou ser viável elaborar um segundo questionário, valendo-se dessa vez de uma amostra de seguidores de diversas religiões cristãs, para maior validade externa das conclusões.

Estudo 2

Neste estudo procurou-se observar se o preconceito de cor (racismo), a teologia da prosperidade ou o autoritarismo de direita mediarão a relação entre a discriminação religiosa (variável dependente) e o tipo de religião e grau de religiosidade (variáveis independentes) em uma amostra de evangélicos, católicos e ateus.

Embora o preconceito racial no Brasil já seja estudado em Psicologia Social (Sacco, Couto & Kohler, 2016), assim como o autoritarismo de direita, não foi localizado, até o momento, um estudo que correlacione estes construtos com a discriminação contra religiões afro-brasileiras. Neste sentido, espera-se que os participantes que apresentem alto preconceito racial discriminem mais as religiões afro-brasileiras (hipótese 1), assim como aqueles que pontuem mais alto em autoritarismo de direita (RWA) e na teologia da prosperidade (hipótese 2). Espera-se também que as pontuações mais altas em religiosidade, assim como o tipo de cristianismo, correspondam a um grau maior de discriminação (hipótese 3).

Método do Estudo 2

Participantes

No período de janeiro a abril de 2016 foram contactados aleatoriamente 449 membros de igrejas cristãs, conforme a Tabela 3. Ateus e agnósticos foram encontrados

em amostragens aleatórias de um total de 200 estudantes dos cursos de História, Filosofia e Biologia de uma universidade pública federal. Excluíram-se menores de 18 anos em ambas as amostragens.

A amostra foi equivalente entre homens e mulheres (48,9% e 51,1%, respectivamente), idade variando entre 18 e 75 anos, SD = 11,6 anos, diferenciada equitativamente conforme sua religião, de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3 *Frequências por tipo de religião*

Tipo de religião	<i>n</i>
Católica	121
Católica carismática	103
Protestantes e pentecostais	118
Neopentecostais	107
Ateus e sem-religião	70
T O T A L	519

Instrumentos

Utilizou-se o mesmo instrumento para medição da religiosidade do Estudo 1, assim como o mesmo instrumento que media a discriminação contra religiões afrobrasileiras e a teologia da prosperidade. Repetiu-se o uso da escala de autoritarismo de direita (Anexo F).

Criou-se uma nova escala para verificar o preconceito racial do tipo cordial (Turra e Venturi, 1995), baseando-se em que:

O racismo cordial é definido como uma forma de discriminação contra os cidadãos não brancos (negros e mulatos), que se caracteriza por uma polidez

superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam ao nível das relações interpessoais através de piadas, ditos populares e brincadeiras de cunho “racial” (Lima & Vala, 2004).

A teoria do racismo cordial ainda se encontra em desenvolvimento, tendo alguns pesquisadores, como Camino, Silva, Machado e Pereira (2001), e França e Monteiro, (2002) começado a analisar, dentro da Psicologia Social, os mecanismos históricos e psicossociais que subjazem a esta forma de racismo.

Contribuindo para este objetivo, construiu-se um instrumento com 16 itens (Anexo F, pesquisa de opinião C), baseado em conceitos de Telles (2003) (*A sociedade trata melhor quem é branco*), em itens da escala de Jacobson (1985) (*Atualmente, os negros estão com mais vantagens que os brancos*), em conceitos expostos por Turra e Venturi (1995) (*No Brasil, preconceito racial não existe*), em escala de Lepore e Brown (1997) (*Eu acho que a sociedade é injusta com os negros*) e Nelson (2009) (*Eu tomo cuidado em não parecer preconceituoso contra os negros*).

Metade dos itens eram contrários ao preconceito racial, e a outra metade, favoráveis à sua expressão. Este é um recurso comum e importante na elaboração de instrumentos de medida, pois evita a tendência de generalização de respostas para todos os itens (DiStefano & Molt, 2006), exigindo daqueles que os respondem uma elaboração cognitiva não-automática (Podsakoff, Mackenzie, Lee, & Podsakoff, 2003).

Procedimentos

O instrumento foi respondido individualmente em aplicação coletiva, e seguiu todas as recomendações da Resolução 466/12 do CNS, sob protocolo CAAE 47769615.3.0000.5188.

Análise dos dados

As análises fatoriais, de regressão e de mediação seguiram os mesmos procedimentos adotados no Estudo 1. O pacote estatístico AMOS 18.0 foi empregado para realizar análises fatoriais confirmatórias, tendo em conta a matriz de covariância e adotando o estimador ML (Máxima Verossimilhança). Os casos omissos (*missing data*) compõem menos de 0,5% das observações e por esta razão foram substituídos pela média das respostas obtidas em cada item. Para conhecer o ajuste do modelo proposto e compará-lo com modelos alternativos, utilizaram-se os seguintes indicadores: a razão do qui-quadrado pelos graus de liberdade (χ^2/gf), onde valores menores do que 5 indicam um ajuste adequado do modelo; o *goodness of fit index* (GFI) e o *comparative fit index* (CFI), onde valores iguais ou superiores a 0,90 indicam ajuste bom; e o *root mean square error of approximation* (RMSEA), cujos valores de 0,06 ou menor indicam ajuste satisfatório, aceitando-se aqueles de até 0,10 (Garson, 2012).

Resultados do Estudo 2

Análise fatorial confirmatória da escala de discriminação contra religiões africanas

Inicialmente, realizou-se uma análise fatorial confirmatória, testando o ajuste do modelo bifatorial, proposto no Estudo 1, da escala de discriminação contra religiões africanas. Este modelo apresentou índices de ajuste aceitáveis, próximos daqueles recomendados pela literatura, $\chi^2 (134) = 570,14$, $\chi^2/gf = 4,25$, GFI = 0,89, CFI = 0,83 e RMSEA = 0,079, IC 90% [0,073 – 0,086]. O Fator 1 foi denominado “visão positiva das religiões de base africana” e o Fator 2, “visão negativa das religiões de base africana”, conforme utilizado no primeiro estudo. A estrutura fatorial e os pesos de regressão são apresentados na Figura 2. Todos os pesos de regressão foram significativos ($p < 0,05$).

Os alfas de Cronbach para os fatores 1 e 2 foram, respectivamente, 0,81 e 0,80. Para a escala total, o alfa foi de 0,84.

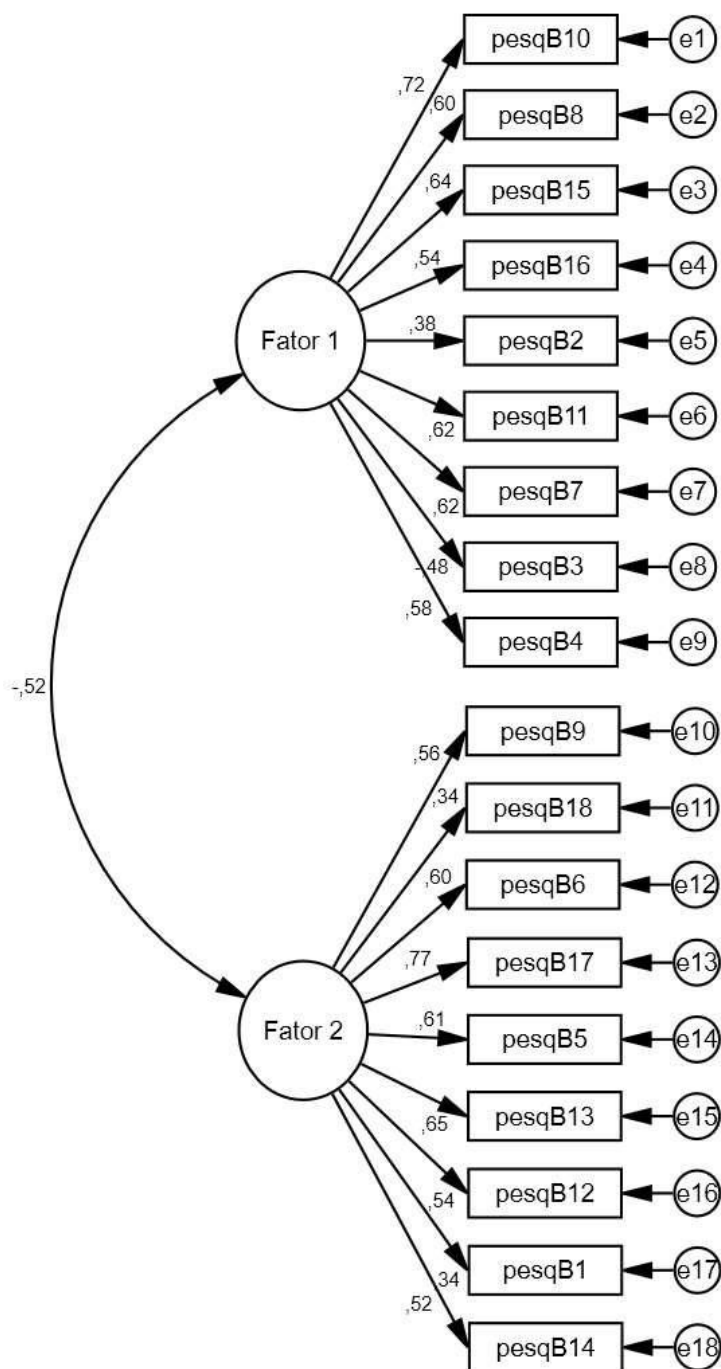


Figura 2. Coeficientes de regressão e correlações da estrutura bifatorial da Escala de Discriminação contra Religiões Africanas.

O KMO = 0,70 e o teste de esfericidade de Bartlett $\chi^2 (78) = 956,3$, $p < 0,001$, foram considerados satisfatórios, o que permitiu prosseguir com as análises. Na primeira ACP, sem determinar o número de componentes a extrair, foram obtidos 5 fatores com valores próprios maiores do que 1. No entanto, uma análise do *scree plot* indicou a extração de dois fatores que se diferenciavam dos demais. Foi realizada então uma segunda análise fixando a extração de dois fatores. Esses explicaram conjuntamente 32% da variância dos dados. Os itens 8, 2 e 6 ficaram abaixo do ponto de corte da carga fatorial (0,40) e foram excluídos das análises. Após essa exclusão, foi realizada uma nova ACP com 13 itens fixando a extração de dois fatores. O Fator 1 agrupou 7 itens, explicando 21% da variância, sendo denominado de “cordialismo sutil”. O fator 2 agrupou 6 itens, explicando 15% da variância e foi denominado de “negação do preconceito”. O Fator 1 obteve uma alfa de Cronbach de 0,72 e o Fator 2 de 0,54. O alfa de Cronbach para a escala total foi de 0,63. As cargas fatoriais são apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4
Análise fatorial para a Escala de Preconceito Racial

Itens	Fator 1	Fator 2
C16. <i>A sociedade trata melhor quem é branco.</i>	0,74	
C14. <i>No Brasil, é comum bandido ter a pele escura.</i>	0,71	
C13. <i>Para os brasileiros, uma criança branca é mais...</i>	0,68	
C7. <i>No Brasil, é comum os pobres terem a pele...</i>	0,67	
C9. <i>Eu acho que a sociedade brasileira é injusta...</i>	0,53	
C15. <i>É inaceitável alguém demonstrar seus próprios...</i>	0,44	
C5. <i>Eu tomo cuidado para não parecer...</i>	0,44	
C11. <i>Os negros teriam mais sucesso se fossem...</i>		0,65
C3. <i>Atualmente, no Brasil, os negros estão...</i>		0,63
C12. <i>Vários negros que recebem bolsas...</i>		0,54
C10. <i>Eu não ligo se os outros pensam...</i>		0,50
C4. <i>No Brasil, preconceito racial não existe.</i>		0,45
C1. <i>No Brasil, é melhor ser negro que ser...</i>		0,43

Análises de regressão

Foi realizada uma análise de regressão hierárquica para testar o efeito da religiosidade, do sexo e do tipo de religião na discriminação de religiões africanas. No primeiro bloco foram incluídas as variáveis sexo e tipo de religião (católica, protestante, católica carismática, pentecostal, neopentecostal, nenhuma), ambas codificadas como *dummy*. No segundo bloco foi incluída a religiosidade. Os resultados indicam que o cristianismo neopentecostal e o protestante predizem diretamente a discriminação das religiões africanas. As religiões católica e pentecostal, e aqueles que afirmam não seguir nenhuma religião predizem negativamente a discriminação. A religiosidade também prediz diretamente a discriminação das religiões africanas. Esses resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5

Pesos de Regressão Padronizados (B) dos Preditores da Discriminação

Modelo	Religião	Beta	Significância
1	Nenhuma	-0,47	0,000
2	Nenhuma	-0,58	0,000
	Católica	-0,47	0,000
3	Nenhuma	-0,51	0,000
	Católica	-0,38	0,000
	Neopentecostal	0,24	0,000
4	Nenhuma	-0,44	0,000
	Católica	-0,30	0,000
	Neopentecostal	0,32	0,000
	Protestante	0,20	0,000
5	Nenhuma	-0,47	0,000
	Católica	-0,34	0,000
	Neopentecostal	0,28	0,000
	Protestante	0,17	0,000
	Pentecostal	-0,09	0,014
6	Nenhuma	-0,23	0,000
	Católica	-0,29	0,000
	Neopentecostal	0,27	0,000
	Protestante	0,16	0,000
	Pentecostal	-0,07	0,033
	Religiosidade	0,28	0,000

Todos os modelos foram significativos e apresentaram um incremento expressivo na explicação da discriminação, comparativamente ao anterior. O modelo final (6) apresentou um R^2 de 0,53. Esses dados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6

Variância Explicada pelos Modelos

Modelo	R^2	R^2_{Change}	F_{Change}	$gl1$	$gl2$	Significância do F_{Change}
1	,221	,221	137,634	1	485	,000
2	,427	,206	174,283	1	484	,000
3	,477	,049	45,670	1	483	,000
4	,507	,030	29,463	1	482	,000
5	,513	,006	6,077	1	481	,014
6	,534	,021	21,870	1	480	,000

Em seguida, foram realizadas análises de regressão simples para testar o efeito mediador do autoritarismo de direita, da teologia da prosperidade e do preconceito racial na relação entre a religiosidade e a discriminação de religiões africanas. Os resultados são apresentados na Tabela 7. Apenas a variável autoritarismo mediou a relação entre religiosidade e discriminação. Para essa, verifica-se que os critérios iniciais (*causal steps strategy*) foram satisfeitos: o teste da mediação do Z de Sobel foi significativo ($p < 0,01$) e os intervalos de confiança não contiveram o valor zero, ou seja, os efeitos indiretos foram significativos.

Tabela 7

Coefficientes de Regressão Não Estandarizados para Teste dos Efeitos de Mediação

Mediador	a	b	c	d	Z de Sobel	Efeito indireto [IC - 95%]
Autoritarismo	0,53*	0,51*	0,44*	0,17*	8,24*	0,27 [0,21, 0,34]
Teologia da prosperidade	0,38*	-0,01	0,44*	0,44*	-0,27	0,00 [-0,03, 0,02]
Preconceito racial	0,03	0,02	0,44*	0,44*	0,24	0,0 [0,00, 0,01]

Nota: Os valores nas colunas a , b , c , d são pesos de regressão b; a = VI predizendo mediador; b = mediador predizendo VD, controlado pela VI; c = VI predizendo VD; d = VI predizendo VD, controlado pelo mediador;

* $p < 0,01$; Intervalos de confiança (IC) que não contêm zero são considerados significativos ao nível de $p < 0,05$.

Discussão do Estudo 2

Neste estudo procurou-se observar se o preconceito de cor (racismo), a teologia da prosperidade ou o autoritarismo de direita mediariam a relação entre a discriminação religiosa (variável dependente) e o tipo de religião e grau de religiosidade (variáveis independentes) em uma amostra de evangélicos, católicos e ateus, objetivando ainda validar uma nova escala de preconceito racial, do tipo cordial.

Verificou-se que a relação entre as VIs e a VD deu-se da forma indicada na Figura 3: Apenas o autoritarismo de direita mediou a discriminação contra religiões afro-brasileiras.

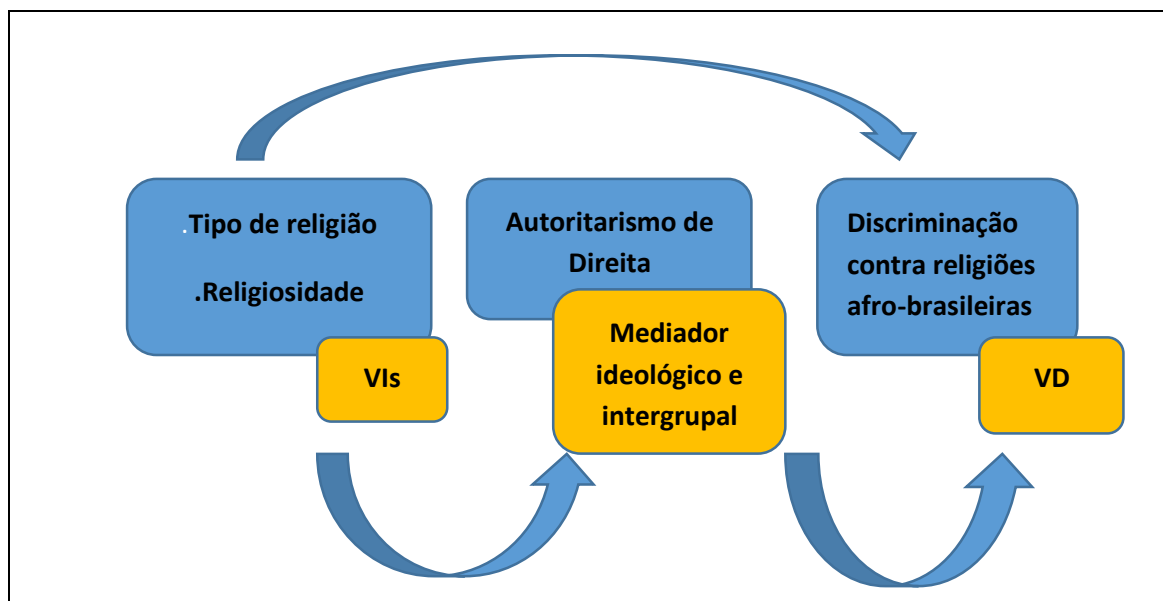


Figura 3. Relações entre VIs e VD, e mediação da discriminação contra religiões afrobrasileiras.

Assim, a hipótese 1 foi rejeitada (o preconceito racial não foi o mediador intergrupar entre VIs e VD), e observou-se que as reflexões teóricas de antropólogos (Silva, 2007a; 2007b; 2009; Oro, 2001) e a posição política da própria Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos

Direitos Humanos (Brasil, 2016a; 2016b; 2016c), sobre um racismo subjacente à intolerância religiosa, não se confirmou neste estudo – o que pode indicar um problema na forma da medida do preconceito racial aqui utilizada – mas que está conforme a análise histórico-antropológica de Fry e Maggie (2007) quanto às características culturais brasileiras, avessas a dicotomias. Replicações de estudos neste campo são necessárias para aceitar este ponto de vista, que permite admitir inclusivamente a tensão entre um velho e tradicional Brasil, mesclado culturalmente, com um outro, onde estruturas rígidas de pensamento e comportamento são valorizadas por segmentos religiosos da sociedade.

Confirmou-se parcialmente a hipótese 2, onde o autoritarismo de direita, apenas, mostrou-se como o construto que medeia a relação entre o tipo de religião/religiosidade e a discriminação contra religiões afro-brasileiras. Este achado está conforme ao que acontece em outros países quanto à intolerância religiosa em geral (Johnson et al., 2011; Shen, Yelderman, Haggard & Rowatt, 2013). Sabe-se, por exemplo, que o fundamentalismo religioso pode ser tomado como a face religiosa do autoritarismo de direita (Hall et al., 2010), e que por este motivo cristãos negros norte-americanos enfrentam preconceito racial (Altemeyer & Hunsberger, 1992; Hall et al., 2010).

A *escala de discriminação contra religiões africanas* cumpriu seu objetivo, atendendo aos requisitos estatísticos necessários para sua validação. Já a *escala de preconceito racial* mostrou-se insatisfatória. Isto denuncia a dificuldade de mensurar, no Brasil, o racismo cordial. O nível de utilização deste tipo de preconceito deve estar-se apresentando muito alto, a julgar pela quase totalidade de respostas do tipo “discordo totalmente” para a questão “No Brasil, preconceito racial não existe”. Esta falha interferiu no efeito de mediação que esta variável – o preconceito racial – apresentaria sobre o preconceito contra religiões de matriz africana considerado pelo tipo de religião do respondente. Isto rejeitou a hipótese 1 deste trabalho: A de que o racismo seria o motivo

subjacente ao preconceito religioso contra religiões de matriz africana demonstrado por certos tipos de cristianismo. Um instrumento capaz de mensurar o racismo à brasileira continua sob demanda na pesquisa em Psicologia Social. Ou, alternativamente, a discriminação contra religiões afro-brasileiras efetivamente não se dá por motivos raciais (conforme se demonstrou neste trabalho, em duas tentativas de elaboração e aplicação de instrumento específico para este construto), e sim por outros motivos (teológicos ou ideológicos).

A análise de regressão hierárquica confirmou a hipótese 3, que se verifica na revisão de literatura em outras áreas do conhecimento: Os neopentecostais se destacam no preconceito contra religiões afro-brasileiras. A novidade apresentou-se na inclusão dos protestantes nesta categoria. Talvez seja uma característica específica da religião majoritária desta sub-amostragem: os congregacionais. Futuras pesquisas diferenciando os tipos de protestantismo e pentecostalismo quanto ao preconceito religioso podem ajudar a esclarecer o fato.

O grau de religiosidade (hipótese 3) também predisse diretamente este preconceito, em consonância com outros estudos internacionais (Johnson et al., 2012; Shen, Yelderman, Haggard & Rowatt, 2013). Isto demonstra o perigo da intolerância religiosa entre os mais devotos às suas religiões. Este tema é atual e continua sendo debatido (Strube & Rahimi, 2006; McAdams & Albaugh, 2008; Salzman, 2008; Roets & Hiel, 2011), embora não tenham sido encontrados estudos feitos no Brasil com a mesma preocupação, de acordo com a busca na plataforma de periódicos da Capes em 28 de setembro de 2016 com as palavras-chave “Altemeyer AND RWA”. Isto talvez aponte para um descompasso entre os estudos realizados no exterior e neste país, para o que a presente tese pode vir em auxílio.

Ateus e sem-religião mostraram-se os mais tolerantes, menos preconceituosos religiosamente, também conformes aos estudos internacionais já existentes (Rocas & Amit, 2011; Johnson et al., 2012). Os católicos brasileiros mostraram-se, nesta tese, igualmente tolerantes. Isto favorece uma visão pró-freyreana do processo de aculturação religiosa do país, apesar de todas as críticas e limitações que os postulados deste sociólogo possam sofrer. Suas colocações sobre a matriz religiosa brasileira, favorecedora do hibridismo, da mistura, continuarão a ser substrato para vários outros estudos futuros.

O construto “teologia da prosperidade” não se mostrou sensível na manifestação de preconceito contra religiões afro-brasileiras, ao contrário da associação que fazem os antropólogos e sociólogos expostos sobre o tema. É um achado importante que pede estudos adicionais que verifiquem se efetivamente o advento do neoliberalismo interfere nesta expressão de preconceito. Se esta característica neopentecostal não é relevante para o surgimento da discriminação, então outros motivos (teológicos ou ideológicos) podem ser alegados e verificados em futuras pesquisas de replicação.

Discussão Geral e Considerações Finais

Este trabalho mostrou a relevância da dimensão do autoritarismo e do grau de religiosidade na manifestação da discriminação contra religiões afro-brasileiras. Este achado deu-se dentro dos pressupostos teóricos da teoria da discriminação justificada, mas outras teorias poderiam ser utilizadas em estudos futuros, para comparação, uma vez que a premissa central da teoria – a de que o preconceito racial seria o mediador intergrupar na discriminação estudada – não se confirmou.

É preciso acrescentar, entretanto, que a maioria dos respondentes que pertenciam às diversas igrejas pentecostais e à neopentecostal eram de cor parda ou negra, o que pode

ter influenciado nas respostas ao instrumento de medida do preconceito racial. Outro instrumento de medição que leve em conta esta característica pode ser elaborado para estudos futuros.

A discriminação contra religiões afro-brasileiras pode dar-se por motivos teológicos, por exemplo. Neste caso, tem-se a sugestão de utilizar a Escala de Fundamentalismo Religioso (Altemeyer & Hunsberger, 2004) em conjunto com um quadro teórico pertinente. A diabolização das crenças afro-brasileiras, por não serem especificamente cristãs, poderia ser o principal motivo da discriminação.

Ou talvez o motivo seja de classe social: Neste caso, a medição do preconceito racial através da Escala de Racismo Moderno (McConahay, Hardee, & Batts, 1981) poderia auxiliar, juntamente com outro quadro teórico, pois o racismo moderno considera que os negros fazem exigências descabidas e recebem mais do que merecem, por exemplo. E isto se coaduna em vários pontos com as prerrogativas do neoliberalismo, conforme exposto no capítulo I deste trabalho. Além disto, o trabalho de Pires (2010) mostrou que o racismo moderno captou melhor a expressão do preconceito racial que o instrumento de racismo cordial de Turra e Venturi (1995), aplicados à mesma amostra de estudantes universitários gaúchos brancos. A autora ressalta que a escala de racismo cordial busca medir a expressão de racismo manifesto, ao contrário da escala de racismo moderno.

Outro motivo subjacente à classe social e que não foi verificado nesta tese é o grau de escolaridade dos respondentes. Este dado talvez explique em parte o fenômeno da discriminação, em conformidade com o que já foi defendido por Allport (1954). Ressalvase, entretanto, que nessa mesma obra Allport relacionou a baixa escolaridade à adesão ao fundamentalismo religioso.

O Autoritarismo de direita destacado entre os que discriminam as religiões afrobrasileiras talvez indique uma mudança no perfil psicossocial brasileiro, historicamente mais tolerante quanto à diversidade religiosa (Hoornaert, 1991; Schwartz, 2009). Que as práticas rituais afro-brasileiras serviram, a pretos africanos e nacionais, para combater as violências de seus senhores e de seu cotidiano, é reconhecido por historiadores (Priore, 2015):

A religião foi, sim, um instrumento de resistência escrava. Inclusive, porque não faltou clientela branca nos grandes terreiros de candomblé, macumba e umbanda, onde a relação de submissão do preto passava a ser de dominação; de escravo passava a senhor. Ele mandava, conjurava espíritos e resolvia a vida dos outros.

Apenas o “pai de santo” se conectava com o mundo invisível, habitado por entidades espirituais responsáveis pela vida. Seus rituais viabilizavam essa interação. Ali, os brancos obedeciam e se curvavam. [...] Ao circular entre a medicina africana e a ocidental, entre a escravidão e a liberdade, muitas “Casas de preto”, como as chamou João do Rio, se tornaram lugares de poder e de contradição do sistema escravista no Império.

Outra escala de discriminação poderia ser construída com os mesmos itens apresentados nesta tese, desta vez adequados ao kardecismo (religião majoritariamente de brancos bem escolarizados) para comparação de resultados; isto permitiria presumir indiretamente se o motivo da discriminação ocorre por questões raciais, porque o kardecismo reconhece a possessão, o transe, o passe – comuns às religiões afrobrasileiras, principalmente a umbanda – mas que são fenômenos condenados pelo cristianismo em geral.

Ademais, se a discriminação aparecesse também entre os kardecistas, contra os afro-religiosos, então o argumento da baixa escolaridade apresentado anteriormente como explicação alternativa poderia ser questionado.

A discriminação pode estar relacionada, inclusive, à variável cognitiva “category width”, de Pettigrew (1958), onde se verifica a rejeição ao que é categorizado como diferente, diante de uma expressão cognitiva fechada (operacionalizada como rejeição ao erro Tipo I) de alguns sujeitos – neste caso, devido às características religiosas de certos tipos de cristianismo, onde a diferença seria mais importante que o argumento racial ou étnico (Thórisdóttir & Jost, 2011). Diferenças culturais já foram apontadas como influenciadoras na expressão deste construto (Detweiler, 1978).

A originalidade do presente trabalho está nos seus resultados, que colocam em dúvida reflexões teóricas consagradas - principalmente da área de Antropologia. Por isto, reconhece-se aqui a necessidade de cautela e realização de outros estudos que verifiquem o fenômeno.

Referências

- Abu-Rayya, H. M., & White, F. A. (2010). Acculturation orientations and religious identity as predictors of Anglo-Australians' attitudes towards Australian Muslims. *International Journal of Intercultural Relations*, 34, 592-599.
- Aguiar, M. M. (2008). "Raça" e desigualdade: As diversas interpretações sobre o papel da raça na construção da desigualdade social no Brasil. *Tempo da Ciência*, 29(115133).
- Alencar, G. F. de (2010). A Teologia da Prosperidade e o neoliberalismo são irmãos siameses. Instituto Humanitas Unisinos *Revista IHU On-Line*. Recuperado de: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/32457-a-teologia-da-prosperidade-e-oneoliberalismo-sao-irmaos-siameses-entrevista-especial-com-gedeon-freire-dealencar>
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Allport, G. W., & Kramer, B. M. (1946). Some roots of prejudice. *The Journal of Psychology: Interdisciplinary and Applied*, 22, 9-39.
- Allport, G. W., & Ross, M. (1967). Personal religious orientation and prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 5(4), 432-443.
- Altemeyer, B. (1998). The other "authoritarian personality". *Advances in Experimental Social Psychology*, 30, 47-92.
- Altemeyer, B. (2003). Why do religious fundamentalists tend to be prejudiced? *International Journal for the Psychology of Religion*, 13, 17-28.
- Altemeyer, B. (2004). Highly dominating, highly authoritarian personalities. *Journal of Social Psychology*, 144, 421-447.

- Altemeyer, B., & Hunsberger, B. (1992). Authoritarianism, religious fundamentalism, quest, and prejudice. *International Journal for the Psychology of Religion*, 2(2), 113–133. doi:10.1207/s15327582ijpr0202_5
- Altemeyer, B., & Hunsberger, B. (2004). A revised religious fundamentalist scale: The short and sweet of it. *International Journal for the Psychology of Religion*, 14, 47-54.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator–mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51(6), 1173.
- Barret-Ducrocq, F. (2000). Conclusão. Em *A Intolerância – academia universal das culturas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Barros, T. S. (2002). *11 de setembro de 2001: atribuições de causalidade e suas ancoragens em sistemas de valores e em atitudes políticas dos estudantes universitários de Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, GO.
- Barros, T. S., Torres, A. R. R., & Pereira, C. (2009). Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais. *PsicoUSF*, 14(1), 47-57.
- Bauman, Z. (1998). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bibby, R. W., Hewitt, W.E., & Roof, W. C. (1998). Religion and identity: the Canadian, American, and Brazilian cases. *International Journal of Comparative Sociology*, 39(2), 237-250.
- Billig, M. (1985). Prejudice, categorization, and particularization: From a perceptual to a rhetorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.

- Birman, P., & Leite, M. P. (2000). Whatever happened to what used to be the largest Catholic country in the world? *Daedalus*, 129(2), 271-290.
- Bloom, J. B. (2008). Contemporary conceptualizations of prejudice: a psychoanalytic perspective. *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology On Line*, 5(1).
- Bobsin, O. (2013). Protestantismo e religiosidade contemporâneas. Em Dias, Z. M., Roddrigues, E., & Portella, R. (Orgs). *Protestantes, evangélicos e (neo)pentecostais: história, teologias, igrejas e perspectivas*. UFJF/PPCIR. São Paulo: Fonte Editorial.
- Boff, L. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Bohn, S. R. (2004). Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, X(2), 288-338.
- Branchini, D. da S. (2013). A propósito dos 125 anos da lei áurea: inserção negra no segmento evangélico. *Revista Caminhando*, 18(1), 13-23.
- Brandt, M.J., & Reyna, C. (2010). The role of prejudice and the need for closure in religious fundamentalism. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 36(5), 715-725.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.Htm
- Brasil (2007). Secretaria dos Direitos Humanos. *Promoção dos Direitos Humanos. Diversidade Religiosa*. Recuperado de: <http://www.direitoshumanos.gov.br/promocaodh/diversidadereligiosa>
- Brasil (2012). Denúncia de intolerância religiosa cresce mais de 600% em 2012. *Agência Brasil*. Recuperado de: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-21/denuncia-deintolerancia-religiosa-cresce-mais-de-600-em-2012>

<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L7716.htm>>

Brasil (2013b). Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*.

Recuperado de:

<<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/04/16/intolerancia-religiosa-ecrime-de-odio-e-fere-a-dignidade>>

Brasil (2013c). Vítimas de racismo e intolerância religiosa terão suporte em centros de

denúncias. *Fundação Cultural Palmares*. Recuperado de:

<<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/03/20/vitimas-de-racismo-eintolerancia-religiosa-terao-suporte-em-centros-de-denuncias>>

Brasil (2016a). Para líderes religiosos, crimes de intolerância estão associados à

discriminação racial. *Portal Brasil*. Recuperado de:

<<http://www.brasil.gov.br/intolerancia-religiosa/textos/para-lideres-crimes-deintolerancia-religiosa-estao-associados-a-discriminacao-racial>>

Brasil (2016b). Denúncias de intolerância religiosa no Disque 100 crescem 3.706% em

cinco anos. *Portal Brasil*. Recuperado de: <

<http://www.brasil.gov.br/intoleranciareligiosa/textos/denuncias-de-intolerancia-religiosa-no-disque-100-crescem-3706em-cinco-anos>>

Brasil (2016c). Denúncias de discriminação religiosa aumentam 70% no país, revela

Disque 100. *Agência Brasil*. Recuperado de:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitoshumanos/noticia/2016-01/denuncias-de-descriminacao-religiosa-sobem-70-no-brasilmostra>>

Brown, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell

Camino, L, Silva, P. da, & Machado, A. (2004). Estudos sobre as novas formas de preconceito e racismo e percepção de discriminação racial. Em Lima, M.E.O. &

- Pereira, M.E. (org.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA.
- Camino, L., Álvaro, J.L., Torres, A. R. R., Garrido, A., Moraes, T., & Barbosa, J. (2013). Explaining social discrimination: racism in Brazil and xenophobia in Spain. *Spanish Journal of Psychology*, 16(e73), 1-13.
- Camino, L., Gouveia, L., Maia, L. M., Paz, M. M. A., & Laureano, M. (2014). Repertórios discursivos contemporâneos sobre as desigualdades raciais no Brasil. Um estudo com estudantes paraibanos de pós-graduação. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 113-122.
- Camino, L., Silva, P. da, Machado, A., & Pereira, C.(2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*. 1(1), 13-36.
- Campos, L. S. (2011). Pentecostalismo e protestantismo “histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças. *Horizonte*, 9(22), 504-533.
- Campos, L. S. (2013). *Protestantismo, escravidão e os negros no Brasil. Metodismo de imigração e afro-brasileiros*. São Paulo: Fonte Editorial. prefácio.
- Camurça, M. A. (2009). Entre sincretismos e guerras santas. Dinâmicas e linhas de força do campo religioso. *Revista USP*, 81, 173-185.
- Cantal, C., Milfont, T. L., Wilson, M. S., & Gouveia, V. V. (2015). Differential effects of right-wing authoritarianism and social dominance orientation on dimensions of generalized prejudice in Brazil. *European Journal of Personality*, 29, 17-27.
- Carvalho, A.D. Z. de. (2013). Entre política e religião: Diferenciação funcional e laicidade seletiva no Brasil. *academia.edu*. Recuperado de: http://www.academia.edu/3635313/Entre_Politica_e_Religiao_Diferenciacao_Funcional_e_Laicidade_Seletiva_no_Brasil
- Chagas, C. C. das (1996). *Negro uma identidade em construção*. Petrópolis: Vozes.

- Ciscon-Evangelista, M. R., & Menandro, P. R. M. (2011). Trânsito religioso e construções identitárias: Mobilidade social de evangélicos neopentecostais. *PsicoUSF*, 16(2), 193-202.
- Costa-Lopes, R., Dovidio, J. F., Pereira, C. R., & Jost, J. T. (2013). Social psychological perspectives on the legitimization of social inequality: past, present and future. *European Journal of Social Psychology*, 43, 229-237.
- Crawford, J. T., Mallinas, S. R., & Furman, B. J. (2015). The balanced ideological antipathy model: explaining the effects of ideological attitudes on inter-group antipathy across the political spectrum. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 41(12), 1607–1622.
- Cunha, M. do N. (2013). Religiosidade, midiática e novos paradigmas de cristianismo e de culto em tempos de cultura gospel. Em Dias, Z. M., Roddrigues, E., & Portella, R. (Orgs). *Protestantes, evangélicos e (neo)pentecostais: história, teologias, igrejas e perspectivas*. UFJF/PPCIR. São Paulo: Fonte Editorial.
- Detweiler, R. A. (1978). Culture, category width, and attributions. A model-building approach to the reasons for cultural effects. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 9 (3), 259-284.
- DiStefano, C., & Molt, R. W. (2006). Further investigating method effects associated with negatively worded items on self-report surveys. *Structural Equation Modeling*, 13, 440-464.
- Dunton, B. C., & Fazio, R. H. (1997). An individual difference measure of motivation to control prejudiced reactions. *Personality & Social Psychology Bulletin*, 23(3), 316.
- Edwards, D. L. (2004). Cristianismo. Em Westerdale, B. J. (Org.). *O livro de ouro das religiões*. Rio de Janeiro: Ediouro.

- Fernandes, S. C. S. (2011). *Crenças raciais e infra-humanização: uma análise psicossocial do preconceito contra negros*. Tese de Doutorado. Programa de PósGraduação em Psicologia. UFBA. Salvador, BA.
- Fernandes, S., da Costa, J., Camino, L., & Mendoza, R. (2007). Valores psicossociais e orientação à dominância social: Um estudo acerca do preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 490-498.
- Ferretti, S. F. (2008). Religiões afro-brasileiras e pentecostalismo no fenômeno urbano. Em Batista, P.A.N., Passos, M., & Silva, W.T. *O sagrado e o urbano. Diversidade, manifestações e análise*. São Paulo: Paulinas, pp. 109-126.
- Ferretti, S.F. (2005). Religiões afro-brasileiras e pentecostalismo no fenômeno urbano. *RI-UFMA-PPGPP-GPMINA-Trabalhos Apresentados em Eventos Científicos*. Recuperado de: < <http://gurupi.ufma.br:8080/jspui/1/192>>
- Flores Filho, J. H. das. (2014). A fé cristã na modernidade: Igreja, neoliberalismo, mass media e as consequências das tecnologias na configuração do campo religioso moderno. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST* (v. 2, pp. 372-386). São Leopoldo, Rio Grande do Sul: EST.
- Fonaper (2011). *Espaço pedagógico. Mapa da intolerância religiosa no Brasil*. Recuperado de : <http://www.fonaper.com.br/noticia.php?id=1197>
- França, D. S. S. de. (2010). *De fora do terreiro: o discurso católico e kardecista sobre a umbanda entre 1940 e 1965*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB.
- França, D. X. de, & Monteiro, M. B. (2004). As novas expressões de racismo na infância. Em Lima, M. G. O. & Pereira, M. E. (Orgs.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA.
- Freyre, G. (1998) [1933]. *Casa-grande & senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.

- Frost, K. M., & Mertus, J. (1999). Faith and (in) tolerance of minority religions: A comparative analysis of Romania, Ukraine, and Poland. *Journal of Ecumenical Studies*, 65.
- Fry, P. (2005). *A persistência da raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fry, P., Maggie, Y., Maio, M. C., Monteiro, S., & Santos, R.. V. (Orgs). (2007). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em Dovidio, J. F. & Gaertner, S.L. (Eds.) *Prejudice, discrimination, and racism: theory and research* (61-89). New York: Academic Press.
- Gaspar, E. D. (2002). *Guia de religiões populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Garson, G. D. (2012). *Hierarchical linear modeling: Guide and applications*. Sage.
- Gouveia, V. V., Souza Filho, M.L. de, Araújo, A.G. T. de, Guerra, V. M., & Sousa, D. F. M. de. (2006). Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 19:3.
- Guerra, L. D. (2011). A interpretação de fenômenos religiosos contemporâneos a partir de Weber: notas inspiradas em uma leitura crítica do novo mapa das religiões. *Horizonte*, 9(23).
- Guimarães, A. S. A. (2002). *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34.
- Hall, D. L., Matz, D. C., & Wood, W. (2010). Why don't we practice what we preach? A meta-analytic review of religious racism. *Personality and Social Psychology Review*, 14(1) 126–139.
- Hayes, A. F. (2013). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach*. Guilford Press.
- Holanda, S. B. de (2005[1936]). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hoornaert, E. (1991). *O cristianismo moreno do Brasil*. Petrópolis: Vozes.

- Hunsberger, B. (1996). Religious fundamentalism, right-wing authoritarianism, and hostility toward homosexuals in non-Christian religious groups. *International Journal for the Psychology of Religion*, 6(1), 39–49. doi:10.1207/s15327582ijpr0601_5
- Ianni, O. (2004). Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. Entrevista com Octavio Ianni. *Estudos Avançados*, 18(50).
- IBGE Comunicação Social. (2012) – *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. Recuperado de: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>
- IBGE. *Censo demográfico 2000*. Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/religiao_Censo2000.pdf>
- Isaia, A.C. (2009). *A umbanda: as imagens do inimigo no discurso católico de meados do século XX*. Recuperado de: http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0056-01.shtml
- Johnson, M.K., Rowatt, W. C., & LaBouff, J. (2010). Priming Christian religious concepts increases racial prejudice. *Social Psychological and Personality Science*, 1(2), 119–126.
- Johnson, M. K., Rowatt, W.C., Barnard-Brak, L.M., Patock-Peckham, J.A., LaBouff, J. P., & Carlisle, R. D. (2011). A mediational analysis of the role of right-wing authoritarianism and religious fundamentalism in the religiosity–prejudice link. *Personality and Individual Differences* 50, 851–856.
- Jost, J. T., Hawkins, C. B. , Nosek, B. A., Hennes, E. P., Stern, C., Gosling, S. D., & Graham, J. (2014). Belief in a just God (and a just society): a system justification perspective on religious ideology. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 34(1), 56–81.

- Jost, J. T., Napier, J. L., Thorisdottir, H., Gosling, S. D., Palfai, T. P., & Ostafin, B. (2007). Are needs to manage uncertainty and threat associated with political conservatism or ideological extremity? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 33, 989-1007.
- Jost, J. T., Pelham, B. W., & Carvallo, M. R. (2002). Non-conscious forms of system justification: implicit and behavioral preferences for higher status groups. *Journal of Experimental Social Psychology*, 38, 586-602.
- Katz, I., Wackenhut, J., & Hass, R. G. (1986). Racial ambivalence, value duality, and behavior. Em Dovidio, J. F. & Gaertner, S. L. (Eds.). *Prejudice, discrimination, and racism: theory and research*. Orlando, FL: Academic Press.
- Kinder, D. R., & Sears, D.O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40(3), 414-431.
- Krosch, A. R., Bernsten, L., Amodio, D. M., Jost, J. T., & Van Bavel, J. J. (2013). On the ideology of hypodescent: political conservatism predicts categorization of racially ambiguous faces as Black. *Journal of Experimental Psychology*, 49, 1196-1203.
- Léo Neto, N. A., Brooks, S. E., & Alves, R. R. N. (2009). From Eshu to Obatala: Animals used in sacrificial rituals at candomblé “terreiros” in Brazil. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 5, 23.
- Lepore, L., & Brown, R. (1997). Category and stereotype activation: Is prejudice inevitable? *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(2), 275-287.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401-411.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2005). A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil. *Psicologia USP*, 16(3).

- Lima, M.E.O., & Vala, J. (2004). Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O monstro da automaticidade. Em Lima, M.E.O., & Pereira, M.E. (Orgs). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA.
- Lima, M.E.O. (2003). *Normas sociais e racismo: Efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*. Tese de doutorado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, Portugal.
- Lima, M.E.O., & Vala, J. (2004). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(1), 11-19.
- Lins, S. L. B., Lima-Nunes, A., & Camino, L. (2014). O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 95-105.
- Lima, T. J. S. de. (2016). O papel de representações sobre raça e classe social no preconceito e discriminação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB.
- Little, T. D., Card, N. A., Boivard, J. A., & Preacher, K. J., & Crandall, CS (2007). Structural equation modeling of mediation and moderation with contextual factors. In TD Little & JA Boivard (Eds.), *Modeling contextual effects in longitudinal studies*, 207-230.
- Loiola, J. R. A. (2013). *Protestantismo, escravidão e os negros no Brasil. Metodismo de imigração e afro-brasileiros*. São Paulo: Fonte Editorial.
- Lopes, R. C., Vala, J., Pereira, C. R., & Aguiar, P. (2008). A construção social das diferenças nas relações entre grupos sociais. Em Villaverde, M., Wall, K., Aboim, S. & Silva, F. C. da (eds.). *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. cap. 38.
- Magalhães, M. (2013). *Lei do tráfico proíbe candomblé em favelas e expulsa pais e filhos*

- Morais, E. E. de (2013). *Religiosidade contemporânea: Aproximações entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo*. Dissertação de Mestrado. Programa de PósGraduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR.
- Moreira, C. G. S. (2011) *Modernidade mágica: o pentecostalismo brasileiro 100 anos depois*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ.
- Moreira-Almeida, A., Pinsky, I., Zaleski, M., & Laranjeira, R. (2010). Envolvimento religioso e fatores sociodemográficos: resultados de um levantamento nacional no Brasil. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 37, 12-15.
- Morrison, T. G., Morrison, M. A., McDonagh, L., Regan, D., & McHugh, S-J. (2014) Confirmatory factor and invariance analyses of the motivation to control prejudiced reactions scale. *Open Journal of Statistics*, 4, 446-55.
- Nelson, T. D. (2009). *Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination*. New York: Psychology Press, Taylor & Francis Group.
- Neri, M.C. (Coord). (2011). *Novo mapa das religiões*. CPS/FGV. Recuperado de: <http://www.fgv.br/cps/religião/>
- Neri, M. C., & Melo, L. C. C. de. (2011). Dossiê: Panorama religioso brasileiro. *Horizonte*, v. 9. n. 23. pp. 637- 673.
- Neuberg, S.L., Warner, C. M., Mistler, S.A., Berlin, A., Hill, E. D., Johnson, J. D., FilipCrawford, G., Millsap, R. E., Thomas, G., Winkelman, M., Broome, B. J., Taylor, T. J., & Schober, J. (2014). Religion and intergroup conflict: Findings from the global group relations project. *Psychological Science*, 25, 198-206.
- Nunnally, J. (1991). *Psychometric theory*. New York: McGraw-Hill.

- Oliveira, A. M. de. (2011). Pluralismo e intolerância: o relacionamento dos pentecostais com os adeptos do espiritismo e das religiões afro-brasileiras. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da Unicap*, 1(1).
- Oliveira, D. D., Lima, R. B. & Santos, S. A. (1999). A cor do medo: O medo da cor. Em D. D. Oliveira, E. C. Geraldles, R. B. Lima & S. A. Santos (Orgs.). *A cor do medo* (pp. 37-60). Brasília: UNB.
- ONU (2011). *World Interfaith Harmony Week Initiative*. Recuperado de: http://www.uri.org/action_areas/world_interfaith_harmony_week
- Oro, A.P. (2001). Neopentecostalismo: dinheiro e magia. *Ilha*, 3(1), 71-85.
- Osborne, D., & Sibley, C.G. (2014). Endorsement of system-justifying beliefs strengthens the relationship between church attendance and Right-Wing Authoritarianism. *Group Processes & Intergroup Relations*, 17(4) 542–551.
- Owensby, B. (2005). Toward a history of Brazil's "cordial racism": Race beyond liberalism. *Society for Comparative Study of Society and History*, 0010-4175/05/318–347.
- Pasquali, L.(1999). *Instrumentos Psicológicos: Manual Prático de Elaboração*. Brasília: LabPAM, UnB.
- Passos, M., Zorzin, P. L. G., & Rocha, D. (2011). O que (não) dizem os números – para além das estatísticas sobre o “novo mapa das religiões brasileiro”. *Horizonte*, 9(23).
- Passos, P. (2010). O itinerário da fé na religiosidade do povo brasileiro. *Revista Espaço Acadêmico*, 105, 133-139.
- Passos, P. R. R. (2011). O mercado da fé ou fé no mercado: a classe média brasileira à luz de Max Weber. *Revista Cultura y Religión*, V(1) 18-29.

- Péchiné, S. (2011). Intolerância religiosa em Salvador da Bahia – o vis-à-vis entre as igrejas neopentecostais e as religiões de matriz africana. *Revista Magistro*, 2(1).
- Pereira, C. R., & Vala, J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. *In-Mind Português*, 1 (2-3), 1-13.
- Pereira, C., Vala, J. & Costa-Lopes, R. (2010). From prejudice to discrimination: the legitimizing role of perceived threat in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 40, 1231-1250.
- Pereira, C., Vala, J. & Leyens, J. P. (2009). From infra-humanization to discrimination: the mediation of symbolic threat needs egalitarian norms. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 336-344.
- Perry, R., Sibley, C. G., & Duckitt, J. (2013). Dangerous and competitive worldviews: A meta-analysis of their associations. *Journal of Research in Personality*, 47, 116–127.
- Petry, A. (2007). Como a fé resiste à descrença. *Veja*. Recuperado de: http://veja.abril.com.br/261207/p_070.shtml#quadro1
- Pettigrew, T. F. (1958). The measurement and correlates of category width as a cognitive variable. *Journal of Personality*, 26, 532-544.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Pierucci, A. F. (1992). Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa. *Revista USP*, 13.
- Pierucci, A. F. (2006). Religião como solvente. Uma aula. *Novos Estudos*, 75, 111-127.
- Pinto, P. M. (2009). Liberdade de expressão, um conceito deambulante: da liberdade dos religiosos, e da liberdade sobre o religioso. Em Pinto, P.M., Almeida, D. de, Branco, P., & Calazans, J.C. (Orgs). *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. Religião e

- Ofensa: As Religiões e a Liberdade de Expressão. s/c: Edições Universitárias Lusófonas.
- Pires, A. M. L. T. (2010). El prejuicio racial en Brasil: medidas comparativas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 32-42.
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Lee, J. Y., & Podsakoff, N. P. (2003). Common method biases in behavioral research: A critical review of the literature and recommended remedies. *Journal of Applied Psychology*, 88, 879.
- Prandi, C., & Filoramo, G. (2006). *As ciências das religiões*. São Paulo: Paulus.
- Prandi, R. (1996). Religião paga, conversão e serviço. *Novos Estudos*, 45, 65-77.
- Priore, M. del (2015). A “casa de pretos”: Medo e preconceito em relação às religiões afro-brasileiras. Recuperado de: <http://historiahoje.com/a-casa-de-pretos-medo-e-preconceito-em-relacao-as-religioes-afro-brasileiras/>
- Quintas, F. (2005). *As melhores frases de casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora.
- Prechel, H., & Harms, J. B. (Eds.). (2007). *Politics and neoliberalism: Structure, process and outcome*. Research in Political Sociology. v. 16. Amsterdam: Elsevier.
- Rankin, L. E., Jost, J. T., & Waksak, C. J. (2009). System justification and the meaning of life: are the existential benefits of ideology distributed unequally across racial groups? *Soc Just Res*, 22, 312-333. DOI: 10.1007/s11211-009-0100-9.
- Reis, E. De A dos (2002). *Mulato: Negro-não-negro e/ou branco-não-branco*. São Paulo: Editora Altana.
- Robinson, J. P., Shaver, P. R., & Wrightsman, L. W. (1999). *Measures of Political Attitudes*. London: Academic Press Limited. v. 2. cap. 6.
- Rocas, S., & Amit, A. (2011). Group heterogeneity and tolerance: The moderating role of conservation values. *Journal of Experimental Social Psychology* 47, 898–907

- Rocha, J. G., & Puggian, C. (2012). Legitimação da violência e fundamentação da exclusão através do discurso religioso. *Revista da ABPN*, 3(7), 191-201.
- Rocha, S. P. da. (2009). *Gente negra na paraíba oitocentista: População, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP.
- Turra, C. & Venturi, G. (Orgs. (1995). Racismo cordial. Em *Racismo Cordial: A Mais Completa Análise Sobre o Preconceito de Cor no Brasil*. São Paulo: Editora Ática.
- Rodrigues, R. N. (1933/1945). *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- Roets, A., & Riel, A. V. (2011). Allport's prejudiced personality today: need for closure as the motivated cognitive basis of prejudice. *Current Directions in Psychological Science* 20(6) 349–354.
- Rossi, M. (2009). *Three essays on social capital*. Tese de doutorado. Departamento de Teoria e História Econômica. Universidad de Granada. Espanha
- Rothschild, A. K.; Abdollahi, A., & Pyszczynski, T. (2009). Does peace have a prayer? The effect of mortality salience, compassionate values, and religious fundamentalism on hostility toward out-groups. *Journal of Experimental Social Psychology* 45,816–827.
- Sacco, A. M., Couto, M. C. P. de P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250.
- Salzman, M. B. (2008). Globalization, religious fundamentalism and the need for meaning. *International Journal of Intercultural Relations* ,32, 318–327.
- Santos, J.T. dos (2005). *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. Salvador: Edufba. pp. 58-65

- Santos, L.B. dos. (2013). Prejudice, discrimination, luso-tropicalism, lusophony, and organizational justice in Portugal, from the point of view of Brazilian immigrants. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 13(1), 61-74.
- Santos, M. C. (2012). *O proselitismo religioso entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio: a “guerra santa” do neopentecostalismo contra as religiões afro-brasileiras*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Brasília, DF
- Santos, M. L. O. dos (2010). *Raça e religião: uma análise psicossocial dos discursos acerca das religiões afro-brasileiras*. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB.
- Schnapper, D. (2000). A neutralidade religiosa do Estado, instituição de tolerância. Em *A intolerância – academia universal das culturas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Schwartz, S. B. (2009). *Cada um na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Shen, J. M., Yelderman, L.A., Haggard, M. C., & Rowatt, W. C. (2013). Disentangling the belief in God and cognitive rigidity/flexibility components of religiosity to predict racial and value-violating prejudice: A post-critical belief scale analysis. *Personality and Individual Differences* 54, 389–395.
- Sherif, M. (1936). *The psychology of social norms*. New York: Harper.
- Silva, A. O. da (2010). Monoteísmo e intolerância religiosa e política. *Protestantismo em Revista*, 23, 47-54.
- Silva, C. A. da, & Ribeiro, M.B. (2007). *Intolerância religiosa e direitos humanos. Mapeamentos da intolerância*. Porto Alegre: IPA. Editora Universitária Metodista.
- Silva, H. F. da (2009). O negro evangélico em movimento. *Novos Diálogos*. Recuperado de: <http://www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=3>

- Silva, V.G. da. (2007a). *Intolerância religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Silva, V. G. da (2007b). Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Mana*, 13(1), 207-236.
- Silva, V.G. da (Org). (2009). Intolerância religiosa no campo religioso afro-brasileiro. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1. Recuperado de: <http://www.rbhcs.com>
- Sobel, M. E. (1986). Some new results on indirect effects and their standard errors in covariance structure models. *Sociological Methodology*, 16, 159-186
- Soler, M. (2012). Costly signaling, ritual and cooperation: Evidence from candomblé, an Afro-Brazilian religion. *Evolution and Human Behavior*, 33, 346-356.
- Solt, F. (2012). The social origins of authoritarianism. *Political Research Quarterly* 65(4) 703–713.
- Sorj, B., & Martuccelli, D. (2008). *O desafio latino-americano: coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sousa, J. M. de. (2010). *A Identidade nacional brasileira em discursos jurídicos: entre memória, narrativa histórica e constituição*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. UNB. Brasília, DF.
- Souza, L. de M. e (1986). *O diabo e a terra de santa cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, L. M. de. (2012). *Preconceito racial – nomeação e enfrentamentos: um estudo a partir da trajetória de jovens negros*. Dissertação de Mestrado. Programa de PósGraduação em Psicologia. UFMG, Belo Horizonte, MG.

- Souza, L. A. S.; Torres, A. R. R.; Barbosa, G. A.; Lima, T. J. S. de; & Souza, L. E. C. de. (2015). Bem-estar subjetivo e burnout em cadetes militares: o papel mediador da autoeficácia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28, 744-752.
- Soyinka, W. (2000). Intolerância e direitos do homem: O preço do revisionismo. Em *A intolerância – academia universal das culturas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Strube, M. J., & Rahimi, A. M. (2006). *Journal of Research in Personality*, 40, 1038–1053.
- Tajfel, H. (1972). La categorization sociale. Em Moscovici, S. (ed.). *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte Lda. v. I e II.
- Telles, E. (2003). *Racismo à Brasileira: Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Ford.
- Thórisdóttir, H., & Jost, J. T. (2011). Motivated closed-mindedness mediates the effect of threat on political conservatism. *Political Psychology*, 32(5), 785-811.
- Vala, J., & Costa-Lopes, R. (2010). Youth attitudes toward difference and diversity: a cross-national analysis. *Análise Social*, 195.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Vala, J., Lopes, D., & Lima, M. E. (2008). Black Immigrants in Portugal: Luso–Tropicalism and Prejudice. *Journal of Social Issues*, 64(2), 287-302.
- Vala, J., Pereira, C., & Costa-Lopes, R. (2009). Is the attribution of cultural differences to minorities an expression of racial prejudice? *International Journal of Psychology*, 44(1), 20-28.

Vala, J., Pereira, C., & Ramos, A. (2006). Racial prejudice, threat perception and opposition to immigration: A comparative analysis. *Portuguese Journal of Social Science*, 5(2), 119-121. doi: 10.1386.

ANEXOS

Anexo A

Tabela A1

Cargas Fatoriais, Valores Próprios, Quantidades de Itens por Fator, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Religiosidade

Item	Variável	F 1
7	Quanta influência suas crenças religiosas têm nas decisões importantes de sua vida?	0,89
5	Com que frequência você participa de atividades ou cultos/missas religiosos?	0,80
2	O quanto você considera importante a religião em sua vida?	0,80
12	Você acredita que o Céu existe?	0,79

11	Quanta influência suas crenças religiosas têm nas atividades sociais em que você se envolve?	0,79
3	Com que frequência você lê escrituras sagradas ou textos religiosos?	0,77
14	Você acredita que milagres acontecem?	0,75
8	Quanta influência suas crenças religiosas têm no modo como você se veste?	0,75
4	Com que frequência você reza/ora?	0,75
10	Quanta influência suas crenças religiosas têm nos seus relacionamentos sociais?	0,72
9	Quanta influência suas crenças religiosas têm no que você come e bebe?	0,71
15	Você acredita que seu sofrimento será recompensado?	0,63

Valores próprios	7,43
Quantidade de itens por fator	12
Variância explicada em porcentagem	12
Coeficiente de fidedignidade	0,94

*F1 = religiosidade

Anexo B Tabela

B1

Cargas Fatoriais, Valores Próprios, Quantidades de Itens por Fator, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Discriminação contra Religiões de Matriz Africana

Item	Variável	F 1	F 2
32	Quem acredita em orixás pratica o Mal.	0,71	
29	Invocar as forças do Mal para prejudicar outras pessoas é típico de religiões africanas.	0,71	
38	As vestimentas e objetos das religiões africanas representam coisas ruins.	0,69	

39	Não dá pra ser cristão e, ao mesmo tempo, seguir uma religião africana.	0,60	
21	Para que um negro seja aceito no Céu ele tem de ser cristão.	0,58	
33	Usar amuletos de proteção é coisa de gente ignorante e atrasada.	0,56	
28	Fazer oferendas religiosas de animais e comidas é manifestação do Demônio.	0,51	
22	As religiões africanas (candomblé, umbanda, jurema) enriquecem a cultura brasileira.	- 0,51	
24	Usar batuque para entrar em transe é coisa do Mal.	0,47	
31	Pedir conselho aos búzios pode ajudar a pessoa a tomar decisões.		0,61
41	A possessão por entidades espirituais é qualidade de gente esclarecida.		0,58
27	É útil e importante procurar as religiões africanas para aconselhamento e proteção.		0,58
40	Acreditar nas religiões africanas também garante a salvação da alma.		0,56
25	Uma pessoa pode alcançar a salvação da alma por meio das religiões africanas.		0,55
35	Uma pessoa pode seguir religiões africanas e ser cristã ao mesmo tempo.		0,51
34	Usar banhos de ervas para limpeza espiritual protege as pessoas do Mal.		0,48
20	Ser possuído por entidades espirituais é coisa de gente do Bem.		0,47
36	Pagar por serviços espirituais em religiões africanas é correto e justo.		0,45

Valores próprios	6,23	2,00
Quantidade de itens por fator	9	9
Variância explicada em porcentagem	6%	13%
Coeficiente de fidedignidade	0,84	0,82

*F1 = visão negativa; F2 = visão positiva

Anexo C

Tabela C1

Cargas Fatoriais, Valores Próprios, Quantidades de Itens por Fator, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala da Teologia da Prosperidade

Item	Variável	F 1	F 2
59	Deus espera que a pessoa determine a benção para que Ele faça a obra que ela necessita.	0,61	

55	A graça que se consegue é na mesma medida do sacrifício material ofertado pela pessoa.	0,47	
56	Quem não obedece às leis de Deus está condenado ao fracasso.	0,45	
49	Minha fé faz com que eu consiga vencer as dificuldades do meu caminho.	0,42	
50	O dinheiro e o sucesso são provas da ação de Deus na vida das pessoas.	0,38	
60	O pagamento do dízimo nos protege do Mal.	0,37	
51	O sucesso financeiro depende apenas do trabalho e do esforço da pessoa.		0,52
53	Dificuldades e problemas se resolvem com atitudes e comportamentos, e não apenas com a fé.		0,48
61	Basta boas ações e uma vida justa para que alguém se livre do Mal.		0,47
63	Acreditar que o Diabo é responsável por coisas ruins atrasa o progresso das pessoas.		0,46
58	Quem fracassa na vida é porque não se esforçou o suficiente.		0,32

Valores próprios	2,62	2,00
Quantidade de itens por fator	6	5
Variância explicada em porcentagem	6%	5%
Coeficiente de fidedignidade	0,66	0,52

*F1 = teologia da prosperidade; F2 = racionalismo ético

Anexo D

Tabela D1

Cargas Fatoriais, Valores Próprios, Quantidades de Itens por Fator, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Autoritarismo de Direita (RWA)

Item	Variável	F 1	F 2
------	----------	-----	-----

71	Não há nada de errado em manter relação sexual antes do casamento	0,77	
87	Muitas de nossas regras a respeito da modéstia e comportamento sexual são apenas costumes, não são necessariamente melhores ou mais sagrados que os costumes de outras pessoas	0,74	
83	Não há nada realmente errado com muita coisa que algumas pessoas chamam de pecados	0,74	
88	Não há absolutamente nada de errado com as praias de nudismo	0,73	
84	Todos deveriam ter seu próprio estilo de vida, crenças religiosas e preferência sexual	0,70	
76	Não existe um jeito certo de viver; todo mundo tem que criar seu próprio jeito de ser	0,67	
73	Não existe nada de imoral ou doentio em alguém ser homossexual	0,65	
67	As pessoas deveriam dar menos importância à Bíblia e à religião, passando a desenvolver suas próprias concepções sobre o que é imoral	0,56	
92	Os estudantes têm de aprender a desafiar a visão dos seus pais, confrontar a autoridade e criticar as tradições da nossa sociedade	0,52	
81	Ateus e pessoas contrárias à religião são tão bons e virtuosos quanto aqueles que vão à igreja regularmente	0,48	
90	Devemos tratar os opositores ao governo e os radicais de braços e mente abertas porque as novas ideias são o sangue das mudanças progressistas	0,45	
70	O melhor é livrarmo-nos das nossas estruturas familiares tradicionais, onde o pai é a cabeça da família e as crianças	0,43	
	são educadas para obedecê-lo automaticamente. Os costumes tradicionais têm muitas coisas erradas		
74	É importante proteger completamente os direitos das pessoas radicais e desvirtuadas	0,38	

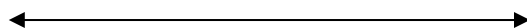
65	É importante que o jovem rejeite as coisas que ele não queira fazer e passe a agir da maneira como ele quiser	0,34	
85	A situação em nosso país está se tornando tão seria que os métodos mais fortes seriam justificados se eles realmente eliminassem os causadores de problemas e nos trouxessem de volta para o caminho certo		0,71
91	Do que nosso país precisa é de um líder forte e determinado, que derrote o mal e nos coloque de volta no caminho certo		0,66
72	Atualmente a razão de termos muitos causadores de problemas em nossa sociedade é porque os pais e as autoridades têm se esquecido do bom e velho castigo físico, que ainda é a melhor forma de fazer as pessoas se comportarem adequadamente		0,61
93	Os fatos sobre crime, imoralidade sexual e as recentes desordens públicas mostram que temos de eliminar os grupos desvirtuados e os criadores de problemas. Vamos salvar nossas crenças morais preservando a lei e a ordem		0,60
80	Em tempos conturbados como os de hoje, as leis devem ser cumpridas de todo jeito, especialmente quando se trata de agitadores e revolucionários que estão querendo confundir a sociedade		0,58
77	Quando as autoridades governamentais condenarem os indivíduos perigosos para a sociedade, será obrigação de todo cidadão patriota ajudar a tirar o podre que está envenenando nosso país		0,55
68	O que nosso país realmente precisa é de uma boa dose de lei e de ordem, ao invés de mais ‘direitos civis’		0,52
79	Os caminhos para conseguir sucesso na vida são a obediência, a disciplina e a perseverança		0,48
89	Hoje em dia as piores pessoas do nosso país são as que não respeitam a nossa bandeira, nossos líderes e as coisas que a lei diz serem as certas		0,47
75	A obediência é a mais importante virtude que as crianças devem aprender		0,45

66	É preferível confiar no julgamento das autoridades do governo e da religião, do que ouvir as oposições que querem apenas confundir o povo		0,43
82	Nosso país será destruído se não acabarmos com as perversões que estão corroendo nossos valores morais e crenças tradicionais		0,42
69	Algumas pessoas quando jovens têm ideias revolucionárias, mas com o tempo elas têm de amadurecer e esquecer essas ideias		0,42
86	As autoridades e os pais geralmente estão certos sobre as coisas, enquanto os radicais e agitadores estão sempre errados		0,39
64	Nosso país seria melhor se honrássemos nossas tradições e se fizéssemos o que as autoridades mandam fazer		0,32

Valores próprios	7,30	3,72
Quantidade de itens por fator	14	15
Variância explicada em porcentagem	25	13
Coeficiente de fidedignidade	0,88	0,85

*F1 = tolerância; F2 = autoritarismo

Nunca 1 2 3 4 5 6 7 Mais de uma vez ao mês



3. Com que frequência você lê escrituras sagradas ou textos religiosos?	1	2	3	4	5	6	7
4. Com que frequência você reza/ora?	1	2	3	4	5	6	7
5. Com que frequência você participa de atividades ou cultos/missas religiosos?	1	2	3	4	5	6	7

Por favor, indique o grau de influência das suas crenças religiosas para cada uma das situações descritas abaixo. Marque o número que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for o número, maior será a influência, sendo 1 o número que indica nenhuma influência e 7 o número que indica extrema influência.

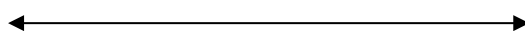
Nenhuma Influência 1 2 3 4 5 6 7 Extrema Influência



6. Quanta influência suas crenças religiosas têm nas decisões importantes de sua vida?	1	2	3	4	5	6	7
7. Quanta influência suas crenças religiosas têm no modo como você se veste?	1	2	3	4	5	6	7
8. Quanta influência suas crenças religiosas têm no que você come e bebe?	1	2	3	4	5	6	7
9. Quanta influência suas crenças religiosas têm nos seus relacionamentos sociais?	1	2	3	4	5	6	7
10. Quanta influência suas crenças religiosas têm nas atividades sociais em que você se envolve?	1	2	3	4	5	6	7

Por favor, indique o quanto você acredita em cada uma das afirmações abaixo. Marque o número que melhor expressa o seu caso. Quanto maior for o número, maior será a sua crença, sendo 1 o número que indica nenhuma crença e 7 o número que indica total crença.

Não acredito de jeito nenhum 1 2 3 4 5 6 7 Acredito Totalmente



11. Você acredita que o Céu existe?	1	2	3	4	5	6	7
12. Você acredita que milagres acontecem?	1	2	3	4	5	6	7

13. Você acredita que seu sofrimento será recompensado?

1

2

3

4

5

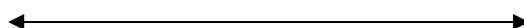
6

7

PESQUISA DE OPINIÃO B

Por favor, indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Marque o número que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for o número, maior será a sua concordância, sendo 1 o número que indica a sua discordância total e 7 o número que indica a sua concordância total.

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo Totalmente



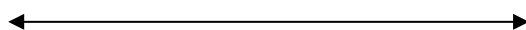
1. Ser possuído por entidades espirituais é coisa de gente do Bem.	1	2	3	4	5	6	7
2. Para que um negro seja aceito no Céu ele tem de ser cristão.	1	2	3	4	5	6	7
3. As religiões africanas (candomblé, umbanda, jurema) enriquecem a cultura brasileira.	1	2	3	4	5	6	7
4. Usar batuque para entrar em transe é coisa do Mal.	1	2	3	4	5	6	7
5. Uma pessoa pode alcançar a salvação da alma por meio das religiões africanas.	1	2	3	4	5	6	7
6. É útil e importante procurar as religiões africanas para aconselhamento e proteção	1	2	3	4	5	6	7
7. Fazer oferendas religiosas de animais e comidas é manifestação do Demônio.	1	2	3	4	5	6	7
8. Invocar as forças do Mal para prejudicar outras pessoas é típico de religiões africanas.	1	2	3	4	5	6	7
9. Pedir conselho aos búzios pode ajudar a pessoa a tomar decisões.	1	2	3	4	5	6	7
10. Quem acredita em orixás pratica o Mal.	1	2	3	4	5	6	7
11. Usar amuletos de proteção é coisa de gente ignorante e atrasada.	1	2	3	4	5	6	7
12. Usar banhos de ervas para limpeza espiritual protege as pessoas do Mal.	1	2	3	4	5	6	7
13. Uma pessoa pode seguir religiões africanas e ser cristã ao mesmo tempo.	1	2	3	4	5	6	7
14. Pagar por serviços espirituais em religiões africanas é correto e justo	1	2	3	4	5	6	7

15. As vestimentas e objetos das religiões africanas representam coisas ruins.	1	2	3	4	5	6	7
16. Não dá pra ser cristão e, ao mesmo tempo, seguir uma religião africana.	1	2	3	4	5	6	7
17. Acreditar nas religiões africanas também garante a salvação da alma.	1	2	3	4	5	6	7
18. A possessão por entidades espirituais é qualidade de gente esclarecida.	1	2	3	4	5	6	7

PESQUISA DE OPINIÃO C

Por favor, indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Marque o número que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for o número, maior será a sua concordância, sendo 1 o número que indica a sua discordância total e 7 o número que indica a sua concordância total.

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo Totalmente

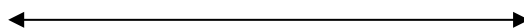


1.Os negros pertencem a uma raça menos dotada e isso explica porque não estão numa situação tão boa quanto os brancos.	1	2	3	4	5	6	7
2. Os negros transmitem aos filhos valores e capacidades diferentes dos necessários para serem bem-sucedidos na sociedade brasileira.	1	2	3	4	5	6	7
3. Comparados com os brancos, os negros são muito diferentes nos valores que ensinam aos filhos.	1	2	3	4	5	6	7
4. Me incomodaria se um familiar próximo casasse com um(a) negro(a), mesmo que fosse da mesma classe social.	1	2	3	4	5	6	7
5. Comparados com os brancos, os negros são muito diferentes nos valores e comportamentos sexuais.	1	2	3	4	5	6	7
6. No que diz respeito à honestidade, acho que os brancos e os negros são muito diferentes.	1	2	3	4	5	6	7

PESQUISA DE OPINIÃO D

Por favor, indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Marque o número que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for o número, maior será a sua concordância, sendo 1 o número que indica a sua discordância total e 7 o número que indica a sua concordância total.

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **Concordo Totalmente**



1. Minha fé faz com que eu consiga vencer as dificuldades do meu caminho.	1	2	3	4	5	6	7
2. O dinheiro e o sucesso são provas da ação de Deus na vida das pessoas.	1	2	3	4	5	6	7
3. O sucesso financeiro depende apenas do trabalho e do esforço da pessoa.	1	2	3	4	5	6	7
4. Dificuldades e problemas se resolvem com atitudes e comportamentos, e não apenas com a fé.	1	2	3	4	5	6	7
5. A graça que se consegue é na mesma medida do sacrifício material ofertado pela pessoa.	1	2	3	4	5	6	7
6. Quem não obedece às leis de Deus está condenado ao fracasso.	1	2	3	4	5	6	7
7. Quem fracassa na vida é porque não se esforçou o suficiente.	1	2	3	4	5	6	7
8. Deus espera que a pessoa determine a benção para que Ele faça a obra que ela necessita.	1	2	3	4	5	6	7
9. O pagamento do dízimo nos protege do Mal.	1	2	3	4	5	6	7
10. Basta boas ações e uma vida justa para que alguém se livre do Mal.	1	2	3	4	5	6	7
11. Acreditar que o Diabo é responsável por coisas ruins atrasa o progresso das pessoas.	1	2	3	4	5	6	7

PESQUISA DE OPINIÃO E

Por favor, indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Marque o número que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for o número, maior será a sua concordância, sendo 1 o número que indica a sua discordância total e 7 o número que indica a sua concordância total.

Discrepância Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordância Totalmente

ITENS							
1. Nosso país seria melhor se honrássemos nossas tradições e se fizéssemos o que as autoridades mandam fazer.	1	2	3	4	5	6	7
2. É importante que o jovem rejeite as coisas que ele não queira fazer e passe a agir da maneira como ele quiser.	1	2	3	4	5	6	7
3. É preferível confiar no julgamento das autoridades do governo e da religião, do que ouvir as oposições que querem apenas confundir o povo.	1	2	3	4	5	6	7
4. As pessoas deveriam dar menos importância à Bíblia e à religião, passando a desenvolver suas próprias concepções sobre o que é imoral.	1	2	3	4	5	6	7
5. O que nosso país realmente precisa é de uma boa dose de lei e de ordem, ao invés de mais “direitos civis”.	1	2	3	4	5	6	7
6. Nosso país será destruído se não acabarmos com as perversões que estão corroendo nossos valores morais e crenças tradicionais.	1	2	3	4	5	6	7
7. O melhor é livrarmo-nos das nossas estruturas familiares tradicionais, onde o pai é a cabeça da família e as crianças são educadas para obedecê-lo automaticamente. Os costumes tradicionais têm muitas coisas erradas.	1	2	3	4	5	6	7
8. Não há nada de errado em manter relação sexual antes do casamento.	1	2	3	4	5	6	7

9. Os fatos sobre crime, imoralidade sexual e as recentes desordens públicas mostram que temos de eliminar os grupos desvirtuados e os criadores de problemas. Vamos salvar nossas crenças morais preservando a lei e a ordem.	1	2	3	4	5	6	7
10. Não existe nada de imoral ou doentio em alguém ser homossexual.	1	2	3	4	5	6	7

11. É importante proteger completamente os direitos das pessoas radicais e desvirtuadas.	1	2	3	4	5	6	7
12. A obediência é a mais importante virtude que as crianças devem aprender.	1	2	3	4	5	6	7
13. Não existe um jeito certo de viver; todo mundo tem que criar seu próprio jeito de ser.	1	2	3	4	5	6	7
14. Quando as autoridades governamentais condenarem os indivíduos perigosos para a sociedade, será obrigação de todo cidadão patriota ajudar a tirar o podre que está envenenando nosso país.	1	2	3	4	5	6	7
15. Hoje em dia as piores pessoas do nosso país são as que não respeitam a nossa bandeira, nossos líderes e as coisas que a lei diz serem as certas.	1	2	3	4	5	6	7
16. Em tempos conturbados como os de hoje, as leis devem ser cumpridas de todo jeito, especialmente quando se trata de agitadores e revolucionários que estão querendo confundir a sociedade.	1	2	3	4	5	6	7
17. Ateus e pessoas contrárias á religião são tão bons e virtuosos quanto aqueles que vão à igreja regularmente.	1	2	3	4	5	6	7
18. Algumas pessoas quando jovens têm ideias revolucionárias, mas com o tempo elas têm de amadurecer e esquecer essas ideias.	1	2	3	4	5	6	7
19. Não há nada realmente errado com muita coisa que algumas pessoas chamam de pecados.	1	2	3	4	5	6	7
20. Todos deveriam ter seu próprio estilo de vida, crenças religiosas e preferência sexual.	1	2	3	4	5	6	7
21. A situação em nosso país está se tornando tão séria que os métodos mais fortes seriam justificados se eles realmente eliminassem os causadores de problemas e nos trouxessem de volta para o caminho certo.	1	2	3	4	5	6	7
22. As autoridades e os pais geralmente estão certos sobre as coisas, enquanto os radicais e agitadores estão sempre errados.	1	2	3	4	5	6	7
23. Muitas de nossas regras a respeito da modéstia e comportamento sexual são apenas costumes, não são necessariamente melhores ou mais sagrados que os costumes de outras pessoas.	1	2	3	4	5	6	7

24. Não há absolutamente nada de errado com as praias de nudismo.	1	2	3	4	5	6	7
25. Os caminhos para conseguir sucesso na vida são a obediência, a disciplina e a perseverança.	1	2	3	4	5	6	7
26. Devemos tratar os opositores ao governo e os radicais de braços e mente abertas porque as novas ideias são o sangue das mudanças progressistas.	1	2	3	4	5	6	7
27. Do que nosso país precisa é de um líder forte e determinado, que derrote o mal e nos coloque de volta no caminho certo.	1	2	3	4	5	6	7
28. Os estudantes têm de aprender a desafiar a visão dos seus pais, confrontar a autoridade e criticar as tradições da nossa sociedade.	1	2	3	4	5	6	7
29. Atualmente a razão de termos muitos causadores de problemas em nossa sociedade é porque os pais e as autoridades têm se esquecido do bom e velho castigo físico, que ainda é a melhor forma de fazer as pessoas se comportarem adequadamente.	1	2	3	4	5	6	7

Qual é o seu sexo? () Masculino () Feminino

Sua religião? _____

Qual é a sua idade? _____

Qual é o seu curso? _____

Você entrou na Universidade em que período? _____

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO !

Questionário do Estudo 2



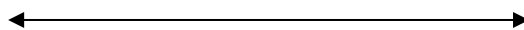
Desde já agradecemos a sua colaboração e ressaltamos: ela é voluntária e pode ser interrompida quando você quiser. Todas estas informações são confidenciais e anônimas. Não existem respostas certas ou erradas. Apenas a sua opinião, que é do nosso interesse.

Perguntas adicionais sobre este estudo podem ser enviadas para Ana Paula Cavalcanti (anapaulacavalcanti.ufpb@gmail.com), responsável pela pesquisa, ou para Ana Raquel Torres (pesquisas.gpcp@gmail.com).

PESQUISA DE OPINIÃO A

Por favor, indique o grau de importância da sua crença religiosa. Marque o número que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for o número, maior será a importância, sendo 1 o número que indica nenhuma importância e 7 o número que indica extrema importância.

Nada Importante 1 2 3 4 5 6 7 Extremamente Importante



2.O quanto você considera importante a religião em sua vida?	1	2	3	4	5	6	7
--	---	---	---	---	---	---	---

Nunca 1 2 3 4 5 6 7 Mais de uma vez ao mês

3. Com que frequência você lê escrituras sagradas ou textos religiosos?	1	2	3	4	5	6	7
12. Com que frequência você reza/ora?	1	2	3	4	5	6	7
13. Com que frequência você participa de atividades ou cultos/missas religiosos?	1	2	3	4	5	6	7

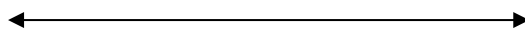
[illegible]

7.Quanta influência suas crenças religiosas têm nas decisões importantes de sua vida?	1	2	3	4	5	6	7
8. Quanta influência suas crenças religiosas têm no modo como você se veste?	1	2	3	4	5	6	7
9. Quanta influência suas crenças religiosas têm no que você come e bebe?	1	2	3	4	5	6	7
10. Quanta influência suas crenças religiosas têm nos seus relacionamentos sociais?	1	2	3	4	5	6	7
11. Quanta influência suas crenças religiosas têm nas atividades sociais em que você se envolve?	1	2	3	4	5	6	7

128

crença, sendo 1 o número que indica nenhuma crença e 7 o número que indica total crença.

Não acredito de jeito nenhum 1 2 3 4 5 6 7 Acredito Totalmente

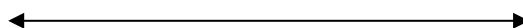


12. Você acredita que o Céu existe?	1	2	3	4	5	6	7
13. Você acredita que milagres acontecem?	1	2	3	4	5	6	7
14. Você acredita que seu sofrimento será recompensado?	1	2	3	4	5	6	7

PESQUISA DE OPINIÃO B

Por favor, indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Marque o número que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for o número, maior será a sua concordância, sendo 1 o número que indica a sua discordância total e 7 o número que indica a sua concordância total.

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo Totalmente



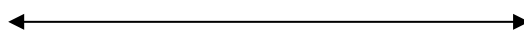
1. Ser possuído por entidades espirituais é coisa de gente do Bem.	1	2	3	4	5	6	7
2. Para que um negro seja aceito no Céu ele tem de ser cristão.	1	2	3	4	5	6	7
3 As religiões africanas (candomblé, umbanda, jurema) enriquecem a cultura brasileira.	1	2	3	4	5	6	7
4. Usar batuque para entrar em transe é coisa do Mal.	1	2	3	4	5	6	7
5. Uma pessoa pode alcançar a salvação da alma por meio das religiões africanas.	1	2	3	4	5	6	7
6. É útil e importante procurar as religiões africanas para aconselhamento e proteção	1	2	3	4	5	6	7
7. Fazer oferendas religiosas de animais e comidas é manifestação do Demônio.	1	2	3	4	5	6	7
8. Invocar as forças do Mal para prejudicar outras pessoas é típico de religiões africanas.	1	2	3	4	5	6	7

9. Pedir conselho aos búzios pode ajudar a pessoa a tomar decisões.	1	2	3	4	5	6	7
10. Quem acredita em orixás pratica o Mal.	1	2	3	4	5	6	7
11. Usar amuletos de proteção é coisa de gente ignorante e atrasada.	1	2	3	4	5	6	7
12. Usar banhos de ervas para limpeza espiritual protege as pessoas do Mal.	1	2	3	4	5	6	7
13. Uma pessoa pode seguir religiões africanas e ser cristã ao mesmo tempo.	1	2	3	4	5	6	7
14. Pagar por serviços espirituais em religiões africanas é correto e justo	1	2	3	4	5	6	7
15. As vestimentas e objetos das religiões africanas representam coisas ruins.	1	2	3	4	5	6	7
16. Não dá pra ser cristão e, ao mesmo tempo, seguir uma religião africana.	1	2	3	4	5	6	7
17. Acreditar nas religiões africanas também garante a salvação da alma.	1	2	3	4	5	6	7
18. A possessão por entidades espirituais é qualidade de gente esclarecida.	1	2	3	4	5	6	7

PESQUISA DE OPINIÃO C

Por favor, indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Marque o número que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for o número, maior será a sua concordância, sendo 1 o número que indica a sua discordância total e 7 o número que indica a sua concordância total.

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo Totalmente



1. No Brasil, é melhor ser negro que ser branco.	1	2	3	4	5	6	7
3. Atualmente, no Brasil, os negros estão com mais vantagens que os brancos.	1	2	3	4	5	6	7
4. No Brasil, preconceito racial não existe.	1	2	3	4	5	6	7
5. Eu tomo cuidado em não parecer preconceituoso contra os negros.	1	2	3	4	5	6	7
7. No Brasil, é comum os pobres terem a pele escura.	1	2	3	4	5	6	7
9. Eu acho que a sociedade brasileira é injusta com os negros.	1	2	3	4	5	6	7
10. Eu não ligo se os outros pensam que eu sou preconceituoso.	1	2	3	4	5	6	7
11. Os negros teriam mais sucesso se fossem pacientes e agissem com calma nas suas reivindicações.	1	2	3	4	5	6	7
12. Vários negros que recebem bolsas ou cotas poderiam muito bem dispensá-las.	1	2	3	4	5	6	7
13. Para os brasileiros, uma criança branca é mais bonita que uma negra.	1	2	3	4	5	6	7
14. No Brasil, é comum bandido ter a pele escura.	1	2	3	4	5	6	7

15. É inaceitável alguém demonstrar seus próprios preconceitos.	1	2	3	4	5	6	7
16. A sociedade brasileira trata melhor quem é branco.	1	2	3	4	5	6	7

PESQUISA DE OPINIÃO D

Por favor, indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Marque o número que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for o número, maior será a sua concordância, sendo 1 o número que indica a sua discordância total e 7 o número que indica a sua concordância total.

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5 6 7 **Concordo Totalmente**



1. Minha fé faz com que eu consiga vencer as dificuldades do meu caminho.	1	2	3	4	5	6	7
2. O dinheiro e o sucesso são provas da ação de Deus na vida das pessoas.	1	2	3	4	5	6	7
3. O sucesso financeiro depende apenas do trabalho e do esforço da pessoa.	1	2	3	4	5	6	7
4. Dificuldades e problemas se resolvem com atitudes e comportamentos, e não apenas com a fé.	1	2	3	4	5	6	7
5. A graça que se consegue é na mesma medida do sacrifício material ofertado pela pessoa.	1	2	3	4	5	6	7
6. Quem não obedece às leis de Deus está condenado ao fracasso.	1	2	3	4	5	6	7
7. Quem fracassa na vida é porque não se esforçou o suficiente.	1	2	3	4	5	6	7
8. Deus espera que a pessoa determine a benção para que Ele faça a obra que ela necessita.	1	2	3	4	5	6	7
9. O pagamento do dízimo nos protege do Mal.	1	2	3	4	5	6	7
10. Basta boas ações e uma vida justa para que alguém se livre do Mal.	1	2	3	4	5	6	7

7. O melhor é livrarmo-nos das nossas estruturas familiares tradicionais, onde o pai é a cabeça da família e as crianças são educadas para obedecê-lo automaticamente. Os costumes tradicionais têm muitas coisas erradas.	1	2	3	4	5	6	7
8. Não há nada de errado em manter relação sexual antes do casamento.	1	2	3	4	5	6	7
9. Os fatos sobre crime, imoralidade sexual e as recentes desordens públicas mostram que temos de eliminar os grupos desvirtuados e os criadores de problemas. Vamos salvar nossas crenças morais preservando a lei e a ordem.	1	2	3	4	5	6	7
10. Não existe nada de imoral ou doentio em alguém ser homossexual.	1	2	3	4	5	6	7

11. É importante proteger completamente os direitos das pessoas radicais e desvirtuadas.	1	2	3	4	5	6	7
12. A obediência é a mais importante virtude que as crianças devem aprender.	1	2	3	4	5	6	7
13. Não existe um jeito certo de viver; todo mundo tem que criar seu próprio jeito de ser.	1	2	3	4	5	6	7
14. Quando as autoridades governamentais condenarem os indivíduos perigosos para a sociedade, será obrigação de todo cidadão patriota ajudar a tirar o podre que está envenenando nosso país.	1	2	3	4	5	6	7
15. Hoje em dia as piores pessoas do nosso país são as que não respeitam a nossa bandeira, nossos líderes e as coisas que a lei diz serem as certas.	1	2	3	4	5	6	7
16. Em tempos conturbados como os de hoje, as leis devem ser cumpridas de todo jeito, especialmente quando se trata de agitadores e revolucionários que estão querendo confundir a sociedade.	1	2	3	4	5	6	7
17. Ateus e pessoas contrárias à religião são tão bons e virtuosos quanto aqueles que vão à igreja regularmente.	1	2	3	4	5	6	7
18. Algumas pessoas quando jovens têm ideias revolucionárias, mas com o tempo elas têm de amadurecer e esquecer essas ideias.	1	2	3	4	5	6	7
19. Não há nada realmente errado com muita coisa que algumas pessoas chamam de pecados.	1	2	3	4	5	6	7
20. Todos deveriam ter seu próprio estilo de vida, crenças religiosas e preferência sexual.	1	2	3	4	5	6	7
21. A situação em nosso país está se tornando tão séria que os métodos mais fortes seriam justificados se eles realmente eliminassem os causadores de problemas e nos trouxessem de volta para o caminho certo.	1	2	3	4	5	6	7

22. As autoridades e os pais geralmente estão certos sobre as coisas, enquanto os radicais e agitadores estão sempre errados.	1	2	3	4	5	6	7
23. Muitas de nossas regras a respeito da modéstia e comportamento sexual são apenas costumes, não são necessariamente melhores ou mais sagrados que os costumes de outras pessoas.	1	2	3	4	5	6	7
24. Não há absolutamente nada de errado com as praias de nudismo.	1	2	3	4	5	6	7
25. Os caminhos para conseguir sucesso na vida são a obediência, a disciplina e a perseverança.	1	2	3	4	5	6	7
26. Devemos tratar os opositores ao governo e os radicais de braços e mente abertas porque as novas ideias são o sangue das mudanças progressistas.	1	2	3	4	5	6	7
27. Do que nosso país precisa é de um líder forte e determinado, que derrote o mal e nos coloque de volta no caminho certo.	1	2	3	4	5	6	7
28. Os estudantes têm de aprender a desafiar a visão dos seus pais, confrontar a autoridade e criticar as tradições da nossa sociedade.	1	2	3	4	5	6	7
29. Atualmente a razão de termos muitos causadores de problemas em nossa sociedade é porque os pais e as autoridades têm se esquecido do bom e velho castigo físico, que ainda é a melhor forma de fazer as pessoas se comportarem adequadamente.	1	2	3	4	5	6	7

Qual é o seu sexo? () Masculino () Feminino

Sua religião? _____

Qual é a sua idade? _____

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO !

**Anexo G Certidão do Comitê de Ética do
HULW-UFPB**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 9ª Reunião realizada no dia 22/10/2015, o Projeto de pesquisa intitulado: **“A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA COMO PARTE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL BRASILEIRA NOS DIAS ATUAIS”**, da pesquisadora Ana Paula Rodrigues Cavalcanti. Prot. nº 0460/15. CAAE: 47769615.3.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Andrea Márcia da C. Lima
Mat. SIAPE 1117510
Secretária do CEP-CCS-UFPB